



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS

**NUBIA DOS REIS PINTO**

**ASCENSÃO SOCIAL NEGRA:  
DO BRANQUEAMENTO À SOLIDARIEDADE?**

Salvador  
2010

**NUBIA DOS REIS PINTO**

**ASCENSÃO SOCIAL NEGRA:  
DO BRANQUEAMENTO À SOLIDARIEDADE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientação: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ângela Figueiredo

Salvador  
2010

Biblioteca CEAO - UFBA

P659 Pinto, Nubia dos Reis.

Ascensão social negra : do branqueamento à solidariedade / por Nubia dos Reis Pinto. - 2010.

121 f.

Orientadora : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Figueiredo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Mobilidade social - Salvador (BA). 2. Negros - Salvador (BA) - Condições sociais. 3. Solidariedade. I. Figueiredo, Ângela. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD - 305.513 20.ed.

**NUBIA DOS REIS PINTO**

**ASCENSÃO SOCIAL NEGRA:  
DO BRANQUEAMENTO À SOLIDARIEDADE?**

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Ângela Figueiredo (UFBA)  
Orientadora

---

Professora Dra. Paula Cristina da Silva Barreto (UFBA)  
Examinadora Interna

---

Professor Dr. Osmundo de Araújo Pinho (UFRB)  
Examinador Externo

## AGRADECIMENTOS

Na conclusão desta fase dos meus estudos gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que foram importantes para que eu chegasse até aqui.

Em primeiro lugar agradeço ao grande Deus, por ter me dado forças e me mostrado que irei muito além do que possa imaginar.

Agradeço à CAPES por ter viabilizado esta pesquisa através da concessão de uma bolsa de estudos durante 24 meses.

À minha mãe e fiel amiga, pelo apoio, por estar comigo sempre, por suas orações, apesar de não ter aderido a nenhuma religião.

Ao meu pai, por sua resignação em prover a família. Por me apoiar nos momentos difíceis e me estimular a prosseguir minha carreira.

Ao meu irmão por sua resignação nos estudos que me influenciou a seguir o mesmo caminho.

À minha orientadora Profa. Dra. Ângela Figueiredo a quem devo toda a minha gratidão, por ter me acompanhado nesta difícil tarefa de produção do conhecimento. Agradeço pela paciência, afeição e rigor. Reconheço que sem esta 'mistura perfeita' seria impossível ter chegado ao fim. Muito obrigada por ter me tratado com tanta delicadeza e atenção!

À professora Paula Cristina da Silva Barreto, a quem admiro por sua inteligência, caráter e humildade. Agradeço pelo estímulo, por acreditar em mim e me fazer acreditar desde a graduação, que eu chegaria até aqui. Por ter sido fundamental no acordo firmado entre a UFBA e o Saint Mary's College of Maryland, o qual me propiciou a oportunidade de ser estudante de intercâmbio nos Estados Unidos.

Agradeço ao professor Jocélio Teles por ter me dado a oportunidade de ser bolsista de iniciação científica do Programa A Cor da Bahia. A participação neste programa propiciou a continuidade dos meus estudos e uma bolsa de língua inglesa na ACBEU.

Ao professor Emílio Silva, ex-assessor internacional da UFBA, que contribuiu significativamente para que os meus estudos nos EUA se tornassem uma realidade.

Agradeço aos professores Femi Ojo Adê e Israel Ruiz que vieram ao Brasil enviados pelo Saint Mary's College of Maryland, para selecionarem estudantes que, por conta das desigualdades duráveis, jamais teriam a oportunidade de fazerem

intercâmbio. Esta ação afirmativa foi vital ao meu crescimento como pessoa e como estudante.

Ao professor Osmundo Pinho, por ter aceitado participar da banca examinadora deste trabalho.

Ao professor Claudio Pereira, pelo incentivo e por se mostrar sempre disposto a ajudar. Pelas suas críticas ao meu projeto na disciplina Metodologia de Pesquisa e por participar da minha banca de qualificação. Sem dúvida, suas críticas construtivas me auxiliaram a delinear o objeto desta pesquisa.

Agradeço à minha amiga Alyxandra Gomes Nunes por sua amizade sincera, pelo companheirismo e por suas palavras de afirmação que me faziam pensar positivamente nos momentos de desilusão. Sem a sua ajuda e acolhimento seria muito mais difícil concluir esta etapa da minha vida.

À minha amiga Raquel de Souza, por compartilhar comigo a sua experiência acadêmica que me ajudou a trilhar este caminho e por ter se disponibilizado a me substituir no Instituto Cultural Steve Biko, onde tenho orgulho de dar aulas de inglês para jovens em situação de vulnerabilidade social, enquanto finalizava a escrita desta dissertação. Aproveito para agradecer à Tarry Cristina, Lázaro Cunha, Silvio Humberto e Gabriela Gusmão pelo apoio e por compreenderem a minha ausência na Biko.

Aos meus tios José Batista, Antônio Batista e Everaldo Batista que além de me estimularem a estudar desde a infância, me serviram como exemplos positivos, por sobreviverem à morte precoce da minha avó, ao abandono do meu avô e ainda assim terem trilhado carreiras de sucesso.

Agradeço a Vera Rocha, Eneocy Oliveira e Ivo Santana pelo companheirismo.

Agradeço também à Helena Gonzalez por me incentivar a ingressar no mestrado quando trabalhava na secretaria do Programa Fábrica de Idéias.

À minha amiga Nadia Regina Tavares, a quem considero uma segunda mãe.

Aos meus amigos Eude Bispo, Eva Góes, Flavio Sacramento, Iramaia Santana, Jéssica Dantas, Marie Kolling, Sheila Regina Pereira e Tatiana Freitas que compreenderam a minha ausência nesta fase e sempre me enviaram vibrações positivas.

A todos vocês que me ajudaram nesta caminhada deixo os meus sinceros agradecimentos!

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo entender a relação entre ascensão social de negros e solidariedade na cidade de Salvador-Bahia. Tendo em vista que a maioria dos estudos sobre raça e classe no Brasil evidenciou a adesão dos negros que ascendem à ideologia do branqueamento, dialogamos com esta literatura no sentido de entender a recorrência de mudanças no comportamento destes indivíduos. Partimos da hipótese de que estes sujeitos têm se engajado socialmente criando redes de relações junto à população negra menos favorecida, no sentido de auxiliarem membros deste contingente a superarem a vulnerabilidade social e racial.

Palavras-chave: Ascensão social negra – Branqueamento – População negra – Solidariedade

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the relationship between black social ascension and solidarity in the city of Salvador da Bahia. Considering that most studies on race and class in Brazil detected the accession of blacks to the ideology of whitening, we intend to dialogue with this literature in order to understand the recurrent changes in the behavior of these individuals. Our hypothesis is that these social actors have been socially engaged in order to create networks of relationships to help members of the black and poor population to overcome the racial and social vulnerability.

Key-words: Black social ascension – Whitening – Black Population - Solidarity



# Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	14
A abordagem qualitativa .....	14
Os instrumentos da pesquisa.....	15
Caracterização da amostra.....	16
1.3.1 Quanto à cor/raça .....	17
1.3.2 A ascensão social .....	20
1.4 As entrevistas e o campo .....	30
CAPÍTULO II- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....	34
2.1 A ideologia do branqueamento .....	34
2.2 A Sociologia da dádiva e o conceito de solidariedade para os propósitos da pesquisa .....	42
2.2.1 O conceito de solidariedade na sociologia de Émile Durkheim.....	43
2.2.2 As trocas em Malinowski .....	45
2.2.3 Marcel Mauss e a sociologia da dádiva .....	47
2.3 A ascensão social negra, branqueamento (e solidariedade) sob o ponto de vista da intelectualidade brasileira .....	54
2.3.1 Os anos 30 e 40: Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo .....	54
2.3.2 Os anos 50 e 60: Costa Pinto, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes .....	59
2.3.3 Os anos 70 e 80: Nelson do Valle Silva, José Pastore e Carlos Hasenbalg.....	64
2.3.4 Novas elites de cor .....	67
CAPÍTULO III – ASCENSÃO SOCIAL NEGRA E SOLIDARIEDADE RACIAL .....	70
3.1 A prática da solidariedade .....	70
3.2 A educação como mecanismo de ascensão e solidariedade .....	79
3.3 A solidariedade e a percepção das desigualdades .....	82
3.4 As experiências de racismo .....	85
3.5 Experiências e reações à discriminação racial.....	87
3.6 A exceção .....	90
3.7 Motivações para a solidariedade .....	92
3.8 “Eu faço questão de ser usada como referência” .....	97

<b>3.9 O preço da solidariedade .....</b>	<b>100</b>
<b>3.10 A dádiva de si .....</b>	<b>104</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da ascensão social de negros não são recentes. A relação entre raça e classe tem sido alvo de incursões sociológicas que indicam a riqueza deste eixo temático no que tange à compreensão das relações entre negros e brancos no Brasil.

Observam-se duas tendências de pensamento dos cientistas sociais que se dedicaram a entender a ascensão social de negros. Ora este fenômeno social foi compreendido como produto de uma sociedade aberta onde não se estabeleceu um rígido sistema de castas raciais, ora como indício da manutenção das desigualdades regidas pelo racismo.

A despeito destas divergências, podemos inferir que a produção teórica em grande medida, produziu imagens do rompimento de laços destes indivíduos com o 'meio negro', uma vez que estes rejeitariam suas origens sociais e raciais e buscariam a assimilação no 'mundo dos brancos'. A maioria dos estudos sociológicos que se refere ao processo de socialização dos negros que ascendem, acabou por consolidar a tese do inevitável branqueamento e consistente ausência de solidariedade, observando-a sob ponto de vista da criação de estratégias coletivas pautadas na condição de raça e de classe.

A adoção deste viés interpretativo muito provavelmente foi determinante para que no olhar destes intelectuais, a solidariedade tenha sido compreendida enquanto um fenômeno social inexistente em meio aos negros que ascendem socialmente. Estas imagens projetadas, não raro, caracterizaram o afastamento destes indivíduos no que se refere à constituição de redes de solidariedade racial.

Ainda que isso continue sendo um traço da realidade vivida, minhas observações empíricas têm me conduzido à reflexão acerca da possibilidade de mudanças nos padrões de comportamento tipificados nas pesquisas sócio-antropológicas sobre ascensão social de negros.

De fato, não se constituiu na sociedade brasileira, uma classe média negra composta por indivíduos que se reconhecem como membros de um grupo a partir da similitude e solidariedade étnico-racial e econômica. Embora não possamos falar em solidariedade numa perspectiva coletiva, é possível ampliarmos esta noção, situá-la para além das fronteiras de classe e entendê-la sob o prisma da experiência de indivíduos que, a despeito de terem ascendido socialmente, têm aderido a

valores e se engajado em ações pautadas no senso de responsabilidade social e racial.

São advogados(as), educadores(as), coordenadores(as) e empresários(as) negros(as) que a despeito do status social e prestígio que conquistaram, tem se voltado para auxiliar a outros indivíduos negros, membros de camadas menos favorecidas, a superarem as desigualdades sociais e raciais e alcançarem a ascensão social. Vale ressaltar que este comportamento não necessariamente tem ocorrido sob a chancela dos movimentos sociais.

Tais percepções nos levaram a uma série de indagações: seriam estes indícios da existência de solidariedade racial praticada por indivíduos negros que ascenderam socialmente? Que motivações fundamentam este comportamento? A percepção das desigualdades tem influenciado estes indivíduos a refutarem o branqueamento e se engajarem socialmente no sentido de contribuírem com a melhoria da condição de vida da população negra?

Estas questões balizam a pesquisa intitulada “*Ascensão social negra: do branqueamento à solidariedade?*”, que visa entender os motivos pelos quais negros e negras que ascenderam socialmente, vistos até então como adeptos do branqueamento, tanto no senso comum quanto no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, têm emergido como atores que praticam a solidariedade, seja na esfera organizacional ou mesmo de forma autônoma.

A nossa hipótese é que, indivíduos negros que desfrutam de um padrão de vida típico das camadas médias têm estabelecido relações com a população negra de classe baixa, pautadas na solidariedade étnico-racial e comprometimento, com vistas à melhoria da condição de vida desta população.

É do interesse desta pesquisa entender em que medida a percepção das desigualdades, tem dado ênfase à inserção destes sujeitos em atividades que evidenciam a prática da solidariedade. Postulamos apreender em que medida a abordagem do branqueamento pode ser questionada, visto o engajamento destes indivíduos em ações, projetos ou instituições que militam a defesa dos direitos da população negra.

Tendo em vista que, de acordo com a literatura, o processo de mobilidade social negra estava vinculado necessariamente ao branqueamento e ao afastamento da comunidade, buscaremos entender a recorrência de um *enegrecimento político* capaz de produzir mudanças no comportamento destes indivíduos.

Como é possível antever, investigar a relação entre ascensão social de negros e solidariedade não é tarefa fácil, visto a ausência de investigações que privilegiem esta perspectiva. Assim, esse estudo dará os primeiros passos nesta direção.

Para tanto, nos apoiamos em 10 entrevistas, para entender os caminhos que levaram estes indivíduos negros que ascenderam socialmente a praticarem a solidariedade, a despeito de serem membros de um segmento cujo *modus operandi* privilegia os valores das classes dominantes.

No primeiro capítulo da dissertação apresentamos os procedimentos adotados na construção do trabalho, onde justificamos o uso da pesquisa qualitativa, os instrumentos de investigação utilizados, caracterizamos a amostra e apresentamos o campo.

O capítulo subsequente consta de uma discussão sobre os temas operacionais à pesquisa. Nos reportamos ao branqueamento, buscando entender a sua constituição enquanto ideologia racial no Brasil e discutimos o conceito de solidariedade amparando-nos na sociologia da dádiva de Marcel Mauss, referindo-nos também aos seus antecedentes teóricos encontrados em Émile Durkheim e Bronislaw Malinowski. Ainda neste capítulo fizemos uma revisão de literatura sobre a ascensão social negra no Brasil, destacando os posicionamentos dos autores com relação ao branqueamento e suas alusões à ausência de solidariedade entre negros que ascendem.

O uso do roteiro de entrevistas propiciou a seleção de temas possíveis à organização dos achados empíricos, apresentados no terceiro capítulo junto às análises. Nesta parte, enfatizamos as ações praticadas pelos entrevistados que evidenciam a solidariedade e em seguida fizemos referência aos demais aspectos que nos auxiliaram a entender os valores que orientam estas ações. Ainda neste capítulo, fizemos menção à experiência da ascensão social dos entrevistados, aos significados de estarem situados em posições de prestígio e à forma como lidam com um *ethos* de classe que não privilegia seus anseios enquanto atores sociais que reconhecem e se dispõem a atuarem contra as desigualdades.

Nas considerações finais retomamos as questões que nortearam a pesquisa e abordamos as conclusões às quais chegamos a partir deste estudo.

# CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

## 1.1 A abordagem qualitativa

Visto que não foi do nosso interesse quantificar o contingente de indivíduos que a despeito de terem ascendido socialmente são solidários, mas entender as práticas e os sentidos construídos no que tange à ascensão de negros e a solidariedade, entendemos que a abordagem qualitativa seria mais adequada a esta investigação.

De acordo com Bauer & Gaskell (2004), no âmbito da academia, a pesquisa qualitativa, que lida com representações da realidade social, é considerada *soft* (suave), já a quantitativa, que lida com números e usa modelos estatísticos para explicar a realidade, é considerada *hard* (complexa). Os autores postulam que esta distinção é equívoca, na medida em que, não há quantificação sem qualificação. Afinal, não se constitui uma pesquisa quantitativa apenas a partir da tabulação de dados, mas da sua posterior interpretação. Tais colocações reiteram a importância da abordagem qualitativa, sem a qual não há produção de conhecimento.

Esta escolha metodológica muito utilizada em pesquisa social, se adéqua aos estudos que privilegiam os complexos processos que constituem a subjetividade do indivíduo e que, por sua vez, revelam uma diversidade de aspectos da realidade objetiva. Visto que a solidariedade racial constatada nas práticas dos informantes desta pesquisa é antes de mais nada constituída subjetivamente, procuramos entendê-la não apenas como fenômeno concreto, mas, sobretudo, como fenômeno abstrato, implícito nos discursos e representações.

Dessa forma, procuramos entender a prática da solidariedade segundo a perspectiva dos sujeitos, dando voz à subjetividade dos mesmos e valorizando o papel destes na constituição de laços sociais ilustrativos das práticas da solidariedade.

Este viés metodológico encontra respaldo na teoria da dádiva<sup>1</sup> de Mauss (1950), fundamental a esta investigação, na qual é dada grande relevância ao papel do indivíduo na constituição das relações sociais. Se por um lado, o fenômeno da dádiva baseado na tríplice dar-receber e retribuir constitui as sociedades, é no plano

---

<sup>1</sup> A respeito disso nos reportaremos no capítulo 2.

das relações interpessoais que ele se origina. Assim, os indivíduos constituem os elos sobre os quais se compõe uma totalidade complexa.

Figueiredo (2002), sinaliza a necessidade de estudarmos a ascensão social de negros não somente a partir da perspectiva maniqueísta do 'inevitável' embranquecimento, que supõe o rompimento destes indivíduos com o seu meio de origem, mas considerando a forma como apreendem e interpretam suas próprias experiências de vida. Ou seja, a autora nos chama a atenção para a importância de considerarmos a subjetividade dos sujeitos, colocando-a no centro da análise.

Neste sentido objetivamos apreender as motivações que tem remetido negros que ascendem socialmente a se solidarizarem e produzirem vínculos sociais com a população negra menos favorecida quando da prática da solidariedade, utilizando a abordagem qualitativa como ferramenta analítica.

## **1.2 Os instrumentos da pesquisa**

A coleta de dados foi realizada a partir de dois instrumentos de investigação: entrevista semi-estruturada e questionário. A entrevista semi-estruturada constou de um roteiro de perguntas abertas o qual permitiu aos entrevistados expressarem suas representações acerca de questões previamente padronizadas. O roteiro foi dividido em quatro blocos:

- O primeiro constou de um conjunto de questões relativas à trajetória dos entrevistados, onde foram considerados os aspectos relativos ao passado de pobreza, educação e ascensão social. Embora não tenha sido objetivo da pesquisa analisar trajetórias de vida, buscamos através delas apreender em que medida as histórias por eles vivenciadas, os despertaram à sensibilização e prática da solidariedade.
- Intitulado 'família e relacionamentos', o segundo bloco consistiu de questões que abordaram os aspectos relativos aos relacionamentos dos entrevistados no seio de suas famílias de origem. Procuramos identificar a existência de possíveis experiências de solidariedade no âmbito familiar e de que forma elas contribuíram à formação do senso de solidariedade destes indivíduos, para além dos laços do parentesco.

- Consideramos que a percepção acerca das desigualdades raciais é fundamental à sensibilização e prática da solidariedade. Assim, buscamos entender, a partir das questões propostas no terceiro bloco, como os sujeitos em questão apreendem o racismo no Brasil. Estas perguntas nos auxiliaram a entender se e de que forma estes indivíduos reagem aos constrangimentos raciais. Foi importante percebermos as situações de enfrentamento ao racismo, pois elas representaram indícios de que estes indivíduos estão comprometidos cotidianamente com o combate à discriminação.
- O último bloco constou de questões concernentes à solidariedade. Os entrevistados foram argüidos em relação à prática da solidariedade, bem como acerca das motivações que os tem levado a estabelecerem alianças com a população negra menos favorecida.

O questionário socioeconômico nos auxiliou a levantar informações adicionais sobre a amostra. Constou de uma série de perguntas ordenadas, sendo algumas delas abertas permitindo aos entrevistados emitirem opiniões livremente, e outras fechadas, em que o informante teve a oportunidade de escolher uma resposta entre as opções propostas. Este instrumento serviu como suporte para coletarmos dados importantes à caracterização da amostra, tais como: trajetória educacional, escolaridade, profissionalização, renda, cor, raça e padrão de vida, tanto dos entrevistados, quanto dos seus progenitores.

### **1.3 Caracterização da amostra**

Este estudo consiste de uma incursão inicial sobre ascensão social de negros e solidariedade. Por essa razão, limitamos a amostra em 10 entrevistas, visto que esta é uma temática ainda não explorada na literatura sociológica.

É sabido que dadas as desigualdades duráveis, o contingente de indivíduos negros que ascende socialmente é reduzido em relação ao universo dos indivíduos brancos que estão sobre-representados nas camadas médias. De acordo com Hasenbalg:



“A evidência empírica indica que os brasileiros não-brancos estão expostos a um ‘ciclo de desvantagens cumulativas’ em termos de mobilidade social intergeracional ou intrageracional [...] em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão do status” (1979, p. 220).

Se é pequeno o contingente de negros que ascende socialmente, podemos supor que ainda menos representativa é a soma daqueles que, tendo ascendido socialmente, se engajam em atividades relacionadas à solidariedade racial. Vale dizer que o característico *racismo à brasileira*, assentado sobre a ideologia do branqueamento, impede que estes indivíduos se aglutinem a partir de similitudes étnico-raciais.

Desta forma, consideramos limitar a amostra em 10 entrevistas. Foram entrevistadas 6 mulheres negras e 4 homens negros, com idade entre 35 e 61 anos, que tendo vivido a experiência de pobreza e ascendido socialmente, têm se voltado para suas origens, buscando estabelecer laços e redes de ajuda junto à população negra.

### **1.3.1 Quanto à cor/raça**

É conhecida a discussão sobre os critérios de identificação por cor/raça, dado o fluido sistema de classificação racial brasileiro que rejeita a bipolarização branco-negro. De acordo com Santana (2009, p. 40) “a negação do conceito de raça como categoria e também a sua estreita ligação com a cor das pessoas trazem algumas dificuldades conceituais à pesquisa nessa área de conhecimento”.

Embora realizado há mais de 50 anos, o estudo de Nogueira (1985) ilustra as ambigüidades que demarcam a complexidade da identificação racial no Brasil: “a concepção de branco e não-branco, varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região” (Nogueira, 1985, p. 80). Os traços fenotípicos, sobretudo o formato do nariz e o tipo de cabelo, são tomados como parâmetros de identificação étnico-racial. Porém, os indivíduos podem ser alocados nesta escala de acordo à sua classe social e ao seu comportamento.

Dado que a identificação racial brasileira é auto-atribuída e subjetiva, optamos por seguir a definição usual de alguns estudos<sup>2</sup> sobre relações raciais no Brasil, que apoiando-se nas categorias censitárias, definem ‘negro’ como sendo o somatório de indivíduos que se auto-classificam como ‘pretos’ ou ‘pardos’.

A abordagem quanto ao pertencimento racial dos entrevistados foi realizada em dois momentos: no primeiro contato com os possíveis entrevistados e na aplicação do questionário socio-econômico, no qual constaram duas questões relativas ao pertencimento étnico-racial destes sujeitos.

O primeiro contato com os entrevistados foi realizado através de uma conversa informal, na qual sondamos o perfil dos mesmos bem como explicamos os propósitos da pesquisa em linhas gerais. Assim, as perguntas ‘*qual a sua cor?*’ e ‘*você se considera negro (a)?*’, foram realizadas logo no primeiro momento.

No questionário constaram duas perguntas relativas ao pertencimento étnico-racial dos sujeitos em questão: uma aberta e outra fechada. A pergunta fechada foi formulada a partir das categorias censitárias: branca, parda, preta, indígena e amarela. Dos 10 entrevistados, 9 se auto-classificaram como pretos e 1 se considerou pardo.

De acordo com nossa classificação particular, pelo menos 4 dos 9 entrevistados que se auto-identificaram como ‘pretos’, passariam por pardos dadas as suas características fenotípicas. O que significa dizer, que estes indivíduos têm procurado se identificar com critérios raciais que os remetam à ancestralidade africana.

No que se refere à pergunta aberta ‘*qual a sua raça*’, todos os entrevistados se auto-classificaram como ‘negros’. Estes dados são significativos da tendência atual dos indivíduos afro-descendentes em buscarem a assunção da identidade negra, desvelando-se do fluido sistema de classificação racial brasileiro. Na contemporaneidade a categoria ‘negro’ agrega um sentido racializado e referencia uma auto-atribuição política.

Dada a maior visibilidade do debate racial e a construção positiva da negritude que vem se configurando na sociedade brasileira nas últimas décadas, os indivíduos tendem a se auto-definirem como negros. De acordo com Gomes:

“No contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil e na diáspora, a construção de elos simbólicos

---

<sup>2</sup> Hansebalg (1979); Hasenbalg & Silva (1988); Oliveira (1985).

vinculados à uma matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos(as) negros(as) brasileiros(as). Ser negro e afirmar-se negro, no Brasil, não se limita à cor da pele. É uma postura política” (Gomes, 2002, p. 39).

O debate acirrado no entorno das ações afirmativas<sup>3</sup> tem impactado positivamente a sociedade brasileira, no sentido de aprofundar a discussão sobre as raízes e o funcionamento do racismo. Segundo Pereira, no Brasil, historicamente se constituiu uma etiqueta segundo a qual não seria “de bom tom ferir susceptibilidades das pessoas e falar em preconceito racial com o negro soaria como grosseria ou deselegância” (Pereira, 1996, p. 76). Porém, os embates sociais, políticos e acadêmicos<sup>4</sup> no entorno das políticas raciais afirmativas ajudaram a descortinar o tabu racial que durante décadas inibiu discussões sobre racismo e desigualdades.

No contexto histórico atual das relações raciais no Brasil, a aproximação de indivíduos negros da negritude e sensibilização à prática da solidariedade, está diretamente relacionada aos processos históricos de reivindicação da sociedade civil organizada, que deram margem à atual desmistificação da ‘harmonia’ racial brasileira.

De acordo com Santana:

“Desde os anos 90, o país tem experimentado um contexto de significativas mudanças no tocante a uma maior abertura da sociedade brasileira para a questão racial. Como resultado de acordos e compromissos internacionais e das sucessivas pressões da militância negra, o Estado tem assumido novas posturas frente a essa questão, colocada no centro de vários debates, gerando mais visibilidade e ampliando o rol de tensões, como também de tentativas de soluções” (Santana, 2009, p. 120).

No seu estudo sobre negros e classe média Figueiredo (2002) constatou a associação entre negritude e status. A autora confronta a abordagem tradicional do branqueamento. Segundo ela, as transformações dos anos 80 na cidade do Salvador tais como: a comercialização dos símbolos da cultura negra e o acesso à escolarização vem favorecendo a emergência de uma nova elite negra, não mais

---

<sup>3</sup> Segundo o ministro Joaquim Barbosa Gomes (2001, 6), “as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”.

<sup>4</sup> Para mais informações ver: MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia’: as categorias cor e raça na cultura brasileira”, in M. Chor Maio & R. Ventura Santos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, CCBB, 1996. FRY, Peter. *A Persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. “A desigualdade que anula a desigualdade. Notas sobre a ação afirmativa no Brasil”, in J. SOUZA(org). *Multiculturalismo e racismo*. Brasília, Paralelo 15, 1997.

subsumida ao branqueamento. Sua pesquisa criou as condições para pensarmos na diminuição da distância entre ser negro e ocupar posições de prestígio na sociedade.

### **1.3.2 A ascensão social**

Neste estudo não tratamos da abordagem sobre classe média a partir de uma perspectiva teórica, mas caracterizamos a ascensão social dos entrevistados através de dados objetivos tais como: renda, ocupação e escolaridade.

Segundo Figueiredo (2003), a ascensão social se caracteriza pelo processo de migração de indivíduos de uma situação sócio-econômica de pobreza para as camadas médias da população. Os relatos dos entrevistados desta pesquisa demarcam este processo. A maioria deles vivenciou a experiência da pobreza e, através da escolarização e de estratégias individuais, conquistaram um padrão de vida típico da classe média.

Uma entrevistada ponderou que o ingresso do seu pai numa empresa possibilitou uma melhoria significativa na condição de vida da família. Entretanto, com a separação dos seus progenitores, o padrão de vida descendeu e ela voltou a estudar em escolas públicas ainda adolescente.

Dois dos entrevistados consideraram que o padrão de vida das suas famílias se elevou quando eram adolescentes. Porém, a origem pobre é um referencial na vida destes indivíduos que reconhecem nos esforços dos seus progenitores o fundamento dos seus projetos de ascensão. O depoimento a seguir é ilustrativo:

Entrevistado: “Meu pai era um homem negro de origem social muito pobre, mas um homem muito inteligente com uma capacidade de trabalho muito grande. [...] E abriu na Praça da Sé a melhor sorveteria da época, na década de 60” (Flavio Sacramento, 43 anos).

Ao se reportarem à prática da solidariedade, a maioria dos entrevistados fez referência às suas histórias de vida. Tais trajetórias marcadas pela ascensão social e superação, são experiências que os conectam com o passado de dificuldades e balizam o olhar destes indivíduos em direção às suas origens. Ou seja, a ascensão os leva ao reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela população negra e se

constitui numa motivação para que estes indivíduos *voltem à base* como reitera uma das entrevistadas:

Entrevistada: “Eu nasci no bairro da Liberdade, mas meu pai foi um homem que teve uma visão fantástica de crescimento, de não se permitir viver na pobreza. Realmente ele conseguiu ascender e num dado momento na vida eu estudei em colégios bons. Agora, o que eu acho é que você ter tido essa origem e ter podido ascender na vida é mais um estímulo para você voltar à base, até por saber das dificuldades que você passou e saber que isso é consequência de um esforço sobre-humano” (Lúcia Reis, 56 anos).

A partir dos depoimentos dos entrevistados produzimos um sumário de suas trajetórias de vida, que ora apresentamos de forma resumida e individualizada. Posteriormente, nos reportaremos à condição de vida dos mesmos com base nos dados coletados através do questionário sócio-econômico. Com feito, a identidade dos entrevistados será preservada e referidas através de siglas fictícias. As demais informações acerca dos mesmos são verídicas:

Lúcia Reis, 56 anos, sexo feminino

Lúcia Reis nasceu no bairro da Liberdade, morou em Campinas de Pirajá, depois mudou-se para a Barra aos 14 anos de idade, quando sua família nuclear ascendeu. Segundo ela, o pai, motorista de caminhão, era um visionário e montou uma empresa de terraplanagem que deu certo. Sempre vislumbrou que a família tinha que ter o melhor pra que não sofresse como ele. Falava com os filhos indiretamente sobre a existência do preconceito racial, mas reiterava que nunca se deixassem abater por isso.

Com a mudança do padrão de vida da família, Lúcia Reis que até então tinha sido aluna de escolas públicas, passou a estudar em escolas privadas frequentadas pelas elites de Salvador. Fez faculdade de direito e depois de formada, fez duas pós-graduações, sendo uma em Direitos Humanos e outra em Direito Constitucional para o Afro-descendente. Ingressou na OAB em 1989 e desde então tem aliado sua profissão à prática da solidariedade.

É uma advogada bem-sucedida, tem seu próprio escritório de advocacia, fundou a Comissão Nacional de Promoção da Igualdade da OAB e é membro do Conselho Federal desta instituição. Foi presidente e atualmente é conselheira da Associação Nacional de Advogados Negros (ANAAD). É conselheira do FIEMA, Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afro-descendentes. Atua como palestrante, junto a um grupo de mulheres negras, em diversos órgãos, instituições e escolas públicas de Salvador e é autora do livro *O Poder de Saia na Bahia*.

Lúcia Reis é casada e tem quatro filhos.

Hilton Andrade, 61 anos, sexo masculino

Hilton Andrade viveu até a adolescência em São Gonçalo dos Campos, interior da Bahia. Seu pai era um pequeno comerciante e sua mãe costureira. Não gostava muito de estudar, mas ainda assim sempre se destacou na escola entre os colegas desde a infância. Aprendeu desde cedo através do incentivo de sua mãe, que só a educação pode enlevar o ser humano. Na adolescência veio para Salvador estudar, onde morou na casa de parentes. Foi aluno do Colégio Central da Bahia na década de 60. Ingressou na Universidade Federal da Bahia, porém teve que se transferir pra a Universidade Católica porque precisava estudar e trabalhar simultaneamente. Seu primeiro emprego foi numa

multinacional onde era operador de rádio. Posteriormente, ingressou numa importante construtora como estagiário, anos depois tornou-se diretor da mesma, trabalhou por 25 anos e quando afastou-se abriu sua própria construtora. É consultor de várias empresas e tem um escritório em Brasília. Atua em diversas organizações como Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (ANSEABRA), que foi fundada por ele e onde é hoje suplente e diretor de assuntos profissionais desta instituição. É presidente do conselho da Associação Nacional de Empreendedores Afro – brasileiros, (ANAAD) e também faz parte da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (AFROBRÁS), onde ocupa o cargo de Presidente do Conselho Honorário da Universidade Zumbi do palmares.

Hilton Andrade é pós-graduado, casado e tem um filho.

#### Glória Vasconcelos, 67 anos, sexo feminino

Filha de um motoneiro de bonde e de uma lavadeira, Glória Vasconcelos sempre estudou em escolas públicas. Nasceu no seio de uma família muito pobre no bairro Barros Reis em Salvador. A mãe faleceu quando tinha 14 anos de idade e, como filha mais velha, teve que cuidar dos três irmãos. Segundo ela, este foi um dos maiores desafios de sua vida. Estudou em escolas públicas e após concluir o ensino médio, começou a trabalhar em órgãos públicos para ajudar o pai a sustentar a família. Quando ingressou na Universidade já tinha mais de 30 anos. cursou direito na Universidade Católica e depois de graduada, fez um concurso nacional para procuradoria da república, onde foi aprovada em primeiro lugar. Embora tenha tido esta colocação foi obrigada a atuar no Estado do Paraná. Seu sonho sempre foi voltar para a Bahia, assim fez o concurso para juíza, foi aprovada e retornou à sua terra natal. Sua atuação honrosa no município de Paramirim lhe rendeu vários prêmios, inclusive o título de cidadã paramiriense. Após anos de compromisso no interior do estado, foi promovida por merecimento para atuar em Salvador. É autora de vários projetos que objetivam levar a justiça célere às pessoas mais carentes, como *Justiça Bairro a Bairro*, *Juizados marítimos*, *Balcão de Justiça e Cidadania*, *Projeto Justiça-escola*, hoje copiados por outros estados da federação.

Glória Vasconcelos graduada, solteira e tem um filho.

#### Elcimar Bispo, 46 anos, sexo masculino

Elcimar Bispo nasceu e cresceu no bairro Fazenda Garcia. Sempre estudou em escolas privadas por conta dos grandes esforços de sua mãe doméstica e seu pai mecânico (profissional que consertava máquinas de escrever). Segundo ele, seus pais dormiam em filas para angariarem bolsas de estudos em colégios de privados de Salvador para os filhos. É membro de uma família negra que via na escolarização um mecanismo de superação da pobreza. Estudou em escolas de classe média, porém seu pai sempre o alertava acerca de sua condição sócio-econômica e lhes dizia: “você está estudando numa escola de burguês, mas você não igual a eles, você é filho de operário”. Afirma nunca ter perdido a identidade com o local onde morava e ter tido poucos amigos na escola por conta de sua origem social e racial. Após ter concluído o ensino médio foi aprovado no vestibular da Universidade Federal da Bahia para o curso de engenharia química e na Universidade Católica na Católica no curso de Economia. Entrou na universidade aos 17 anos de idade. Segundo ele, foi um dos primeiros na família a ingressar no ensino superior. Em 1985 passou no concurso para auditor fiscal e em 1993 foi admitido como professor universitário também através de concurso público. É doutor em economia, auditor fiscal, professor e diretor executivo de uma organização, cujo objetivo é transformar a vida de jovens negros em situação de vulnerabilidade social através da educação, cultura e conscientização.

Elcimar Bispo é pós-graduado, solteiro e tem um filho.

Vera Lúcia, 35 anos, sexo feminino

Vera Lúcia é filha de uma dona de casa e de um industrial. Sua família nuclear era pobre, mas ascendeu socialmente quando o pai ingressou na Petrobrás em 1969. Vera Lúcia teve um nível de escolarização razoável até a sexta série do ensino fundamental, porém por conta da separação dos pais suas condições de vida tornaram a descender. Assim, foi obrigada a morar com a avó no interior do estado da Bahia e estudar em escolas públicas da sétima série até o nível médio. Aos dezesseis anos voltou para Salvador e começou a trabalhar como professora na escola da irmã. Ingressou na Universidade Federal da Bahia no curso de Ciências Sociais e percebeu que questões sobre raça e gênero a intrigavam. Atuou no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e se inquietou com a ausência de um enfoque racial na instituição. Acabou se desestimulando e migrou para outros programas de pesquisa que contemplassem seus anseios. Trabalha como coordenadora de projetos que visam aprimorar a condição de vida da população negra através da educação e presta consultoria para instituições públicas e privadas.

Vera Lúcia é pós-graduada, casada e tem dois filhos.

Ivan Alves, 49 anos, sexo masculino

Fruto de uma relação extraconjugal, Ivan Alves foi criado apenas por sua mãe que sempre o alertou sobre a importância da educação. Segundo ele, sua mãe lhes dizia que deveria estudar para obter qualidade de vida. Estudou em escolas públicas e considera ter sido um bom aluno. Aos 11 anos de idade começou a fazer biscates como pintor, para contribuir com as despesas da família. Desde então associou estudo e trabalho à sua rotina. Foi office-boy, vendedor, cobrador de donativos e aos 18 anos serviu ao exército. Segundo ele, nenhuma das situações pelas quais passou, inclusive de discriminação racial, o fez esmorecer. Prestou o vestibular por três vezes e ingressou no curso de filosofia aos 23 anos de idade. Foi professor, mas não se sentiu realizado. Prestou vestibular mais uma vez e cursou direito na Universidade Católica de Salvador. Para custear as despesas da faculdade Ivan Alves se tornou sacoleiro, porém começou a ganhar dinheiro como advogado já no quarto período do curso. Em 1981 passou num concurso para funcionário público federal, o que representou uma melhoria significativa no seu padrão de vida. Atualmente Ivan Alves é assessor jurídico e advogado. Além disso, é sócio de um confortável escritório de advocacia em Salvador. Este espaço compreende também uma pequena empresa que presta serviços jurídicos, bem como o Instituto Pedra de Raio, uma Organização não-governamental que visa tornar a justiça acessível e gratuita às pessoas carentes. Foi fundador, diretor e hoje é membro da Associação Nacional de Advogados Negros (ANAAAD).

É pós-graduado, solteiro e tem dois filhos.

Ilma Fernandes, 40 anos, sexo feminino

Ilma Fernandes nasceu na periferia do Rio de Janeiro. Sua mãe era doméstica e seu pai pedreiro. Segundo ela, sua mãe se preocupava muito com a educação das filhas. Dizia sempre: “agente é preta, pobre, mora longe (do centro), tem que estudar”. Dormia em filas para inscrevê-la em concursos para aquisição de bolsas em escolas privadas. O material didático era pago em pequenas prestações durante o ano inteiro. Ilma Fernandes lembra que por ser bolsista era obrigada a ajudar a limpar a sala, porém, com todo esse sacrifício reitera que conseguiu estudar em escolas privadas e ter uma educação à altura do que sua mãe pretendia até a 7ª série do ensino fundamental.

Aos 13 anos foi morar no interior do Espírito Santo e começou a estudar em escola pública a partir da 8ª série. No segundo grau estudou paralelamente os cursos de magistério e técnico em contabilidade. Quando se formou foi convidada para estagiar num banco, indicada pelos professores da escola por conta das boas notas que tinha.

Veio para Salvador aos 18 anos pelo fato da avó ter ficado muito doente. Começou a trabalhar como técnica de contabilidade numa concessionária de motos nesta cidade. Por estar insatisfeita com a profissão, terminou o curso de magistério e percebeu ser esta a sua vocação. Deu aulas em escolas privadas, fez concurso para a secretaria municipal de educação de Salvador em 1995, e começou a atuar como professora do município desde então. Atua no Fundo Municipal de Inclusão Educacional de Mulheres Afro-descendentes da Prefeitura de Salvador na posição de assessora de formação de raça e gênero, é professora de nível superior numa instituição privada e é coordenadora de projetos de uma instituição em Salvador nas áreas de educação e profissionalização para igualdade racial e de gênero, apoio a estudantes cotistas e formação de professores.

Ilma Fernandes é pós-graduada, solteira e tem uma filha.

Dalva Matos, 55 anos, sexo feminino

Nasceu na Capelinha de São Caetano, numa casa de taipa. Considera ter sido uma criança feliz por ter pais dedicados. A disciplina fazia parte da etiqueta familiar. O estudo era considerado fundamental pelos pais. O castigo é lembrado por ela por ter sido a estratégia utilizada pelos seus progenitores para que os filhos entendessem a importância dos estudos. Estudou em escolas públicas, aos 18 anos concluiu o curso de contabilidade e prestou concurso para o Instituto Federal da Bahia (antigo CEFET), onde foi aprovada em terceiro lugar no curso de técnico em edificações. Dalva Matos foi uma das primeiras mulheres a estudarem na escola técnica, segundo ela foi difícil conseguir seu primeiro estágio por ser uma mulher negra. Depois de formada, trabalhou fiscalizando obras em Salvador e ingressou na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder) – antiga URBIS – onde trabalha até hoje como fiscal de obras. Fez curso superior em estatística e licenciatura em matemática na Escola Superior de Estatística da Bahia. É também professora da rede pública de ensino. Apesar de ter ascendido Dalva Matos lida cotidianamente com o universo da pobreza. Segundo ela, o fato de ser fiscal de obras, e estar em contato direto com a população dos bairros pobres de Salvador, ser professora e ter formação em desenvolvimento humano, despertou seu interesse em atuar em prol da melhoria da condição de vida da população menos favorecida, majoritariamente negra. Hoje desenvolve projetos sociais em bairros carentes de Salvador junto com a irmã juíza. Também mobiliza pessoas e recursos para realização de palestras para alunos de escolas públicas de Salvador.

Dalva Matos é pós-graduada, solteira e não tem filhos.



Flavio Sacramento, 43 anos, sexo masculino

De acordo com Flavio Sacramento, apesar das dificuldades, o padrão da sua família de origem foi relativamente equilibrado. Sua mãe era doméstica e seu pai comerciante e fazendeiro. Segundo ele, sua família era de origem social muito pobre, mas ascendeu através da visão e esforços do pai. O comércio de sorvetes elevou o nível de vida da família, com o sucesso do negócio, o pai adquiriu a melhor sorveteria de Salvador nos anos 60 e tornou-se o maior fazendeiro de Maragogipe. Segundo ele, o fato do maior fazendeiro desta região ser negro atraiu o ódio e o racismo de coronéis da região. Invasões e roubo de animais tornaram-se comuns, o que causou um relativo empobrecimento da família.

Flávio Sacramento admira o pai pela forma que enfrentou o racismo, pois não se submetia aos valores dos brancos. Era um homem digno e cobrava dele que nunca se sentisse inferior a nenhuma outra pessoa.

Flavio Sacramento diz ter sido sempre *filho do patrão* e teve acesso a uma educação de qualidade. Passou dificuldades, mas nunca saiu de uma zona de conforto.

A princípio tinha o sonho de ser militar, fez concurso e estudou num Colégio do exercito da 5ª série ao ensino médio. Desistiu da carreira militar, fez vestibular para direito e foi aprovado na UFBA e na UCSAL. Optou pela Universidade Católica, pois precisava estudar à noite para trabalhar no comércio da família durante o dia. Depois de formado fez concursos, foi aprovado em vários deles, mas optou em atuar no Ministério Público onde tornou-se promotor titular da Promotoria de Combate ao racismo. Segundo ele, esta é uma de suas maiores conquistas, pois sente-se realizado em sua profissão. É também professor universitário e palestrante.

Flávio Sacramento é pós-graduado, casado e tem três filhos.

Iracy Oliveira, 38 anos, sexo feminino

Iracy Oliveira é filha de uma professora primária e um mestre de obras. Segundo ela, quando casou com sua mãe, seu pai era um homem estabilizado financeiramente, pois já tinha um emprego fixo na prefeitura de Salvador. A condição de vida da família era modesta, porém digna. Sua família materna é natural de Cachoeira, sendo sua mãe e suas tias adeptas da Irmandade da Boa Morte. Nas palavras dela as mulheres de sua família compõem uma “saga de mulheres solidárias e guerreiras”. Sua mãe faleceu quando era adolescente. Ela e os irmãos foram criados pelo pai e pelas tias. Coursou o ensino fundamental em escolas particulares, pois por ser funcionário da Prefeitura, o pai conseguia bolsas de estudos para os filhos. Nas falas de Iracy Oliveira o estímulo recebido pelo pai estão sempre em evidência. Cresceu ouvindo-o dizer: “eu quero que você seja advogada e professora. Aquela obra lá de sua mãe precisa de uma professora. Eu quero que você estude”. Iracy Oliveira Considera que a educação foi a herança que o pai deixou para ela e seus irmãos. Começou a estagiar durante a graduação e, depois de formada, fez concursos públicos e ingressou secretaria de justiça, onde atua na coordenadoria de orientação educacional e projetos educacionais em presídios. Também foi professora e deu aula em várias escolas. Iracy Oliveira também se graduou em direito e atualmente está começando a advogar. É diretora da Sociedade 25 de junho, uma instituição fundada por sua mãe, que atende à população carente do bairro de Plataforma em Salvador.

Iracy Oliveira é pós-graduada, viúva e tem dois filhos.

A maioria dos entrevistados tem origem social pobre, alguns vivenciaram a pobreza e se reportaram com muito pesar a este passado de dificuldades. O fato de terem ascendido socialmente e conquistado um padrão de vida típico das camadas médias, é motivo de orgulho pessoal. Entretanto, estes indivíduos não se isolaram na ilha do individualismo e do branqueamento, mas buscam motivar outras pessoas a seguirem a mesma trajetória de sucesso.

Percebe-se que, em geral, o único tipo de solidariedade que estes indivíduos experimentam no processo de ascensão é o familiar. Esta relação constitui o ponto de partida do processo de ascensão social, seja através do sacrifício dos pais em adquirirem bolsas, ou mesmo através de palavras de afirmação que estimulam estes indivíduos a migrarem da pobreza através da educação.

Todos os entrevistados utilizaram a estratégia da escolarização como suporte para a ascensão social. De acordo com Lima: “a educação é uma variável determinante no processo de ascensão social e obtenção de *status* ocupacional” (Lima, 1995, p.489). Mesmo aqueles que nasceram em famílias pobres e foram beneficiados pela a ascensão da família nuclear, reiteraram nas suas falas que o investimento na educação possibilitou a profissionalização e conseqüentemente o padrão de vida que adquiriram.

Uma comparação entre os níveis de escolaridade dos entrevistados e de seus progenitores indica que a maioria destes indivíduos constituiu a primeira geração a alcançar níveis mais elevados de escolaridade nas suas famílias no que se refere à educação formal, tendo acesso à obtenção de títulos que esta proporciona. As diferenças dos níveis de escolaridade dos entrevistados com relação aos dos seus pais constam em toda a amostra como podemos visualizar no quadro abaixo. Vale lembrar que os títulos educacionais são signos de status, prestígio e ascensão social.

**Tabela 1 – Escolaridade dos entrevistados X Escolaridade dos pais**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Escolaridade do pai</b>	<b>Escolaridade da mãe</b>
Vera Lúcia	Pós-graduada	Fundamental incompleto	Dona de casa
Elcimar Bispo	Pós-graduado	Ensino básico incompleto	Ensino básico incompleto
Glória Vasconcelos	Graduada	Ensino básico	Ensino fundamental
Hilton Andrade	Pós-graduado	Ensino básico	Ensino básico incompleto
Ivan Alves	Pós-graduado	Ensino básico	Ensino primário
Ilma Fernandes	Pós-graduada	Ensino fundamental	Ensino fundamental
Dalva Matos	Pós-graduada	Ensino básico	Ensino fundamental
Flavio Sacramento	Pós-graduado	Ensino básico	Ensino fundamental
Lúcia Reis	Pós-graduada	Ensino médio incompleto	Ensino médio
Iracly Oliveira	Pós-graduada	Ensino médio	Ensino médio

Voltaremos a tratar da escolarização e ascensão social no último capítulo e poderemos perceber que a maioria dos entrevistados tem se articulado em ações solidárias que visam a melhoria da condição de vida da população através da educação. Ou seja, há entre estes o desejo de que outros indivíduos de mesma origem superem as desigualdades trilhando o caminho da escolarização.

Outro dado relevante no que se refere à trajetória de ascensão destes indivíduos é o fato da maioria deles ter começado a exercer atividades laborais precocemente. Um deles começou a trabalhar aos 11 anos de idade, dadas as condições de vida da família de origem. O que significa dizer que, a maioria dos entrevistados teve que dividir parte do tempo que deveria ser dedicado exclusivamente aos estudos, a atividades que pudessem ajudar na subsistência da família. Ainda assim, estes indivíduos adquiriram um nível de escolaridade necessário ao ingresso no ensino superior e conquistaram posições de prestígio.

Em termos de ocupação entrevistamos uma juíza, um diretor executivo e administrador, dois advogados, uma antropóloga, um promotor e professor universitário, um auditor e professor universitário, duas professoras e funcionárias públicas, uma professora e advogada. Sabe-se que a colocação do indivíduo na escala ocupacional é também determinante no que se refere aos níveis de renda. Segundo Figueiredo “pode-se definir a classe média a partir do recorte trabalhadores

não-manuais e trabalhadores manuais” Figueiredo (2003, p. 26). Todos os entrevistados exercem ocupações não-manuais, que exigem nível de escolaridade elevado e são típicas das camadas médias.

Todos os entrevistados possuem renda fixa, tem exercido suas atividades laborais plenamente, sete deles são funcionários públicos concursados e seis deles tem mais de uma profissão e ocupação.

Como podemos observar na tabela 2, somente três dos entrevistados possuem renda pessoal mensal entre 6 a 10 salários mínimos, ou seja, entre R\$ 2.790,60 e R\$ 4.650,00<sup>5</sup>. Os demais têm rendimentos pessoais acima desta média. A renda familiar se aplica apenas para 3 dos 4 dos entrevistados casados, cujos cônjuges acrescentam os rendimentos da família.

A maioria dos entrevistados tem filhos que dependem de suas rendas, mas somente uma entrevistada se considerou arrimo de família por morar com a filha e arcar com suas despesas.

**Tabela 2 – Renda dos entrevistados**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Renda pessoal (em salários mínimos)</b>	<b>Renda familiar (em salários mínimos)</b>	<b>Dependentes</b>
Vera Lúcia	Casada	6 a 10 SM	11 a 15 SM	2 filhos (2 e 5 anos)
Elcimar Bispo	Solteiro	16 a 20 SM	16 a 20 SM	Mãe e 1 filho (2 anos)
Glória Vasconcelos	Solteira	11 a 15 SM	11 a 15 SM	Não
Hilton Andrade	Casado	Acima de 20 SM	Acima de 20 SM	Esposa e 1 filha (24 anos)
Ivan Alves	Solteiro	6 a 10 SM	6 A 10 SM	2 filhos (4 e 7 anos)
Ilma Fernandes	Solteira	6 a 10 SM	6 a 10 SM	1 filha (20 anos)
Dalva Matos	Solteira	11 a 15 SM	11 a 15 SM	Não
Flavio Sacramento	Casado	16 a 20 SM	Acima de 20 SM	A mãe e os três filhos (10, 17 e 20 anos)
Lúcia Reis	Casada	11 a 15 SM	16 a 20 SM	3 filhos (23, 23, 24 anos)
Iracy Oliveira	Viúva	16 a 20 SM	16 a 20 SM	2 filhos (10 e 12 anos)

<sup>5</sup> Considerando o valor do salário mínimo do ano de 2009, cujo valor era de R\$ 465,00.

Os dados da tabela 2 evidenciam que estes indivíduos possuem um nível médio ou alto de vida se comparados com a maioria da população negra de Salvador. De acordo com a PNAD<sup>6</sup> de 2009 são considerados da classe média os indivíduos que possuem renda de R\$ 1.126 a R\$ 4.854. Apesar deste critério ser passível de controvérsias, segundo os dados oficiais do governo brasileiro, todos os entrevistados fazem parte da classe média brasileira.

Os locais de residência e a condição de moradia dos entrevistados são ilustrativos do nível médio de vida que possuem. Inserimos no questionário uma pergunta sobre o valor aproximado do domicílio dos sujeitos da pesquisa. Apesar de alguns preferirem não declarar esta informação, pudemos constatar que as condições de moradia da maioria dos entrevistados são compatíveis com os padrões típicos das camadas médias e ricas de Salvador, como podemos visualizar na tabela 3.

**Tabela 3 - Condições de moradia dos entrevistados**

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Bairro em que reside</b>	<b>Tipo de domicílio</b>	<b>Condição de ocupação do domicílio</b>	<b>Valor aproximado do domicílio<sup>7</sup></b>
Vera Lúcia	Federação	Apartamento	Próprio	R\$ 200.000,00
Elcimar Bispo	Imbuí	Apartamento	Próprio	R\$ 140.000,00
Glória Vasconcelos	Pituba	Apartamento	Próprio	Não declarou
Hilton Andrade	Graça	Apartamento	Próprio	R\$ 1.000.000,00
Ivan Alves	Cabula (Resgate)	Apartamento	Próprio	R\$ 70.000,00
Ilma Fernandes	Graça	Apartamento	Alugado <sup>8</sup>	Não declarou
Dalva Matos	Jardim de Alah	Apartamento	Próprio	R\$ 200.000,00
Flavio Sacramento	Pituba	Apartamento	Próprio	R\$ 400.000,00
Lúcia Reis	Federação (Estrada de São Lázaro)	Apartamento	Próprio	Não declarou
Iracly Oliveira	Piatã	Casa	Própria	R\$ 800.000,00

Para além do esforço familiar que perpassa a ascensão social de indivíduos negros, a literatura tem demonstrado que ela ocorre através de estratégias individuais. O estudo de Figueiredo reitera esta característica comum, que difere, por

<sup>6</sup> Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>7</sup> Valor estimado pelos próprios entrevistados.

<sup>8</sup> A entrevistada tem um apartamento próprio no bairro do Cabula, mas prefere morar na Graça.

exemplo, das estratégias coletivas dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil nos séculos XIX e XX. Segundo ela:

“A ascensão social dos negros não pode ser analisada seguindo a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas. Essas minorias usam estratégias comuns de ajuda mútua e de solidariedade étnica que no caso dos negros não extrapolam o limite familiar” (Figueiredo, 2002, p. 53).

Seguindo esta linha de pensamento, podemos conjecturar que esta pode ser uma das razões, pelas quais não há uma tradição de solidariedade racial da parte de negros que ascendem socialmente no Brasil. No caso dos sujeitos desta pesquisa, apesar de terem ascendido por conta do esforço pessoal e do incentivo da família, estes indivíduos tem se sensibilizado engajado na prática da solidariedade racial.

#### **1.4 As entrevistas e o campo**

A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2009. Dada a ausência de familiaridade com o universo dos entrevistados, recorremos a estratégias que possibilitassem alcançar indivíduos que se encaixassem no perfil desejado. Assim, no início do trabalho de campo realizamos uma entrevista-teste com um informante engajado no movimento negro de Salvador. Feito esta primeira incursão, solicitei indicações<sup>9</sup> de possíveis entrevistados, que por sua vez apontaram outros.

Entretanto, a preocupação de não realizar uma pesquisa tendenciosa com indivíduos das camadas médias membros dos movimentos sociais fez com que o processo de seleção dos entrevistados fosse mais cuidadoso. Dada a convivência destes indivíduos com discussões e ações que visam minorar as desigualdades, não seria muito difícil obter nas entrevistas discursos e práticas que contemplariam sobremaneira o tema da pesquisa. Por isso optamos por selecionar informantes que não necessariamente fossem membros de organizações negras.

Reiteramos que é de suma importância a participação de indivíduos negros de classe média no âmbito dos movimentos sociais, por serem referenciais positivos, e aderirem à solidariedade numa perspectiva orgânica. Entretanto, realizar entrevistas somente com estes indivíduos tornaria a pesquisa um tanto tendenciosa.

---

<sup>9</sup> Somente numa circunstância realizei uma entrevista com um informante a partir da abordagem pessoal, por ser uma pessoa que, embora não se considere militante, é conhecido pela sua luta de combate ao racismo, sobretudo por conta de sua profissão.

De forma que, dos dez entrevistados somente dois deles se assumiram como militantes. Os demais se consideraram ativistas, ou seja, indivíduos que aderem ao combate as desigualdades no sentido amplo, mas atuam pontualmente, ou mesmo simpatizantes<sup>10</sup>, isto é, pessoas que apenas apreciam a causa dos movimentos sociais.

Selecionados os possíveis informantes, procedemos à realização das entrevistas. A princípio fizemos um primeiro contato com os sujeitos para explicarmos o objetivo da pesquisa e argui-los no que se refere aos critérios estabelecidos. Em alguns casos a entrevista tinha início no primeiro encontro, noutros foi preciso marcar outro momento, por conta das ocupações do entrevistado.

Na verdade, esta foi uma dificuldade comum no trabalho de campo. Os entrevistados eram extremamente ocupados e nem sempre podiam oferecer toda a atenção necessária num só encontro. Um deles mencionou, de forma polida, a seguinte frase “já dediquei meu tempo demais aqui”, referindo-se à entrevista. Muitas vezes foi preciso reencontrá-los mais de duas vezes, sendo que, com um deles, não foi possível completar a entrevista<sup>11</sup> pelas dificuldades que o mesmo impôs à sua realização, dada a sua falta de tempo.

Durante as entrevistas chamaram-me à atenção as diversas sensações esboçadas pelos entrevistados. Alguns se surpreenderam com o tema da pesquisa, pois para a maioria deles, foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de se referirem à suas experiências enquanto negros(as) que ascenderam e que se solidarizam com a população negra de classe baixa:

Entrevistada: “Pois é maravilhoso, o tema é palpante né? E já vem tardiamente, mas ainda bem que você nasceu, chegou até aqui e se voltou pra esse tema que nós precisamos dele há muito tempo pra melhorarmos a condição social do negro” (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Outro entrevistado pontuou que prefere preservar as experiências difíceis pelas quais passou no processo de ascensão, porém ao saber que se tratava de um trabalho científico e que sua identidade seria preservada, sentiu-se satisfeito em compartilhar sua trajetória e inicia seu depoimento agradecendo pela oportunidade de participar da pesquisa:

---

<sup>10</sup> Apesar de alguns entrevistados definirem como simpatizantes aderem à solidariedade racial e atuam de forma independente.

<sup>11</sup> Esta entrevista foi completamente descartada.

Entrevistado: Eu quero primeiro te agradecer, porque esses temas, os temas que envolvem as questões existenciais, pessoais, eles são muito intra-familiares, agente não gosta muito de falar... Até quando é entrevistado num jornal, numa revista, numa televisão, essas coisas agente preserva” (Hilton Andrade, 61 anos).

Lúcia Reis (56 anos) demonstrou estar surpresa ao lembrar experiências passadas e perceber que a entrevista estava sendo um momento de reconstrução da sua história de vida. Durante a tomada de depoimentos ela esboçou a seguinte frase: “*engraçado está brotando aqui a história da minha vida*”. No último encontro a referida entrevistada pediu a gravação da entrevista, pois gostaria de guardá-la como um registro.

Algumas entrevistas foram marcadas pela emoção dos informantes, sobretudo, nos depoimentos que se referiam às humilhações sofridas e à falta de reconhecimento. O trecho a seguir é ilustrativo:

Entrevistada: Porque eu também tinha passado por um momento muito difícil no Colégio Duque de Caxias. Quando eu tinha nove anos, o professor de desenho pediu um determinado tipo de material e meu pai comprou um de qualidade inferior. Então ele me chamou na hora de apresentar o material, régua, esquadro, compasso, esse tipo de coisa. Eu apresentei o meu e ele disse: ‘menina, não foi isso que eu pedi, se seu pai é pobre não pode comprar, você deixe de estudar e vá aprender a fazer uma feijoada que você vai ser mais feliz’. Eu saí aos prantos... (pausa, emoção)... é duro! Ser negro nessa terra é triste. Aí eu saí aos prantos e fui lá pra o pátio de colégio. Depois eu voltei, não sou de levar desaforo pra casa, e disse pra ele: ‘professor, eu não vou fazer feijoada pra branco, eu vou estudar, vou ser juíza e vou voltar aqui pra lhe prender!’. E aí fui embora. [...] (emoção) E aí aquilo ficou arraigado em mim. Eu disse: ‘um dia eu vou ser magistrada’ (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Outros, por vezes, evitavam se estender quando nas suas falas acabavam rememorando situações que os levavam a recordar o sofrimento. O silêncio momentâneo também fez parte dos diálogos denotando as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos ao longo de suas trajetórias:

Entrevistado: “Então o que eu acho de muito interessante das dificuldades que eu tive (pausa)... E óbvio que eu não gosto de citá-las todas, mas tem dezenas de exemplos. Aconteceu da empresa me mandar como diretor, mesmo como gerente, discutir um assunto noutra instituição e quando cheguei não fui aceito, porque as pessoas achavam que não era eu. Passei isso vários momentos” (Hilton Andrade, 61 anos).

Demos aos informantes a liberdade de escolha do local das entrevistas. Cinco delas foram realizadas nos locais de trabalho dos sujeitos e as outras cinco nas residências dos mesmos. As entrevistas realizadas nas residências dos entrevistados possibilitaram perceber o padrão de vida destes cinco indivíduos. Uma



entrevistada, por exemplo, reside numa casa situada num condomínio residencial de luxo, avaliada em oitocentos mil reais<sup>12</sup>, enquanto quatro deles residem em apartamentos de classe média alta, inclusive um deles mora numa cobertura avaliada em um milhão de reais.

O processo de realização das entrevistas não foi tarefa fácil. O uso de entrevistas semi-estruturadas deixa antever que cabe ao pesquisador provocar discursos, perceber as sensações dos interlocutores e ao mesmo tempo balizar suas falas para que atendam aos propósitos da pesquisa. Em alguns momentos nos coube interromper trechos evasivos e argumentações inconsistentes que tomariam o tempo a ser aplicado em questões mais relevantes. Noutras situações solicitamos aos informantes maiores detalhes acerca de aspectos relevantes sobre os quais estes se referiram pontualmente.

Finda a pesquisa de campo deparamo-nos com um material denso e extenso, o qual foi transcrito e posteriormente sistematizado. O tratamento destes dados foi realizado através da análise dos conteúdos das entrevistas, no sentido de extrair delas as informações necessárias à produção do trabalho científico.

Para além das análises, compreendemos que a essência (causas e leis) oculta dos fenômenos não nos é dada diretamente através das sensações e só pode ser apreendida através do pensamento reflexivo. Como nos lembra Champagne “os dados têm de ser sempre interpretados e integrados em uma problemática científica e nunca poderão falar por si mesmos” (Champagne, 1996, p. 127).

Se a via de produção do conhecimento só é possível a partir do rompimento com o discurso erudito, a prática científica exige em sociologia um bom instrumento de ruptura com evidências comuns. Para além de um registro do real, faz parte da análise sociológica entender natureza científica dos fenômenos, amparando-se na construção teórica (Ibid., 1996).

Entretanto, por mais que os padrões que conformam o status de cientificidade evoquem o rompimento com o universo das sensações, é somente a partir dos dados brutos da realidade cotidiana que alcançamos a essência oculta dos fenômenos.

---

<sup>12</sup> Avaliação da própria entrevistada.

## **CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

### **2.1 A ideologia do branqueamento**

A noção de branqueamento aparece comumente nos estudos sobre ascensão social negra. Muitos intelectuais evidenciaram sua relevância para a compreensão da relação entre raça e classe no Brasil. Entretanto, poucas análises foram realizadas no sentido de desvelar esta ideologia (Bento, 2007).

Para efeito desta investigação é de suma importância entendermos o branqueamento, uma vez que esta concepção impregna o cotidiano da sociedade brasileira, reproduz uma visão negativa e desvalorizada do ser negro, reduz o descontentamento social, dificultando assim a constituição de redes de solidariedade de caráter étnicorracial.

O contexto histórico da segunda metade do século XIX e início do século XX é um período privilegiado no que tange à constituição do branqueamento enquanto ideologia. As elites impuseram de forma explícita à sociedade brasileira o projeto de embranquecimento da nação, tendo em vista o aniquilamento das populações negra e indígena.

Esta fase é marcada pelo comprometimento de vários intelectuais, cientistas sociais, artistas, jornalistas, preocupados com a composição racial brasileira, o que resultou numa produção intelectual marcante. É um momento privilegiado na constituição do imaginário nacional expresso nas vozes de membros das classes dominantes que conjecturavam os destinos da nação.

Diante do desafio de transformar o Brasil-Império em Brasil-Nação e das grandes mudanças institucionais que se configuravam à época, tais como a derrocada da Monarquia e da escravidão, era eminente a preocupação das elites dirigentes quanto ao ingresso do Brasil na modernidade. A questão da heterogeneidade racial da população e o fato dos brancos serem minoria, eram alvos da apreensão das classes dirigentes. De acordo com Célia Azevedo:

“De inícios do século passado até meados da década de 1880, o tema do negro livre ocupou um lugar privilegiado nas preocupações reformistas de numerosos autores de memórias oferecidas aos governantes ou simplesmente ‘compatriotas’. Na forma de projetos detalhados ou modestas sugestões, os livros publicados neste período de previsões do fim da escravidão deixa entrever a ansiedade dos ‘homens bons’ do Brasil em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros, ou

entre proprietários e não-proprietários, preparando o país para um futuro de trabalho livre, ordem e progresso” (Azevedo, 1987, p. 33).

A preocupação eminente se delineava no entorno do que fazer com a massa populacional liberta após a abolição. Era também notável o temor de que este contingente se rebelasse após séculos de exploração institucionalizada (Azevedo, 1987).

Muitos intelectuais passaram a postular que o progresso e a civilização do país passariam pelo embranquecimento da população, visto que as características físicas seriam um reflexo moral dos indivíduos. O fenótipo não-branco representava, na visão de intelectuais comprometidos com o projeto das elites, a selvageria e o barbarismo presentes na sociedade brasileira, logo, um retrocesso à modernização.

Nesse sentido, a ideologia do branqueamento foi entrelaçada a um projeto político de nação, no qual se apregoava o aniquilamento dos não-brancos vistos como incivilizáveis. O único destino das populações negra e indígena seria branquear-se e subsumir-se à diluição racial.

A expressão mais empírica da tentativa de embranquecimento nacional foi a política de incentivo à imigração européia. Na visão das elites e dos seus representantes era preciso:

“injetar mais brancos no espaço até então ocupado predominantemente por negros e índios. Era por isso precisamente que se fazia presente a necessidade da imigração européia, com todo o seu poder de purificação étnica” (Ibid., p. 72).

A partir de um olhar hierarquizado, depreciativo e racista, as classes dominantes encontraram na miscigenação uma ‘saída de emergência’ para resolver o que entendiam por ‘problema racial’.

A criação de instituições e centros universitários que se dedicavam ao estudo das raças é indicativa desta fase do pensamento social e racial brasileiro. A importação de doutrinas racistas da Europa marcou esta fase da produção intelectual, onde buscava-se científicizar as supostas diferenças entre os homens (Schwarcz, 1993).

Vale ressaltar que, a questão racial no Brasil, foi discutida em diferentes momentos e sob influência de diferentes orientações teóricas européias. Muitas divergências se esboçaram quanto à proposta de branqueamento da população através da miscigenação. Podemos mencionar como exemplo, a posição de Nina Rodrigues, membro da Escola de Medicina da Bahia no fim do século XIX. Em ‘**As**

**raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil'** o autor, se opunha à mestiçagem por considerá-la degenerativa à raça branca:

“A julgar por certos factos, a mistura entre raças de homens muitos dessemelhantes parece produzir um typo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para genero algum de vida” (Rodrigues, 1894, p. 93).

Para Rodrigues (1894), o hibridismo levaria a sociedade brasileira à decadência, na medida em que originaria um retrocesso. Entretanto, a miscigenação e o branqueamento, censurados em sua ótica, foram incorporados ao projeto político de construção da nação.

Ao se depararem com um contingente não-branco expressivo e determinarem a incapacidade desta população em adquirir os dotes morais dos brancos, as elites esboçaram a tese do branqueamento como solução ‘harmônica’<sup>13</sup> ao ‘problema’ racial brasileiro. Este foi um recurso encontrado para adequar a teoria da supremacia branca à realidade do país majoritariamente não-branco. Assim afirma Skidmore referindo-se a Viana e aos demais intelectuais que advogavam pelo branqueamento:

“Embora elogiasse os pensadores racistas europeus e se referisse, constantemente, a raças ‘inferiores’ e ‘superiores’, não via tais diferenças como absolutas. Esse era, na realidade, o compromisso de que os brasileiros se viam valendo para poder conciliar a teoria racista com sua realidade multi-racial. (Skidmore, 1976, p.220).

Tal ideologia teve em Silvio Romero, crítico literário, juiz, promotor e deputado, um de seus maiores expoentes. O autor critica os relatos de estrangeiros que expressavam em seus escritos o atraso da sociedade brasileira, ao vislumbrarem a composição racial do país. Romero critica em sua obra **‘História da Literatura Brasileira’** a posição do inglês H. T. Buckle, que descreve o Brasil em **‘História da Civilização Européia’** como um país destituído de civilização, assolado por fatores climáticos e por sua composição racial. Assim se posiciona: “o autor da História da civilização na Inglaterra, ávido por dar os motivos do nosso atraso, os não determinou exatos” (Romero, 1980, p. 86).

Na perspectiva de Romero o povo brasileiro constituiu-se a partir de três raças distintas. A raça branca se associou harmonicamente às raças negra e indígena para formar um povo mestiço originalmente brasileiro, o qual ele chama de

---

<sup>13</sup> Segundo Skidmore (1976), uma das maneiras consagradas de explicar o branqueamento brasileiro consistiu sempre em comparar o Brasil aos Estados Unidos, no sentido de revelar a ‘suposta’ bondade dos brancos no Brasil ao tentarem resolver o hipotético ‘problema racial’.

‘histórico’. É perceptível que o autor ora se refere à mestiçagem como positiva, ora como negativa, porém via o branqueamento como um destino natural do país. Seu pensamento reflete explicitamente uma apologia ao desaparecimento das populações negra e indígena:

“A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índio tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais da metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (Romero, 1980, p. 100).

A imigração aparece como uma solução positiva ao embranqueamento populacional. Para o autor, a supressão da população negra brasileira seria efetivada em três séculos de fusão racial:

“Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende mais a sê-lo, a branca. [...] Quase não temos mais famílias extremamente africanas; os brancos presumidos abundam. Dentro de dous ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado” (Ibid., 101).

Ao que parece Silvio Romero foi profundamente influenciado pelo evolucionismo de Charles Darwin. Segundo esta teoria, assim como na natureza somente as espécies mais fortes sobreviveriam, na sociedade, as raças superiores naturalmente dominariam as inferiores (Schwarcz, 1993). É a partir desta visão que delineia-se o conceito de “civilização” para classificar, julgar e justificar com tom de inferioridade os povos situados fora da história da Europa.

Estas idéias fundamentaram também as teses de Oliveira Viana. Advogado, historiador e mulato, Viana foi um dos grandes responsáveis pela disseminação da tese do branqueamento (Skidmore, 1976). Suas idéias enunciam a transformação de concepções elitistas num referencial teórico no início do século XX. Preocupado quanto à inserção do Brasil no âmbito das nações ‘civilizadas’, Viana vira no branqueamento o progresso do povo brasileiro.

Em sua perspectiva, o grau de civilização de um país seria diretamente proporcional à percentagem de população branca. Analisando os censos de 1872, 1890 e 1920, Viana postulou a *ascensão do Brasil para a branquitude*<sup>14</sup>. Algumas expressões por ele utilizadas como ‘coeficientes de raças inferiores’, ‘destruição da

---

<sup>14</sup> De acordo com Piza (2000) o conceito de ‘branquitude’ diz respeito à construção da identidade branca, porém Viana o utiliza como sinônimo de ‘branqueamento’.

população negra’, ‘evolução descendente dos dois typos bárbaros’ reiteram sua proposta. Referindo-se a Viana, afirma Sodré: “Não há uma dúvida, tudo está bem claro, jamais se formulou, no Brasil, uma obra de teor racista, fascista, nazista, tão nítido e tão profundo” (Sodré, 1970, p.193).

Viana advogava pela ‘limpeza genética’ dos não-brancos. A partir do estudo das diversas tribos indígenas e da diversidade étnica dos africanos no Brasil, este intelectual entendia que a mestiçagem seria positiva, uma vez que os cruzamentos elevariam a ‘condição’ dos negros e índios. Porém, a miscigenação só seria efetiva se prevalessem as características físicas e morais dos brancos:

“Um cruzamento feliz de um typo superior de negro ou de índio com um branco bem dotado de eugenismo pode produzir um mulato ou um mameluco superior, se porventura, pelo jogo das influencias hereditárias, preponderar nesse cruzado o eugenismo do typo branco. É claro que essas combinações felizes não são comuns; na sua maioria, os mestiços ficam abaixo do typo superior de que provem. Nestes, por exemplo, o branco imprime os seus attributos intellectuaes, mas é do negro ou do índio que elles herdam a estrutura do caráter (Viana, 1933, p.161)”.

O branqueamento biológico advogado por Romero e Viana seria assim capaz de ‘melhorar’ as raças inferiores, que, por consequência da aquisição das características genética da raça ariana, adquiririam também os dotes morais da suposta raça superior. Na visão destes intelectuais, suprimir a raça negra e indígena pela infusão do sangue resolveria ‘problema étnico’ brasileiro.

Como dissemos previamente, o fim do século XIX e o início do século XX foi uma fase histórica de construção da ideologia do branqueamento. Após os anos 30, o contexto e o discurso racial se modificam, fazendo emergir a tese da democracia racial, que embasada numa suposta harmonia entre negros, brancos e índios no Brasil, suplantou o branqueamento como projeto político explícito.

Cristalizada no pensamento de Gilberto Freyre, a democracia racial traduziu academicamente a política da ‘nacionalidade morena’. Se antes a mestiçagem era objeto do branqueamento, após os anos 30 passou a ser valorizada como característica do povo brasileiro. Assim informa Freyre:

“O que a cultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido da aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sandiuchada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte, contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadradona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização social no Brasil” (Freyre, 2001, p.46).

O silenciamento do discurso político do branqueamento coincidiu com um relativo silenciamento acadêmico a respeito. Embora tenha permanecido como um valor na sociedade brasileira, poucos autores se dedicaram a entender as questões raciais na perspectiva do branqueamento. Os estudos clássicos sobre relações raciais privilegiaram muito mais os problemas do negro, em vez de buscarem entender o papel do branco e do branqueamento na constituição das desigualdades. De acordo com Bento (2007, p.26): “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais no Brasil constitui um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”.

Por outro lado, o branqueamento aparece na maioria dos estudos clássicos sobre ascensão social de negros<sup>15</sup>. Vale ressaltar que nestes trabalhos, não há preocupação em entender o branqueamento em si, mas a forma como o negro que ascende socialmente o adere e manipula. Eles referenciam o desejo do negro em tornar-se branco em termos biológicos, sociais e culturais e negligenciam a pressão que os indivíduos negros sofrem ao acessarem as classes dominantes.

Segundo Bento (2007), o branqueamento é uma construção social das elites com vistas a assegurar privilégios sociais, políticos e econômicos. Este ideal não mais se sustenta numa perspectiva político-civilizatória, como no início do século passado, mas se consolida como valor ideológico. Constitui-se a partir de mecanismos de subalternidade e resulta na manutenção de poder e privilégio dos brancos.

Tal ideologia favorece aos brancos material e simbolicamente, já que os apresenta como padrão de referência. Dessa forma, produz um imaginário extremamente negativo sobre a população negra, macula a sua identidade racial e auto-estima, bem como dificulta as possibilidades de assunção da solidariedade étnicorracial. De acordo com Hofbauer:

“O ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal. [...] Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas” (Hofbauer, 2006, p.27-28).

Pensando na investigação ora realizada, poderíamos então dizer que, a rejeição da ideologia do branqueamento pode ter conseqüências diretas no

---

<sup>15</sup> Nos reportaremos a estes estudos no tópico ‘Ascensão negra: branqueamento e solidariedade na intelectualidade brasileira’.

fortalecimento da identidade negra, no reconhecimento das desigualdades e, por consequência, no engajamento social do negro. De forma espontânea<sup>16</sup>, críticas a esta ideologia apareceram nas falas de alguns entrevistados e nos fizeram pensar nos significados do branqueamento para os negros que ascendem socialmente e são solidários.

Para Hilton Andrade, a adoção do branqueamento por negros que ascendem, está relacionada à covardia, negação da identidade, ou mesmo falta de consciência. Em sua opinião, estes indivíduos tentam embranquecer achando que de alguma forma serão beneficiados por isso:

Entrevistado: “Aquela história de embranquecer, eu acho que ao embranquecer você perde a identidade, é burrice, é fraqueza. Isso é maluquice, é uma... Eu entendo porque as pessoas querem embranquecer, por essa forma de achar que vai ter melhores oportunidades, mas isso é uma loucura, é uma coisa irracional, você vai ser sempre quem você é (Hilton Andrade, 61 anos).

O depoimento deste entrevistado corrobora a tese de Bento (2007), segundo a qual, na sociedade brasileira, o branqueamento é visto como um problema exclusivo dos negros, na medida em que, são estes indivíduos que não aceitam a sua auto-imagem e buscam assemelhar-se aos brancos.

Ainda conforme opinião de Hilton Andrade, o indivíduo que se assume como negro tem a possibilidade de se impor e ser mais respeitado. Para ele, ser negro não é apenas ter pele negra, mas agir como negro:

Entrevistado: “Quando você se assume enquanto negro, principalmente quem tem a tez com menos melanina como é o meu caso, agente ainda fica mais respeitado. Quando as pessoas perguntam se eu sou negro, eu respondo assim: ‘você me acha branco?’. Eu não respondo se sou negro, mas pergunto: ‘você me acha branco?’. ‘Não’. ‘Então, por favor, não me deixe indefinido. Eu sei o que eu sou’. E eu acho que negro é quem quer ser e quem age como negro. A cor da pele tem importância fundamental, mas não é tudo, porque tem muitos negros que não gostam de ser negro e tem até vergonha de ser negro” (Hilton Andrade, 61 anos).

Esta ‘vergonha de ser negro’ referida por Hilton Andrade, corresponde a uma das dimensões da ideologia do branqueamento. Como vimos, um dos efeitos que ela produz é a rejeição à identidade negra. Entretanto, para ele, a auto-aceitação é o caminho mais difícil, porém mais satisfatório em termos de auto-estima e orgulho.

Entrevistado: “É um caminho mais difícil, mas é... Eu não digo o único, mas é o mais agradável, é o mais gratificante, porque o negro ou qualquer raça quando ela não se acha dentro do processo que ela está, ela pode ter o

---

<sup>16</sup> Não foi nossa intenção estudarmos diretamente o branqueamento, por esta razão os entrevistados não foram argüidos a esse respeito. Ainda assim espontaneamente alguns deles se remeteram a esta ideologia.



dinheiro que for, mas ela não está feliz, ela não está bem. Então você tem que estar bem aonde você estiver e as pessoas lhe respeitarem como você é e como você age. Aí você pode ter perspectiva de felicidade” (Hilton Andrade, 61 anos).

Para Lúcia Reis, o branqueamento se apresenta ou como um ato de defesa, ou como conformismo dada a crueldade do racismo. A sua própria experiência de vida enquanto mulher negra e advogada é ilustrativa destas dificuldades enfrentadas por indivíduos que ascendem socialmente e não aderem ao branqueamento.

Entrevistada: “E eu lhe digo que esse processo de branqueamento é um instrumento de defesa. Porque não é nada fácil passar por esse pequeno histórico que te disse aqui da minha vida, nesse habitat, sem se desestabilizar. É tão cruel que você precisa de um esforço sobre-humano. Em alguns espaços a coisa é mais light, mas tem, por exemplo, o judiciário. É muito esforço, porque é muito cruel. Quantos agüentam aquele conselho federal?” (Lúcia Reis, 56 anos).

Outro aspecto deste depoimento que merece destaque é a sua relação com o pensamento de Souza (1983), quando a autora se reporta à imposição do ideal do branqueamento sobre os negros que ascendem socialmente: “para o psiquismo do negro em ascensão, que vive o impasse consciente do racismo, o importante não é saber viver e pensar o que poderia vir a dar-lhe prazer, mas o que é desejável pelo branco” (1983, p.7).

Souza (1983) entende que o branqueamento é inerente à ascensão social de negros. Como vimos, consta na teoria das relações raciais no Brasil um leque de interpretações acerca da associação entre ascensão social de negros e branqueamento. Piza nos lembra que:

“O pressuposto dos estudos sobre o branqueamento, no sentido da adequação do negro a uma sociedade branca e embranqueadora, supõe que, para atender às demandas racistas de embranquecimento da população brasileira, sua parcela negra tenderia a desenvolver a negação de sua racialidade e promover formas de embranquecimento, tanto na busca de parceiros para a miscigenação, no desejo de ascendência social através da ‘melhoria do sangue’, quanto no comportamento, discreto e distanciado de sua comunidade de origem, visando assemelhar-se ao branco” (2002, p. 65).

De fato, para os estes indivíduos, o apelo à adesão desta ideologia é ainda mais latente, visto que estão imersos nas camadas médias dominantes, majoritariamente brancas. Porém, os depoimentos dos entrevistados desta pesquisa indicam um posicionamento contrário ao branqueamento, que os remete à assunção da identidade racial e, como veremos posteriormente, à solidariedade.

Tal postura nos leva a questionar, em que medida este modelo de interpretação pode ser utilizado para estudarmos a ascensão social negra no contexto atual? Os dados desta investigação podem ilustrar mudanças de comportamento de indivíduos negros que, como vimos nos depoimentos acima, tem rejeitado a ideologia do branqueamento e investido em relações de solidariedade junto à população negra.

A solidariedade não é aqui entendida na perspectiva da generosidade, mas à luz da sociologia da dádiva e da produção de vínculos coletivos entre os indivíduos.

## **2.2 A sociologia da dádiva e o conceito de solidariedade para os propósitos da pesquisa**

Para os propósitos desta investigação, lançamos mão da sociologia da dádiva, que referencia o modelo clássico de Marcel Mauss, e dos temas afins que se agregam a esse debate, como ferramenta analítica para entendermos a relação entre ascensão social negra e solidariedade.

Além de Mauss (1950), Durkheim (1995), Malinowski (1984) e Bourdieu (1996a), bem como intelectuais contemporâneos, produziram aportes teóricos relevantes a esta teoria. Trocas simbólicas, dádiva e dom são nomenclaturas comumente utilizadas por estes autores em referência a este debate. Entretanto, qualquer que seja a abordagem, este modelo de análise converge para um núcleo comum: a produção de vínculos sociais entre os indivíduos.

Referindo-se à teoria da dádiva – ou das trocas simbólicas - como instrumento analítico, Bourdieu evidencia que este modelo possibilita compreender múltiplas dimensões das relações sociais entre os indivíduos:

“Gostaria de tentar mostrar que podemos, com o mesmo instrumento, pensar sobre coisas tão diferentes como os desafios de honra em uma sociedade pré-capitalista ou, em sociedades como a nossa, a atuação da Fundação Ford ou da Fundação da França, as trocas entre gerações no interior da família e as transações nos mercados de bens culturais ou religiosos, etc” (1996, p.157).

Nos últimos 20 anos, a sociologia do dom tem sido revisitada por oferecer um aporte teórico de fundamental importância aos estudos sobre desigualdades e exclusão. No âmbito da teoria da dádiva estes dois entraves à vida social têm sido

compreendidos como resultantes da desvalorização dos vínculos sociais. Segundo Martins: “recentemente esta produção intelectual vem adquirindo um caráter abertamente propositivo, revelado pelo resgate do associacionismo como alternativa para a crise dos grandes paradigmas da modernidade” (Martins, 2005, 52).

O Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais, que em francês leva a sigla M.A.U.S.S. e a publicação da Revue du M.A.U.S.S. são ilustrativos do cometimento de intelectuais contemporâneos em resgatarem a sociologia da dádiva, conferindo a ela visibilidade e defendendo a sua importância para compreensão das relações sociais na contemporaneidade (Caillé, 1998; Godbout 1998).

Sob este prisma buscamos entender o objeto desta investigação. As teorias construídas no entorno da teoria da dádiva nos auxiliaram a analisar relação entre ascensão social de negros e solidariedade, bem como a natureza dos vínculos produzidos entre estes indivíduos e a população negra de classe baixa. Considerando a sociologia da dádiva e a perspectiva dos entrevistados desta pesquisa, entendemos a solidariedade racial como uma linguagem, um ato comunicativo entre indivíduos com vistas à constituição de laços sociais, tendo como fundamento a identificação étnico-racial.

### **2.2.1 O conceito de solidariedade na sociologia de Émile Durkheim**

O conceito de solidariedade é basilar à sociologia de Emile Durkheim. Seu modelo teórico defende a primazia da sociedade sobre os indivíduos. Estes se somam e constituem a coletividade, que por sua vez se transforma numa entidade exterior e independente das partes que a compõe. Embora a vida social só exista em virtude dos papéis desempenhados pelos atores, os fenômenos sociais devem ser explicados a partir da coletividade (Durkheim, 2001).

Toda a sociologia durkheimiana responde à necessidade de entender as razões que tornam a sociedade crível. Nesta linha de pensamento, a solidariedade fundamenta a coesão social:

“... a sociabilidade em si não é encontrada em parte alguma. O que existe e vive realmente são as formas particulares de solidariedade, a solidariedade doméstica, a solidariedade profissional, a solidariedade nacional, a de ontem, a de hoje, etc.” (Durkheim, 1995, p. 34).

O autor observa que a existência da sociedade depende da cooperação entre seus membros. Ao compartilharem crenças, normas e valores os indivíduos participam da vida social e colaboram com sua perpetuação. Cada membro contribui para a sobrevivência do todo, ao passo que depende dos demais, sem necessariamente estarem cientes disso: “a maioria dos espíritos não tem nenhuma consciência dela” (Ibid., p. 223). De qualquer sorte, é esta solidariedade que permite a existência dos grupos sociais.

A anomia social, ou seja, o crime, o suicídio e os conflitos seriam produtos do baixo nível de coesão. Assim, Durkheim evidencia que quanto mais estabelecidos os vínculos sociais, menor a desregulação da sociedade.

Segundo ele, a solidariedade se modifica de acordo à forma como a sociedade se organiza nos termos da divisão social do trabalho. Ela é uma necessidade moral da coletividade e tem a função de tornar os indivíduos socialmente solidários:

“...o mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torná-las solidárias. Seu papel, em todos esses casos, não é simplesmente embelezar ou melhorar as sociedades existentes, mas tornar possíveis sociedades que, sem elas, não existiram” (Ibid., p. 27).

Assim, nas chamadas sociedades simples, ou agregados sociais de pequeno porte, onde a divisão social do trabalho se desenvolvia por similitudes, as afinidades por laços de sangue seriam responsáveis pela manutenção do grupo e produziriam um tipo de solidariedade ao qual Durkheim intitulou de mecânica. Esta se caracteriza pela diminuta especialização das tarefas e, por conseguinte, pelo desenvolvimento tênue da divisão social do trabalho. Nestes contextos a coesão social está assentada nos mitos, tradições, crenças e valores religiosos (Ibid., 1995).

O desenvolvimento das sociedades complexas e da própria divisão social do trabalho, fez emergir outro tipo peculiar de solidariedade, que veio substituir a organização segmentária. Com o surgimento das sociedades modernas, formulam-se novos arranjos baseados na ampla especialização das funções sociais que incrementaram o grau de interdependência dos indivíduos. A ordem social não se esfacela, a sociedade não passa ao estado de anomia, mas mantêm-se coesa devido a um novo tipo de solidariedade: a orgânica. Segundo Aron:

“a forma oposta de sociedade, a orgânica, é aquela em que o consenso, isto é, a unidade coerente da coletividade, resulta de uma diferenciação, ou se exprime por seu intermédio. Os indivíduos não se assemelham, são

diferentes. E, de certo modo, são diferentes porque o consenso se realiza” (2008, p. 458).

As interações entre os indivíduos neste tipo particular de solidariedade, não mais se circunscrevem por laços de sangue, mas segundo a natureza da atividade social que cada sujeito desempenha. Os mitos, as crenças e as tradições dão lugar às regras morais institucionalizadas.

A análise de Durkheim está assentada numa perspectiva coletiva e subsume o papel do indivíduo na produção dos vínculos sociais. Entretanto, as idéias deste autor, nos levam a refletir acerca da centralidade da solidariedade no que tange à existência da sociedade. O que torna os grupos sociais possíveis senão as inter-relações, os vínculos entre os indivíduos?

Vale ressaltar que as idéias de Émile Durkheim foram fundamentais à sociologia da dádiva de Marcel Mauss.

### 2.2.2 As trocas em Malinowski

As reflexões de Malinowski presentes na obra '**Os Argonautas do Pacífico Ocidental**' trouxeram contribuições importantes à sociologia da dádiva de Marcel Mauss. Observando as cerimônias do *kula* entre tribos das Ilhas Trobriand, Malinowski percebe na economia das trocas dessas sociedades simples, um objeto de estudos para compreensão dos vínculos sociais. O autor se dedica à análise das motivações que fundamentam estas práticas e dos sentidos produzidos entre os indivíduos que delas participam.

Segundo ele, as trocas praticadas pelos trobriandeses seriam um amplo sistema de intercâmbios, que consistia na doação de presentes a serem retribuídos num tempo indeterminado:

“Cada um dos participantes do *Kula* recebe periodicamente (mas não regularmente) um ou vários *mwali* (braceletes de concha) ou um *soulava* (colar de discos feitos de conchas vermelhas) que deve entregar a um de seus parceiros, do qual recebe em troca o artigo oposto” (Malinowski, 1984, p. 71).

A própria distribuição geográfica circular das tribos que trocavam presentes mutuamente, favorecia a dinâmica e o circuito do *Kula*. De acordo com Malinowski, todas as comunidades tinham uma posição fixa e os objetos trocados obedeciam a

uma rota. No sentido horário os objetos das trocas seriam colares, já no sentido anti-horário da rota os presentes seriam braceletes (idem, 1984). O que evidencia a organização do sistema de trocas de presentes entre os trobriandeses.

Produzidos nas próprias comunidades, os artigos do *kula* possuíam importância social e histórica por terem sido preservados e repassados através de gerações. De acordo com Malinowski, “cada um dos artigos realmente bons do *Kula* tem um nome próprio e encerra uma espécie de história ou romance nas tradições dos nativos” (Malinowski, 1984, p. 76).

Esses objetos passavam de mão em mão e poderiam levar até dez anos para perfazerem todo o circuito voltando ao ponto inicial. Assim, os parceiros do *kula* não conservavam um presente recebido consigo por muito tempo. A circulação de bens seria o objetivo deste ritual, de forma que, segundo Malinowski, o participante que porventura retivesse o artigo recebido seria duramente criticado: “nenhum dos nativos que dele participam pode manter quaisquer dos artigos em seu poder por mais de um ou dois anos e quando os conserva durante este tempo está sujeito a ser censurado por sua mesquinhez” (Ibid., 79).

Para os trobriandeses o ato de doar seria a virtude que evidenciava o poder e a riqueza. O sentido da aquisição desses objetos não repousa no desejo de posse, pois ela é provisória. Os artigos devem estar em constante movimento, produzindo vínculos entre os participantes do ritual.

Malinowski observou a existência de decoro em cada transação do *Kula*, não se podia, por exemplo, discutir a equivalência dos artigos trocados. Cada participante tinha a liberdade de escolher o presente a ser doado e o receptor não poderia reclamar se este não estivesse no nível de suas expectativas. Porém, quanto mais valioso o presente dado, mais prestígio teria o doador. Isso porque o *Kula* estabelecia “

que possuir é ser poderoso e que a riqueza constitui apanágio indispensável de dignidade social e atributo da virtude individual. O importante, porém, é que para os nativos do *Kula*, possuir é dar – e nesse aspecto eles são totalmente diferentes de nós” (Malinowski, 1984, p. 81).

Interessante é que Malinowski identifica entre os nativos, práticas comerciais de escambo, inclusive relata a importação e exportação de bens entre as ilhas. No entanto, estes indivíduos tem o *Kula* como uma instituição coletiva, cuja dinâmica não se estabelece por necessidade ou interesse utilitário. Seu objetivo primaz é a produção de vínculos perenes entre indivíduos de comunidades distantes, com

características lingüísticas e étnicas diferentes, mas que se reconhecem enquanto partes de uma rede de relações:

“O que se verifica então é um vasto encadeamento de relações intertribais numa grande instituição que incorpora milhares de pessoas, todas elas unidas por uma paixão comum pelas transações do Kula e, em segundo plano, por muitos pequenos laços e interesses” (Ibid., 78).

O ritual do *Kula* resguarda uma série de etiquetas e evidencia a importância que os trobriandeses relegavam à socialização gerada pelo fenômeno das trocas. Malinowski procurou entender as motivações do fenômeno das trocas no âmbito de um sistema social amplo. A riqueza de detalhes, as regras, as convenções tradicionais, todo o cerimonial necessário a realização do *Kula* descritas na sua etnografia, ilustram a importância que essas comunidades conferiam às trocas. Para além de um ato material, as trocas trobriandesas constituem um ato simbólico-comunicativo e servem à necessidade de produção de vínculos entre os indivíduos.

### 2.2.3 Marcel Mauss e a sociologia da dádiva

Segundo Lanna (2000) o ‘**Ensaio sobre a dádiva**’ de Marcel Mauss (1950) representou um marco no desenvolvimento da sociologia de durkheimiana. Ambos os autores abordaram a solidariedade a partir de diferentes modelos de interpretação. Enquanto a leitura de Durkheim (1995) remete a solidariedade à coesão social, o argumento de Mauss referencia a formação dos vínculos sociais entre os indivíduos.

Um dos grandes méritos do pensamento maussiano é a superação da dicotomia ‘indivíduo x sociedade’ presente na sociologia de Durkheim. Nos escritos de Mauss fica evidenciado o seu interesse pelos fundamentos da vida coletiva, associado a uma revalorização do papel do indivíduo na vida social. De acordo com Laniado:

“O avanço da análise maussiana em relação à tipologia da solidariedade durkheimiana sobre o papel da reciprocidade na formação da coesão social, está na relevância que ele atribui aos agentes no ritual da dádiva. Apesar dos determinantes da obrigação de dar-receber-retribuir, ele leva em conta a subjetividade dos envolvidos, expressa na percepção do espírito de quem dá em relação ao presente recebido. Leva em conta também a motivação do indivíduo enquanto sujeito que mantém a sua adesão ao ritual da dádiva estimulado por interesse, espontaneidade e obrigação” (2001, p. 233).

Mauss apoia-se também nas contribuições de Malinowski quando do seu estudo sobre as trocas nas tribos trobriandesas no início do século XX. Analisando as modalidades de trocas em diferentes sociedades e contextos, Mauss evidencia que a vida social se constitui a partir da tríplice dar, receber e retribuir. A formação de alianças entre os indivíduos é o ponto de partida do seu estudo, para quem o sistema de dádivas é uma lógica comum não somente às sociedades simples, mas a todas as sociedades.

É perceptível que Mauss (1950) busca no sistema de trocas das sociedades simples parâmetros para entender os sistemas de trocas nas sociedades ocidentais. Ele refuta a lógica do interesse mercadológico e situa as trocas econômicas no contexto de um sistema social amplo. De acordo com Martins:

“a crítica anti-utilitarista de Mauss visa denunciar o equívoco de toda tentativa de limitar as motivações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado como instância privilegiada na produção do bem-estar social” (2005,51).

Assim, o economicismo e o utilitarismo, princípios da sociedade capitalista, são confrontados em toda extensão do **‘Ensaio sobre a dádiva’**. Segundo estes pressupostos, o interesse individual-racional e mercadológico condiciona as relações sociais (Godbout, 1998).

A circulação de trocas na sociedade, segundo esta visão, se sustenta por conta da noção de utilidade, onde ao investir numa relação, o indivíduo age segundo o que lhe convém, busca o que lhe é útil e a maximização de benefícios particularistas. O bem-estar coletivo seria assim, uma extensão do sucesso individual (Idem, 1998).

Sendo os valores também transformados em mercadorias, a criação de laços sociais nas sociedades modernas é restrita, já que os indivíduos são instigados a agirem de acordo com sua liberdade e preferência. Para Godbout, esse modelo constitui-se de “uma relação social bastante limitada, um laço fraco e acarreta também exploração, injustiça, exclusão... sem dúvida” (Godbout, 1998, p. 41).

Este paradigma tem como expressão material as trocas simétricas que impedem o desenvolvimento do sentimento de dívida, fundamental ao sentimento de obrigação moral do sistema da dádiva. Segundo Godbout:

“o modelo mercante visa a ausência de dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e, portanto não nos insere num sistema de obrigações” (Ibid., p. 41).



Para Mauss, o sentido do dom nas sociedades simples vai além do economicismo. As trocas econômicas existem, mas compõem uma das dimensões de um sistema amplo, no qual os indivíduos têm a percepção de que se devem tudo mutuamente e a finalidade destas práticas é a produção de vínculos sociais:

“Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não se observam nunca, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos no decurso de um mercado passado entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não se trata de indivíduos, trata-se de coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes no contrato são pessoas morais. [...] Além disso, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de mais, amabilidades, festins, ritos, serviços militares, danças, festas, feiras... (Mauss, 1950, p. 55).

Esta circulação de dons corresponde ao que Mauss chama de *prestações totais*. As trocas constituem um fenômeno interligado aos vários níveis da realidade social de um grupo. Assim, observa ele que sejam bens materiais, gestos, convites ou desafios, todos os fenômenos humanos são relevantes para produção e reprodução do sistema de dádivas<sup>17</sup>.

“Na realidade, esse símbolo da vida social – a permanência de influência das coisas trocadas – não faz senão traduzir bastante diretamente a maneira como os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo” (Ibid., p. 103).

O dom e o contradom estabelecem conexões entre os indivíduos. Mauss ilustra que as trocas nas sociedades simples tem o sentido de uma necessidade primária. O convite a partilhar fortunas, colheitas, a redistribuição de dádivas alcançadas, etc. são práticas comuns nessas sociedades:

Observando a vida social dos *Tlingit* e os *Haida*, tribos do Noroeste Americano, Mauss percebe que estes indivíduos colaboram entre si no que diz respeito a ritos, cerimônias, casamentos e desenvolveram uma forma evoluída de dádiva: o *potlatch*.

“A obrigação de dar é a essência do *potlatch*, para si mesmo, para o seu filho, o seu genro ou a sua filha, para os seus mortos. Ele não conserva a sua autoridade sobre a sua tribo e sobre sua aldeia, até sobre a sua família, não mantém a sua posição entre chefes – se não se provar que está assombrado e favorecido pelos espíritos e pela fortuna, que está possuído por ela e que a possui, - e não pode provar essa fortuna senão gastando-a, distribuindo-a, humilhando os outros, pondo-os à sombra do seu nome” (Ibid., 116).

---

<sup>17</sup> Segundo Durkheim (2001, 33), os fatos sociais são “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo”. Mauss (1950) amplia esse conceito e o chama de *fato social total*. Para ele, o *fato social é total* porque não apenas tem a função moralizante de produzir coesão, mas corresponde a tudo que contribui para a formação dos vínculos entre os indivíduos.

Segundo Mauss, esta seria uma prestação total de tipo agonístico, pois as relações de troca estão relacionadas à rivalidade. Chefes tribais de diferentes linhagens competem, oferecendo bens entre si – brasões, cures esculpidos, etc -, demonstrando força e hierarquia a partir de suas dádivas. Ganhará mais prestígio o chefe mais generoso. Quanto mais tiverem precisam doar, compartilhar riquezas para serem honrados e demonstrarem poder.

Para além de uma etiqueta social, a dádiva, nessas sociedades, seria uma ligação espiritual, um ato comunicativo, pois dar algo é dar-se a si próprio e receber é receber ao outro. Ademais, ao doar o indivíduo abre-se à possibilidade de receber. De acordo com Mauss, nessas sociedades não existe o dar sem a expectativa de retribuição. Isso porque a dádiva não é inerte, ela cria um vínculo moral, jurídico e político. Referindo-se a Mauss, Lanna afirma acerca desse sistema:

“Ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceptualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. [...] Isto ocorre porque ‘dar e receber’ implica não só uma troca material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas” (Lanna, 2000, p. 176).

Nessas sociedades não menos importante é a obrigação de receber. Mauss pondera que uma dádiva não deve ser recusada. Caso isso ocorra, o indivíduo estará abdicando de fazer alianças com o doador do dom, demonstrará sua incapacidade de retribuir e por isso será desonrado:

“A obrigação de receber não é menos constrangedora. Não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch*. Agir assim é manifestar que se tem medo de retribuir, é recear ser rebaixado quando não se retribuiu. Na realidade, é estar já humilhado. É perder o peso do seu nome; é confessar-se vencido de antemão, ou pelo contrário, em certos casos, proclamar-se vencedor e invencível”. (Mauss, 1950, p. 121).

Observando as trocas em algumas tribos da Polinésia, Mauss identificou alguns significados relativos à retribuição da dádiva. O *mana*, para estes indivíduos, seria uma energia, uma ligação estabelecida pela troca de objetos entre chefes das tribos. Esta conexão tinha início na doação de um dom e só se consagraria com a retribuição do mesmo. O *mana* para Mauss (1950), nada mais é do que um mecanismo de construção de vínculos morais, políticos, jurídicos e éticos, cujo ritual enfatiza a obrigação de retribuição.

Tal é a centralidade das trocas nessas sociedades que, em alguns casos, infringir às suas normas, pode significar revelia à moral estabelecida. Por esta razão,

a ausência de retribuição pode gerar subordinação, escravidão e até mesmo conflitos intra e inter-grupais. Mauss (1950) identificou, por exemplo, que em algumas tribos como as *Kwakiutl*, *Haida* e *Tsimshian*, o indivíduo incapaz de retribuir a uma dádiva perdia sua posição social, ou mesmo passava à categoria de escravo até que a dívida criada pela dádiva fosse sanada.

Estas regras morais indicam a importância do dom e seus princípios, bem como o simbolismo que consta no âmbito destas relações. Para Mauss (1950), os parceiros do dom estão quase sempre em um estado de endividamento mútuo. A obrigação de retribuir desmente a aparente gratuidade das dádivas. Por isso, ele sugere que o dom constitui um jogo permanente entre a liberdade e a obrigação.

Ao reconhecer esta ambivalência, Mauss revela o caráter paradoxal destas práticas sociais. Ou seja, a dádiva é livre, pois vincula-se à espontaneidade do indivíduo, ao mesmo tempo é socialmente coativa, pois leva os parceiros do sistema a estarem moralmente comprometidos com a retribuição, já que ela é um ato comunicativo.

Para Bourdieu, Mauss não deu ênfase ao processo de dissimulação inerente à economia das trocas simbólicas. Segundo ele, os indivíduos que ingressam no jogo da dádiva simulam um desconhecimento compartilhado e negam sua verdade objetiva: “sou feito de tal modo, de tal modo disposto, que sei e não quero saber que tu sabes e não quero saber que sei, nem quero saber que retribuirás a dádiva” (Bourdieu, 1996a, p. 193).

O intervalo de tempo entre o dom e o contradom é fundamental ao jogo, pois transforma trocas objetivas em atos livres e generosos. Ele serve à necessidade de tornar o ato de dar involuntário e a retribuição gratuita e independente da dádiva inicial. Portanto, para Bourdieu, a economia do dom situa-se entre ‘verdade subjetiva e realidade objetiva’ e esta característica atemporal é condição *sine qua non* à sua existência. Estas duplicidades e dissimulações anulam o calculismo próprio da lógica da ação racional e distingue a dádiva das trocas econômicas (Idem, 1996a).

Ao reconhecer o dom como uma relação de ‘dupla verdade’, Bourdieu (1996a) sinaliza as intenções dos indivíduos no entorno dessas práticas. Se por um lado estes fingem ignorar a expectativa de retribuição, por outro, investem na possibilidade de serem gratificados pelo contradom. O que os atores sociais visam ao ingressarem no jogo das trocas simbólicas?

Para Bourdieu (1996a), consta na lógica da dádiva uma aposta velada na qual os indivíduos se predispõem a participar sem calcular quando e o que irão receber em troca – o que não exclui o interesse, nem a expectativa do retorno. Nesta economia de dons, os termos, condições e ‘preços’ devem estar implícitos, não se discute a verdade sobre o que se recebe. São relações que se desenvolvem entre a generosidade e a obrigação moral.

O sentido da troca repousa no fato de que:

“quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obterem o reconhecimento (sob forma de contradição ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja” (Bourdieu 1996b, p. 9).

Ou seja, as trocas simbólicas diferem das trocas monetárias, porém os que nela se aventuram o fazem com o objetivo de obterem alguma vantagem. Ainda que relacionado à produção de relações sociais, o indivíduo que pratica o dom visa aumentar seu capital simbólico:

“...aquele que responde às expectativas coletivas, que, sem qualquer cálculo, ajusta-se de imediato às exigências inscritas em uma situação, tira todo o proveito do mercado de bens simbólicos. Tira proveito da virtude, mas também proveito do desembaraço, da elegância. E ele é tanto elogiado pela consciência comum por ter feito, como se fosse natural, algo que era, como se diz, a única coisa a fazer, mas que ele poderia não ter feito” (Ibid., p. 171)

Mauss e Bourdieu revelam a complexa dinâmica das trocas. O dom situa-se entre liberdade e obrigação, entre interesse e desinteresse. Compreende-se assim que a experiência do dom revela-se como um espaço de comunicação e interação entre os indivíduos, cuja finalidade é a constituição de laços.

Nas conclusões do **‘Ensaio sobre a dádiva’**, Mauss faz considerações sobre o significado do dom nas sociedades complexas e simples. Para ele, as instituições, os princípios e a economia das trocas das sociedades simples, fornecem pistas para o entendimento das origens das regras morais das sociedades complexas.

O autor faz duras críticas ao economicismo e ao interesse individual e se opõe explicitamente a este modelo que sobrepõe as trocas às relações de compra e venda. Para ele, as sociedades capitalistas modernas<sup>18</sup> subsumem o homem ‘a uma

---

<sup>18</sup> Para mais informações ver MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, c1996. 2v .

complicada máquina de calcular' e dissimulam a importância dos vínculos sociais.

Segundo Martins:

“Contra esta visão economicista e reducionista da sociedade que é proposta pelos modelos neoliberais, nascem reações teóricas e mobilizações relevantes para mostrar que a lógica mercantil tem um caráter depredador acentuado quando não se encontra sob regulamentação política e administrativa sancionada pela coletividade, para provar que o objetivo do mercado não é gerar o social, mas, ao contrário, produzir lucros, mesmo que isto signifique o fim dos empregos e do social” (Martins, 2005, p. 58).

Vale ressaltar que Mauss não nega a existência de trocas no sentido mercadológico praticadas nas sociedades simples, porém ressalta que estas transações conformam um dos aspectos da vida coletiva e não o principal, como o são nas sociedades capitalistas. Assim, estes indivíduos fizeram das trocas uma condição primaz para a comunicação entre si e para o fortalecimento dos laços coletivos.

Nesse sentido, Mauss (1950) alude que, se nas sociedades de pequeno porte, as relações sociais e as trocas tem relevância inalienável, nas sociedades modernas, o dom não deixa de ser um fenômeno recorrente, porém, alheio ao seu verdadeiro sentido. Ele circula em nossa sociedade nos laços de família, entre amigos, entre doadores de sangue, de órgãos, no âmbito da filantropia, mas são fenômenos particularistas, que não se estabelecem como regra moral.

O autor sugere um retorno aos códigos morais destas sociedades vistas como 'arcaicas' e enfatiza a contribuição que o estudo da dádiva pode trazer às sociedades 'modernas':

“Assim, podemos e devemos voltar ao arcaico, aos elementos; reencontraremos motivos de vida e de acção conhecidos ainda por inúmeras sociedades e classes: a alegria de dar em público; o prazer da exibição artística generosa, o prazer da hospitalidade e da festa privada e pública” (Mauss, 1950, p. 180).

A teoria de Mauss é dialógica. As relações entre o *eles* e o *nós* referem-se explicitamente à Europa Ocidental, entretanto, suas teses não deixam de ser aplicáveis ao contexto da sociedade brasileira, marcado pelo discurso economicista e individualista<sup>19</sup>. De acordo com Baquero: “a lógica do mercado faz com que as

---

<sup>19</sup> Para maiores informações ver: Bendassolli, Pedro Fernando. *Público, privado e indivíduo no novo capitalismo*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 12(2): novembro de 2000, pp. 203-236.

peças ajam de forma egoísta numa orientação comportamental do salve-se quem puder. Essa lógica, evidentemente, fragiliza os laços sociais” (Baquero, 2001, p. 66).

Tal modelo favorece a dissimulação dos valores das trocas e desvaloriza a formação dos vínculos sociais para produção do bem-comum. Ele sem dúvida se apresenta como um dos embargos à adesão de negros que ascendem socialmente a práticas que os remetam à solidariedade.

### **2.3 Ascensão social negra, branqueamento (e solidariedade) na intelectualidade brasileira**

Como dissemos, a ascensão social negra tem sido um objeto de investigação recorrente nas Ciências Sociais. Mesmo sendo tímida, a presença de indivíduos negros nas classes abastadas da sociedade tem mobilizado o interesse científico, uma vez que este fenômeno abriga uma experiência social de fundamental importância para se compreender as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira.

A maioria destes estudos, sobretudo os clássicos desenvolvidos nas décadas de 30 e 40, acabou por consolidar a idéia de que os indivíduos negros que ascendem socialmente rompem com o ‘meio negro’ e buscam assimilar os valores dos brancos. De forma que, não consta nas teses destes autores, um modelo de interpretação que remeta estes sujeitos à constituição de redes de solidariedade. Já a noção de branqueamento aparece comumente nestas análises.

Nesse sentido, estabeleceremos um diálogo com alguns desses estudos, analisando como os autores concebem a relação entre ascensão social negra, branqueamento e solidariedade racial.

#### **2.3.1 Os anos 30 e 40: Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo**

Na tentativa de romper com teorias de cunho racista que marcaram a intelectualidade brasileira do final do século XIX até o início do século XX, Freyre (1977) funda o mito da democracia racial. O contexto histórico dos anos 30 favoreceu a ampla aceitação de suas idéias. Nesta conjuntura, as relações raciais

no Brasil são caracterizadas como harmônicas, sendo a mestiçagem prova contundente do paraíso racial que aqui se constituía.

A ascensão social de mulatos bacharéis, foi interpretada por Freyre (1977) como um dos indícios de que no Brasil não existiria preconceito racial, visto não ter se estabelecido uma sociedade com barreiras raciais institucionalizadas que impedissem estes indivíduos de exercerem cargos oficiais, adquirirem posições de prestígio, ou mesmo casarem-se com mulheres brancas.

Paradoxalmente, a contribuição cultural do negro ora apreciada, não apaga das teses de Freyre conteúdos racistas. Na verdade, a ascensão social de mulatos médicos, engenheiros, militares e poetas é tratada no compasso da exaltação dos valores europeus e do prestígio ariano:

“...Do mesmo modo que iguais a estes, muitas vezes seus superiores pela melhor assimilação de valores europeus e pelo eugênico, parece possuir como nenhum indivíduo de raça pura, voltavam os mestiços ou os mulatos claros. Alguns deles filhos ilegítimos de grandes senhores brancos; e com a mão pequena, o pé bonito, às vezes os lábios ou o nariz, dos pais fidalgos” (Freyre, 1977, p. 574).

Apesar das possibilidades que segundo Freyre se abriam aos bacharéis mulatos assimilados, que aderiam aos traços típicos da etiqueta ‘civilizatória’, estes indivíduos jamais seriam vistos como iguais aos brancos elitizados:

“... Envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas ‘ricamente bordadas’ e importadas do Oriente. Vestes que quase de mandarins. Trajos quase de casta. E esses trajos capazes de aristocratizarem homens de cor, mulatos, ‘morenos’” (Freyre, 1977, p. 582).

O retrato do mulato bacharel é delineado na perspectiva do distanciamento da ancestralidade africana em termos de aparência, de costumes, comportamento e indumentárias. Ou seja, para estes indivíduos, o branqueamento seria o único mecanismo de sociabilidade em meio aos membros que compunham majoritariamente as classes mais abastadas:

“Que outros mestiços no Brasil, semi-aristocratizados pelo posto militar, não se sentiram tão confortavelmente brancos como o capitão-mor conhecido de Koster, em 1923, a quem mais de uma vez nos referimos no correr deste ensaio” (Ibid., p. 588).

Freyre entende a insatisfação ou suposta insurreição de alguns mulatos contra o extremo afrancesamento das elites, como procedentes de sofrimento psíquico, mal-estar físico e desajuste social quando das relações com a elite branca.

“Mulatos que tendo se bacharelado em Coimbra ou nas Academias do Império foram indivíduos que nunca se sentiram perfeitamente ajustados à sociedade da época: aos seus preconceitos de branquidade, mais suaves que noutros países, porém não de todo inofensivos. Tal o caso do grande poeta maranhense Dr. Gonçalves Dias. O tipo de bacharel ‘mulato’ ou ‘moreno’. Filho de português com cafuza, Gonçalves dias foi a vida inteira um inadaptado tristonho à ordem social ainda dominante no Brasil”. [...] O poeta cafuso foi uma ferida sempre sangrando embora escondida pelo croisé de doutor. Sensível à inferioridade de sua origem, ao estigma da sua cor, aos traços negróides gritando-lhe sempre do espelho: ‘lembra-te que és mulato!’. O sangue de índio per se seria porém, o menor responsável por aquela tristeza toda do bacharel maranhense; e o maior responsável a consciência do sangue negro da mãe. A sensibilidade aos reflexos sociais dessa origem” (Ibid., p. 588/589).

Dentre as três raças envolvidas no discurso, portanto, a negra seria aquela que causaria tristeza e desajuste social ao Dr. Gonçalves Dias, a despeito do seu status social de bacharel. Ao mesmo tempo em que Freyre se refere à democracia racial, faz considerações às tensões vividas por estes indivíduos ao adentrarem às camadas abastadas.

Sob influência do paradigma da democracia racial freyriano a ascensão social de negros na interpretação de Pierson (1971), final dos anos 30 e início dos 40, seria indício de pouco preconceito racial. Ao vislumbrar a presença de negros e mestiços em todos os estratos sociais, o autor conclui que o pertencimento racial não definiria as oportunidades de vida dos indivíduos, nem mesmo seria um empecilho à mobilidade social: “na determinação do status social, a competência do indivíduo, a sua instrução e realizações profissionais, bem como os seus recursos financeiros tendem a superar a origem racial” (Pierson, 1971, p. 226).

Pierson parece ter lançado um olhar sobre as relações raciais no Brasil influenciado pelo contexto estadunidense onde o racismo institucionalizado constava na base da organização social. Ao deparar-se com um padrão de relações raciais isento de conflitos explícitos, o autor concluiu que o preconceito de classe seria muito mais evidente do que o preconceito de cor no Brasil.

Este contexto o levou a entender que a ordem social escravocrata promoveu uma integração entre negros e brancos de modo a favorecer o desenvolvimento de relações harmônicas ‘de base íntima e pessoal’. Desta suposta integração, emerge, portanto, um sistema que ele chama de multirracial e de classes, pelo fato de não ter se desenvolvido aqui uma sociedade cujo status social se definiria necessariamente por castas.



Contudo, ante a uma realidade social onde os negros compunham uma minoria nos espaços privilegiados da sociedade, seria impossível ignorar a existência de contradições. Pierson então pondera que, o fato dos indivíduos negros estarem sub-representados nos espaços de prestígio, se explicaria por conta do passado de escravidão e não pela existência de mecanismos de discriminação racial. Por mais que tenha observado contradições na sociedade brasileira, o autor acaba por legitimar a tese da harmonia entre raças.

Assim, a possibilidade de ascensão social dos mestiços seria uma evidência do fraco preconceito incapaz de produzir barreiras à mobilidade. Estes estariam presentes em todos os estratos e a expressiva quantidade de brancos nas classes mais abastadas seria apenas um resquício do passado escravista a ser superado em poucos anos.

Em destaque, os mestiços aparecem nos escritos piersonianos como aqueles que, mais do que os pretos, tiveram chances de adquirirem status social, exatamente porque se aproximavam fenotipicamente do tipo europeu: “por aproximar-se mais que o preto das características físicas dos europeus, o mestiço teve mais facilidade em apropriar-se de certos símbolos de status” (Ibid., p. 216).

Toda a construção que Pierson faz acerca da dinâmica das relações raciais no Brasil, está centrada nos valores dos brancos os quais seriam o padrão de referência. Nesta perspectiva o negro que ascende socialmente seria um mero assimilador dos valores dominantes. A sociabilidade destes indivíduos passaria por crivos a serem seguidos, avessos a qualquer traço que rememorasse a ancestralidade africana:

“Numa tentativa para convencer a si mesmo e aos outros de sua identidade com a camada ‘superior’, o mulato muitas vezes desenvolveu um arianismo enfático, tornando-se, como Machado de Assis e Olavo Bilac, ‘cúmplice de branco contra o preto’” (Ibid., p. 225).

Pierson deixa explícito que a ascensão de mestiços ocorria a partir de estratégias individuais. Os seus estudos indicam um padrão de comportamento contrário às perspectivas de solidariedade coletiva: “... e tal ascensão, na medida em que ocorria, tendeu a erguer os mestiços como indivíduos e não como grupo” (Ibid., p. 222).

A leitura que Pierson faz acerca da ascensão social de negros nos anos 30 reflete a negação da identidade negra, a ausência de solidariedade e a negação do racismo.

Nesta mesma linha pensamento, o estudo de Thales de Azevedo (1966) alude ao discurso da democracia racial. Ao estudar as 'elites de cor' na cidade de Salvador, o autor vislumbra que as possibilidades de ascensão seriam iguais para negros e para os brancos. Logo, dada a inexistência do racismo, o mérito individual seria o requisito necessário à mobilidade social.

Segundo Azevedo, a sociedade baiana seria formada pelas classes alta, a média e a baixa, sendo as duas primeiras majoritariamente brancas. Assim, nota a persistência de um padrão de relações raciais idêntico ao do regime servil, onde os brancos permaneceram sobre-representados nos extratos mais abastados, em contrapartida aos negros e mestiços situados na base da pirâmide social.

“Apesar das mudanças políticas e sócio-econômicas verificadas nos últimos oitenta anos e da notória debilidade das forças de discriminação racial, os brancos, isto é, todas as pessoas socialmente consideradas como tais e a 'gente de cor', enquanto grupos continuam nas mesmas posições que tinham no passado” (1966, p.170).

A despeito disso, Azevedo (1966) aponta como fatores destas disparidades, o passado de escravidão e a manutenção de uma estrutura econômica semi-agrária no país. Assim, subsume da sua análise, o papel do racismo como vetor da desigualdade racial que observara.

Diante desta caracterização, Azevedo (1996) observa na ascensão social de negros um ponto-chave para entender as relações entre negros e brancos. No seu estudo sobre as elites de cor na cidade de Salvador, o autor conclui que os negros que ascendiam optariam pelo embranquecimento para amenizarem o preconceito e, dessa forma, se afastariam dos elementos culturais, sociais fenotípicos que rememorasse suas origens:

“Uma vez que, para adquirir status, o escuro necessita assimilar-se cultural e socialmente ao branco adotando sua 'epiderme social', ele é muitas vezes censurado por ser 'metido a branco' ou por 'não querer ser de cor'” (Ibid, p. 71).

Nesse sentido, alude-se à ausência de solidariedade, visto que a ascensão de negros seria apenas tolerada desde que fosse acompanhada da rejeição de qualquer traço seja ele cultural, físico, ou comportamental que rememorasse a ancestralidade negra.

Os estudos de Freyre (1977), Pierson (1971) e Azevedo (1966) sobre mobilidade social negra acabaram por não assumir o preconceito como causa cabal das desigualdades. Ao contrário, estes autores legitimaram a tese do branqueamento, a ausência de solidariedade negra e a democracia racial.

### 2.3.2 Os anos 50 e 60: Costa Pinto, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes

A pesquisa da UNESCO no Brasil nos anos 50 representou um avanço no campo dos estudos sobre relações raciais no país, bem como projetou pesquisadores brasileiros para o mundo. Emerge-se assim uma geração de intelectuais cuja trajetória está fortemente vinculada ao processo de institucionalização das ciências sociais.

A pretensão desta pesquisa era investigar as relações raciais em diversas cidades brasileiras, divulgar estes dados e preparar campanhas educacionais:

“O objetivo político da UNESCO, procurando apresentar a sociabilidade brasileira como modelo para o mundo, não impediu que logo no início da montagem do projeto – resultado do trabalho conjunto entre cientistas sociais nacionais e estrangeiros – este viesse a cumprir, de fato, a resolução da UNESCO de ‘organizar no Brasil uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupo étnicos’” (Maio, 2007).

Neste cenário intelectual, os estudos sobre raça e classe foram também contemplados. Embora tal empreendimento tenha sido delineado a partir do propósito de noticiar para o mundo a democracia racial brasileira, algumas destas pesquisas representaram uma verdadeira quebra de paradigma com relação aos estudos previamente desenvolvidos no país. Destacamos a seguir alguns aspectos dos estudos realizados por Oracy Nogueira em Itapetininga, São Paulo, Costa Pinto no Rio de Janeiro e Florestan Fernandes em São Paulo.

Oracy Nogueira (1985) inscreve sua obra numa galeria de estudos pioneiros que contribuíram para o amadurecimento das pesquisas sobre relações entre brancos e negros no Brasil. Apesar de realizado nos anos 50, **‘Tanto preto quanto negro: estudo de relações raciais’** é indispensável à compreensão do *racismo à brasileira*. Ademais, suas idéias representaram um rompimento com os estudos clássicos de Freyre (1997), Azevedo (1966) e Pierson (1971).

A partir da percepção de que a maioria das pesquisas socio-antropológicas desenvolvidas até então tendiam a negar o preconceito racial, Nogueira denuncia a existência do mesmo e a negligência dos estudiosos.

“A tendência do intelectual brasileiro – geralmente branco – a negar ou subestimar o preconceito, tal como ocorre no Brasil e a incapacidade do observador norte-americano em percebê-lo estão em contradição com a impressão generalizada da própria população de cor do país” (Nogueira, 1985, p. 77).

O estudo de Nogueira traz uma discussão acerca do *modus operandi* do racismo brasileiro e norte-americano e revela que, mesmo em contextos nos quais não existem conflitos raciais exacerbados, o preconceito racial restringe os direitos individuais de grupos discriminados ao diminuir a possibilidade de mobilidade social, produzir a desigualdade de oportunidades e criar um processo contínuo de exclusão.

Nogueira classifica o caso brasileiro como *preconceito de marca* e o estadunidense como *preconceito de origem*. No caso do preconceito de marca, toma-se por parâmetro de classificação racial, os traços fenotípicos do indivíduo. Já no caso do preconceito de origem, típico dos Estados Unidos, as manifestações de discriminação são baseadas não somente na aparência, mas também na descendência étnica do indivíduo:

“Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, os sotaques, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as conseqüências do preconceito, diz-se que é de origem.” (Ibid, p. 79).

Em relação à atuação, onde o preconceito caracteriza-se enquanto de origem, existe a exclusão incondicional dos membros de determinado grupo. Assim, não há possibilidade de negociação da identidade, pois a origem indelével remete o indivíduo ao grupo discriminado independente de suas aptidões materiais ou morais. Em contextos raciais onde o preconceito é de marca, a depender da situação, o indivíduo pode negociar a sua aceitação em determinados espaços, através de sua condição econômica ou grau de instrução, muito embora a cor da pele remeta-o ao grupo discriminado.

Quanto à solidariedade, em contextos onde o preconceito é de marca, a reação à discriminação tende a ser individualizada. Segundo Nogueira (1985), é comum, da parte do indivíduo discriminado, buscar suavizar a discriminação através da 'beleza, elegância, talento, ou polidez'. Ou seja, em vez de recorrerem à

afirmação e pertencimento étnicorracial, os membros do grupo discriminado, recorrem ao *habitus* do grupo discriminador e ao branqueamento, afim de se afastarem das suas raízes. Em contextos onde o preconceito é de origem, o racismo explícito favorece a formação de redes de solidariedade. Elas são aderidas por indivíduos do grupo discriminado como recurso no combate ao preconceito e à aquisição de direitos.

No caso do preconceito de marca, a negação da existência de tensões raciais, embarga o sentimento de pertencimento mútuo e a constituição da solidariedade coletiva. Segundo Nogueira, é por conta desta estagnação que, no caso brasileiro “os movimentos sociais e políticos que têm apelado para a consciência de grupo da população de cor, como fonte de motivação para o proselitismo, têm resultado num malogro” (Ibid., p. 91).

A negação do preconceito é um artifício utilizado pelo grupo discriminador para inviabilizar qualquer tendência de caráter inovador e democrático, via percepção da desigualdade racial. Sem dúvida, esta característica do preconceito racial no Brasil impediu as possibilidades da constituição de uma solidariedade negra abrangente.

Contemporâneo de Oracy Nogueira, Costa Pinto (1998), buscou romper com ‘monografias folclóricas’ que estariam a disseminar a falácia do paraíso racial brasileiro. Segundo ele, embora não tenha se estabelecido no país um racismo institucionalizado tal como nos EUA e África do Sul, a desigualdade racial seria um traço da sociedade brasileira. Reitera assim, a recorrência de um etnocentrismo sócio-antropológico nas Ciências Sociais no Brasil:

“... a maior parte dos estudos sobre o negro no Brasil reflete o modo como o branco – social ou sociologicamente branco, não necessariamente branco do ponto de vista étnico - da posição social dirigente que sempre ocupou, encara um grupo estranho”(1998, p. 39).

As teses de Pinto se mostraram contrárias aos propósitos do projeto UNESCO. No livro “**O Negro no Rio de Janeiro**” desvela interpretações ‘românticas’, que explicavam as desigualdades raciais à luz de causas econômicas. Assim, o autor interpreta a realidade racial do Rio de Janeiro como um produto de sobrevivências do passado e de estruturas de dominação do presente.

Para ele, era preciso interpretar as desigualdades da sociedade brasileira à luz de um viés racial. O contexto dos anos 50, em que se configuravam grandes

mudanças estruturais como a industrialização, aguçou sua curiosidade em relação aos motivos pelos quais estas transformações no cenário brasileiro, não traduziam uma democratização social e racial, mas sim a manutenção de velhas estruturas de dominação:

“O desenvolvimento de uma economia de tipo industrial proletarizou e urbanizou grandes massas de cor, não somente na condição e no habitat, mas, principalmente, e como conseqüência, na mentalidade e no estilo de comportamento, configurando o quadro que hoje temos nas áreas metropolitanas, mas a ideologia e os hábitos mentais permaneceram os mesmos sem alterações correspondentes” (Ibid., p. 61).

Nesse sentido, Pinto contempla a questão da mobilidade social negra e a interpreta à luz de tensões raciais. Segundo ele, é justamente ao adentrarem às posições de prestígio que os indivíduos negros sofrem maiores constrangimentos. Pinto aponta a ascensão social de negros como a causa mais freqüente de discriminação racial, uma vez que, estes indivíduos saíram da posição historicamente a eles reservado: “assim, em várias ‘frentes’, a tensão se manifesta, em conseqüência da aspiração que se generaliza entre os negros de conquistar posições superiores” (Ibid., p. 280).

Vale destacar o ineditismo de Pinto. O autor não se limita a entender as tensões raciais vividas por indivíduos negros que ascendem socialmente como fruto de um ‘desajuste social’ (Pierson, 1971), ou mesmo fazendo alusão ao inevitável branqueamento (Azevedo, 1966), mas situa estes conflitos no âmbito do racismo e da desigualdade racial:

“Por paradoxal que isto possa parecer, a ascensão social do negro e o seu afastamento da posição tradicional que tem ocupado na sociedade brasileira, dentro da qual se formou a ideologia também tradicional do branco sobre a posição que o negro deve ocupar no sistema de posições sociais, está sendo o fator principal das discriminações que ele vem sofrendo, em escala crescente, nos últimos tempos, neste país” (Pinto, 1998, p. 277).

A ascensão social e as dificuldades de integração do negro são também analisadas em Florestan Fernandes na perspectiva do racismo. No contexto de acelerado processo de modernização capitalista no Brasil dos anos 60, o autor observa que não houve na nossa sociedade a passagem da sociedade de status para a sociedade de classes sociais:

“Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o 'homem de cor' aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna” (Fernandes, 1978, p. 197).

A manutenção de um padrão de relações raciais idêntico ao regime servil seria evidência deste “atraso”. Assim, para Fernandes, ocorreu no Brasil uma revolução político-jurídica nos moldes de uma sociedade inclusiva, mas a ordem racial permaneceu quase idêntica a um regime de castas. De forma que, os brancos e a ‘gente de cor’, continuaram nas mesmas posições que ocupavam no passado.

Ao analisar que, apesar das mudanças significativas da sociedade brasileira o panorama racial da sociedade classes se assemelhava ao modelo da sociedade escravocrata, Fernandes vê no mito da democracia racial as causas desta estagnação. Para ele, tal ideologia surgiu como uma demanda do contexto republicano e serviu à necessidade das elites de manterem seus privilégios:

“Imposto de cima para baixo, como algo essencial à respeitabilidade do brasileiro, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a ideologia ‘racial brasileira’, perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social”. (Ibid., 198).

A negação da existência do racismo no Brasil produziu a acomodação da população negra, desarticulou as perspectivas de mobilização e a criação de redes de solidariedade fundadas na similitude étnico-racial. Fernandes (1978) atribui ao mito da democracia racial, as causas da perpetuação da desigualdade, na medida em que esta ideologia estagnou qualquer tendência de caráter inovador e democrático da população negra.

A insignificante ascensão social de negros traduzia para Fernandes (1978), a persistência da desigualdade racial, uma vez que, a mobilidade social vertical ascendente não havia se tornado um fluxo constante para estes indivíduos.

O autor se opõe aos cientistas sociais que vislumbraram a ascensão social de negros como indício da ausência de preconceito racial, todavia a retrata como um ‘drama’. Para ele, estes indivíduos precisam se afastar de relações de solidariedade com o ‘meio negro’ para protegerem a condição sócio-econômica que adquirem e aderirem ao estilo de vida da sociedade inclusiva, leia-se branca:

“Para manter a posição social adquirida e para poder melhorá-la, a ruptura é inevitável por motivos econômicos e sociais. Ela se impõe como mecanismo de auto-defesa, para proteger o indivíduo contra padrões de solidariedade, que o arruinariam se fossem conservados e liquidariam qualquer perspectiva de continuar no jogo da mobilidade social ascendente. Ela se impõe também como mecanismo de ostentação de status e de absorção de novos padrões de vida...” (Fernandes, 1972, p. 54).

Se por um lado, Fernandes evidencia que o rompimento com o ‘meio negro’ seria uma condição *sine qua non* à mobilidade social ascendente dos indivíduos negros, por outro aponta outras tendências no comportamento destes sujeitos, dado que, comumente vitimizados pelo racismo, estes indivíduos tenderiam a:

“... reagir, socialmente, de três modos distintos a tais situações. Primeiro, de maneira calculista, tirando proveito das atitudes ambivalentes do branco e das possibilidades da aceitação diferencial, abertas pelo mecanismo de ‘exceção que confirma a regra’. Segundo, de maneira cínica, procurando ‘desfrutar o branco’ e, ao mesmo tempo, impor-se de acordo com seus interesses e pretensões. Terceiro, de maneira puritana, seguindo um código de maneiras rígido ou ‘elevado’ e sem ‘fazer concessões’, procurando proteger-se pelo isolamento cultural em seu próprio nível sócio-econômico” (Fernandes, 1972, p. 55).

Fernandes aponta ainda a tendência do negro que ascende socialmente em não se permitir ser ‘exceção à regra’, nem se submeter à ideologia racial dominante:

“Todavia, os negros e mulatos que estão verdadeiramente se incorporando à ordem social competitiva e que têm, com isso, possibilidades reais de mobilidade social ascendente na estrutura de sociedade de classes, tendem a repelir essas modalidades de acomodação. Não se contentam com as compensações oferecidas pelo convívio com pessoas ‘brancas de classe baixa’ e não valorizam o branco por causa de sua cor’. Assim lutam para ficar em seu nível social, no ‘meio negro’ e na sociedade inclusiva” (Ibid., p. 55).

Estas manifestações de contra-ideologia racial, que levam estes indivíduos a ‘lutarem contra as funções sociais do preconceito’, visam, segundo Fernandes, apenas a proteção do status adquirido. São mecanismos de auto-defesa que não se ampliam na perspectiva da solidariedade racial.

### **2.3.3 Os anos 70 e 80: Nelson do Valle Silva, José Pastore e Carlos Hasenbalg**

Nas décadas de 70 e 80 alguns estudos foram desenvolvidos no sentido de desvelarem as desigualdades cumulativas que incidem sobre a população negra na sociedade brasileira. Mais uma vez a ascensão social de indivíduos negros entra na agenda sociológica como um fenômeno que reflete as desigualdades entre negros e brancos no Brasil.

Os autores que se destacaram nesta fase de produção do pensamento sociológico utilizaram bases estatísticas para evidenciar o papel do racismo na produção das desigualdades. Para Santana:

“Tais estudos evidenciaram que as chances de ascensão para ‘pretos’ e ‘pardos’ continuavam muito menores que para os brancos, mesmo quando



se isolavam os determinantes ligados à origem social desses indivíduos” (2009, p. 86).

A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio<sup>20</sup> do ano de 1996, as pesquisas de Silva (2000), por exemplo, demonstraram que as diferenças de renda entre negros e brancos no Brasil eram gritantes. Para ele, existiria uma série de fatores que somados produziriam um *ciclo de desvantagens cumulativas da população negra*.

As diferenças nos níveis educacionais entre negros e brancos, segundo Silva (2000), sustentam a desigualdade racial. A pesquisa constata que os não-brancos têm menos anos de estudos e, como consequência disso, não podem competir em condições de igualdade no mercado de trabalho.

Segundo Pastore (1979), a mobilidade social ascendente para a população negra é limitada. Além de não acessarem uma educação de qualidade, os negros ainda enfrentam a discriminação no mercado de trabalho, mesmo sejam qualificados. Vantagens que se acumulam para os brancos, pois mesmo que não tenham acesso à educação formal de qualidade, no mercado de trabalho não enfrentam a discriminação racial. Nesse sentido, a mobilidade social ascendente para a população negra ocorre quase sempre através da superação pessoal.

Entretanto, o problema das desigualdades não será resolvido apenas pelo acesso dos negros e negras à educação, já que os estudos de Silva & Pastore (2000) sinalizam a dificuldade que estes indivíduos enfrentam para converterem a educação formal em posições ocupacionais compatíveis com o nível de instrução adquirido:

“os não-brancos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho” (Pastore & Silva, 2000, p. 95).

Silva (2000) se opõe ao argumento de que a pobreza da população negra se explica por conta da escravidão e da origem socio-econômica. Para ele, esta abordagem não procede, na medida em que, a cor do indivíduo é um dos elementos que determina o acesso às oportunidades no mercado de trabalho. Portanto, o fato da população negra compor as camadas pobres da sociedade brasileira se reproduziria por conta do racismo e não por força do passado de escravidão.

---

<sup>20</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em Hasenbalg (1979, p. 17) “as causas da atual subordinação social do negro são procuradas nas práticas racistas e discriminatórias no período posterior à abolição”. A rejeição da tese do passado de escravidão como consequência histórica da manutenção das desigualdades raciais parece ser um traço característico desta geração de cientistas sociais dos anos 70.

O autor considera que o baixo índice de mobilidade ascendente dos negros seria um indício da manutenção das desigualdades: “a mobilidade social ascendente experimentada pelos brasileiros de cor depois da abolição foi tão restrita que desigualdades raciais acentuadas têm sido perpetuadas até o presente” (Ibid., p. 21).

Para além de entender a baixa recorrência da mobilidade social negra como indício do racismo, Hasenbalg questiona os motivos pelos quais a solidariedade coletiva de caráter racial não se constituiu como um mecanismo de superação das desigualdades:

“Se a quantidade restrita de mobilidade social individual foi menos que suficiente para realizar a propalada democracia racial, vemo-nos levados a perguntar porque a afiliação racial não conseguiu proporcionar o laço coletivo para estimular as demandas dos negros por mobilidade social grupal e pela diminuição das desigualdades raciais” (Ibid., 224).

O autor então recorre às ideologias raciais em busca de respostas ao que ele chama de ‘aquiescência negra’. O mito da democracia racial, a ausência de consciência, bem como o branqueamento e a cooptação de classe de indivíduos negros nas classes abastadas são assinalados como fatores ideológicos causadores do conformismo da população negra.

O sistema multi-racial de classificação e a ideologia do branqueamento, para Hasenbalg (1979), foram fundamentais no que tange à desmobilização da população negra. Uma vez que este segmento foi estimulado a rejeitar a identidade negra e a negar o racismo, diminuíram-se as possibilidades de constituírem vínculos sociais e políticos pautados na reivindicação racial.

Nesse sentido, Hasenbalg enfatiza que a cooptação de indivíduos negros que ascendem socialmente às camadas médias e o processo de branqueamento, transforma o potencial destes indivíduos para a ação coletiva em estratégias individuais de mobilidade, subvertendo-se assim qualquer iniciativa de solidariedade negra da parte destes sujeitos:

“Como consequência da identidade racial fragmentada dos não-brancos e da cooptação de parte do grupo, as aspirações políticas e econômicas de

base racial são transformadas em projetos individuais de mobilidade social ascendente, com o resultado de que grande parte das energias das pessoas de cor são absorvidas na 'questão imediata de conseguir incrementos de brancura' ou de assegurar posições conquistadas" (Ibid, p. 236).

Entretanto, Hasenbalg percebe a assimilação inerente à ascensão social negra como uma saída individual dum universo de 'desvantagens' raciais. Para ele, os obstáculos à formação da solidariedade coletiva constam no distanciamento entre as elites de cor e a população negra em geral:

"... A distinção socialmente aceita entre negros e mulatos proporciona a estes últimos uma saída das desvantagens da negritude, inibindo assim o senso de solidariedade necessário ao sucesso das organizações a favor dos direitos dos negros". [...] A distancia social entre a elite de cor e a massa de negros, mais o engajamento da maioria dos negros em esforços que visam simplesmente a assegurar a sobrevivência, tornam difícil a uma liderança em potencial encontrar um público para movimentos de demanda organizados" (Ibid., p. 236-237).

O autor assim evidencia indiretamente a força e o papel importante das elites negras enquanto lideranças capazes de alavancarem a solidariedade coletiva. Das suas análises é também possível entender que, a ausência de solidariedade coletiva de indivíduos negros das camadas médias dentro e fora das fronteiras de classe, sustenta as desigualdades raciais.

Apesar de reconhecer os membros das elites de cor como aqueles que por conta do nível educacional seriam capazes de compreenderem as desigualdades e liderarem a população negra em direção a movimentos reivindicatórios, Hasenbalg considera ínfima a contribuição destes indivíduos no que tange à constituição da solidariedade racial na sociedade brasileira e os remete ao individualismo, branqueamento e afastamento da população negra.

#### **2.3.4 Novas elites de cor**

No seu estudo sobre as elites de cor na cidade do Salvador, Figueiredo (2002) questiona a abordagem do branqueamento que se apresenta como modelo de interpretação na maioria dos estudos sobre a ascensão de negros. A produção teórica, em grande medida, postulou a tese do afastamento destes indivíduos de suas origens. Em outras palavras, tais análises fazem referência à inexistência de sensibilização e prática de solidariedade da parte destes sujeitos.

A autora confronta as abordagens tradicionais que a partir de análises macro-estruturais pontuaram que os negros que ascendem socialmente tendem a assimilarem os valores das classes dominantes. Para ela,

“as análises maniqueístas que permeiam as interpretações sobre a ascensão social do negro no Brasil não dão conta do modo como os indivíduos interpretam suas próprias experiências de mobilidade...” (Figueiredo, 2003, p. 115).

Assim, sinaliza para a necessidade de estudos que valorizem a visão de mundo dos sujeitos em questão. Através da análise de narrativas biográficas de profissionais liberais negros da cidade do Salvador, Figueiredo (2002) constatou que fatores como a industrialização, a massificação do ensino público, a visibilidade dos problemas raciais e a assimilação dos símbolos da cultura negra, têm feito emergir uma *Nova Elite de Cor* que se diferencia daquela diagnosticada por Freyre (1977), Pierson (1945), Azevedo (1996) e até mesmo Hasenbalg (1979).

Observando os discursos positivos sobre raça nas falas dos seus entrevistados, a autora identifica a associação entre status e negritude, sendo esta última compreendida como orgulho racial e não necessariamente ligada a aspectos relativos à religiosidade e manifestações artísticas da cultura negra. Portanto, seus achados empíricos trouxeram novas perspectivas para compreendermos a relação entre raça e classe e ilustraram uma ruptura com concepção do branqueamento.

A partir da percepção da ausência do senso de solidariedade coletiva entre os sujeitos de sua pesquisa, a autora usa o termo *negros de classe média*, em vez de *classe média negra* para designá-los. Conforme Figueiredo, não existe uma classe média negra composta por indivíduos que elaboram estratégias de ajuda mútua e se reconhecem enquanto um grupo racial no contexto da classe média soteropolitana majoritariamente branca: “... nem tampouco constatamos a existência de um grupo que traça estratégias e ações coletivas pautadas na solidariedade étnico-racial” (Figueiredo, 2002, p. 69).

As indagações de Figueiredo (2002) foram importantes à formação da proposta desta pesquisa, onde buscamos entender a relação entre ascensão negra e solidariedade. Partimos da hipótese de que, se antes o processo de mobilidade social negra estava vinculado necessariamente ao branqueamento e ao afastamento da comunidade, nos dias atuais, indivíduos negros membros das classes abastadas têm sido atraídos à prática da solidariedade racial.

Os dados analisados posteriormente propiciaram os subsídios para fundamentarmos esta argumentação. Esta investigação pode apresentar fortes indícios das transformações históricas ocorridas no perfil dos negros que ascendem socialmente e trazer novas contribuições à compreensão deste grupo de extrema importância para a compreensão da dinâmica das relações raciais no Brasil.

## **CAPÍTULO III - Ascensão social de negros e solidariedade**

Como dissemos, para fins desta investigação, a solidariedade racial é aqui entendida como uma linguagem, um ato comunicativo entre os indivíduos com vistas à constituição de laços sociais, tendo como fundamento a identificação étnico-racial. Neste estudo buscamos apreendê-la não apenas do ponto de vista subjetivo, mas também do ponto de vista concreto.

Assim iniciamos este capítulo dando ênfase às ações desenvolvidas pelos entrevistados desta pesquisa, que se configuram como prática de solidariedade. Ainda nesta seção abordamos alguns aspectos subjetivos que norteiam esta conduta, tais como: percepção do racismo, reações à discriminação racial, a experiência da ascensão, bem como as motivações.

### **3.1 A prática da solidariedade**

Para a entrevistada Iracy Oliveira, os negros conscientizados devem ter uma atitude proativa e se dedicarem à prática da solidariedade. Seu desejo é que a população carente tenha a oportunidade de superar a pobreza, assim como ela o teve.

Entrevistada: “Porque eu acho que se cada um de nós, cada um negro que tiver a consciência do que é ser negro num país como o nosso puder ajudar, eu acho que daqui a poucos anos, nós vamos estar em patamar de igualdade. [...] E enquanto eu tiver vida eu venho fazer, porque eu acho importantíssimo que outras pessoas tenham a oportunidade que eu tive. Quero mostrar as pessoas que querer é poder.” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Esta entrevistada afirma ter sido sempre sensível às desigualdades em geral, mas dado que a população pobre é majoritariamente negra, a Sociedade 25 de Junho, organização que preside, tem se dedicado a esse segmento:

Entrevistada: “A minha luta sempre foi voltada para as desigualdades. Chegamos à população negra porque a população pobre é negra, a pobreza tem cor no Brasil. Então, eu fui notando que aqui em Plataforma todo pobre é negro. Aí eu comecei a ler e estudar as causas das desigualdades” (Iracy Oliveira, 38 anos).

O local onde hoje funciona a Sociedade 25 de Junho, era a princípio privado à sua família, porém, dadas as necessidades da comunidade de Plataforma, transformou-se num espaço de assistência social. Com a morte de sua mãe e o

afastamento das tias da possibilidade de gerirem a instituição, Iracy Oliveira passou a presidi-la com o apoio de suas irmãs.

Entrevistada: “...Porque meu pai comprou isso aqui pra elas passarem o São João. 24 e 25 de junho é a independência de Cachoeira, por isso o nome da instituição aqui é 25 de junho. [...] Aí meu pai comprou isso aqui pra elas passarem esse período, pra que não precisasse ir pra lá com tanta criança, ele comprou e começou a construir. Aí começou a ver a necessidade da comunidade. A comunidade é muito carente não tinha como gerar a renda para as mulheres. Aí elas vieram a ficar aqui não apenas nesse período e passavam aqui boa parte do tempo. [...] Aí com essa necessidade da comunidade, elas pensaram no que poderiam fazer.[...] Pra você ver que é uma saga assim de mulheres tão guerreiras. Porque eu abracei a causa, continuei com minhas irmãs. Meus irmãos não queriam, o que trabalha no Banco dizia: “você é maluca, largue isso aí”. E agente continuou” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Situada no bairro de Plataforma em Salvador, a instituição tem 37 anos de existência e não recebe recursos do governo. Começou com cursos de artesanaria, costura, alfabetização e creche para dar suporte à geração de renda de mulheres negras. Atualmente os projetos contemplam todas as faixas etárias:

Entrevistadora: “Eu queria que você falasse sobre os projetos da instituição”.

Entrevistada: “Aqui tem o centro de cidadania digital, tem a creche mantida com doações. Tem o projeto arte e educação onde produzimos bordados, artesanatos e crochê para mulheres e jovens. A padaria para geração de emprego e renda para jovens de 16 a 24, para que esses jovens se profissionalizem e possam trabalhar como masseiros, cilindeiros, padeiros. Curso de panificação, confeitaria e doces finos. Tem as oficinas de cidadania e Direitos humanos para jovens de 16 a 24 anos de seis em seis meses. O pré-vestibular está parado há dois anos, porque não tivemos condições de manter os instrutores e tem reforço escolar” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Os relatos de Iracy Oliveira demonstram o esforço despendido para manter a organização, inclusive com recursos próprios, e sua sensibilidade pela comunidade de Plataforma. O que indica aproximação e senso de responsabilidade com relação às desigualdades raciais, apesar de ser uma mulher negra bem-sucedida.

Iracy Oliveira se relaciona com pessoas do movimento negro de Salvador, mas não é militante. Segundo ela, a Sociedade 25 de junho é um espaço de discussão das questões raciais.

Entrevistada: “Eu tenho um bom relacionamento, eu conheço todo mundo, mas o lugar que eu fico focada é aqui. [...] Porque aqui nós fazemos muitos esses debates. Aqui se discute muito o problema da intolerância religiosa, agente ta sempre engajado, mas trazemos a discussão aqui dentro. Não adianta eu ficar engajada lá fora e aqui ficar no mesmo” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Apesar de ser um empresário e consultor bem-sucedido, Hilton Andrade é sensível às questões raciais. Atua como suplente e diretor de relações profissionais na Associação Nacional de Empreendedores Afro (ANSEABRA). Fundada por ele, esta organização tem assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social do Gabinete da Presidência da República e tem como meta atuar junto ao governo em prol do estabelecimento de programas institucionais que atendam às necessidades específicas dos empresários negros que esbarram na falta de apoio para montarem seus negócios:

Entrevistado: “As ações empreendedoras micro, médias ou macro da comunidade negra estão soltas, porque dizem que está tudo à disposição, como dizem que a educação está à disposição, que a moradia na Graça está à disposição, mas as condições pra isso não são dadas. Então agente concorre em desigualdade de condições. Nós temos lutado pra que o governo entenda que o modelo, que a forma, que a cultura, que a maneira como o empreendedor brasileiro negro se desenvolve é diferente da tradição européia e, se é diferente, agente não vai adentrar nunca. A primeira é na questão imobiliária, pra fazer um empréstimo no banco tem que dar o patrimônio como garantia e a comunidade negra não é dona de patrimônio” (Hilton Andrade, 61 anos).

Hilton Andrade é também presidente do conselho honorário da AFROBRÁS, Sociedade Afro-brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, cujo lema é ‘sem educação não há liberdade’ e tem por finalidade trabalhar pela inserção socioeconômica, cultural e educacional dos jovens negros brasileiros. Em âmbito nacional, realiza atividades relacionadas à formação, capacitação, qualificação e ações afirmativas.

Mostra-se orgulhoso por ser consultor da Universidade Zumbi dos Palmares, que atua na inclusão dos afro-descendentes no ensino superior. O relato a seguir é uma expressão da solidariedade de cunho racial praticada por Hilton Andrade e revela também sua paixão pelo empreendedorismo social:

Entrevistado: “A universidade Zumbi dos palmares já formou duas turmas de administração. Tem hoje cerca de 2.000 alunos e só tem 10 anos de existência. Eu acho um projeto extraordinário, ousado, empreendedor, é mais do que educacional, é empreendedor. Daí o meu vínculo... Hoje é uma ação afirmativa, uma iniciativa não-governamental, a mais bem-sucedida no Brasil, com todas as dificuldades, falhas, problemas, controvérsias, mas conseguiu fazer e eu gosto muito daqueles que brigam, que fazem, que contestam, mas que fazem. Eu me apaixono mais com os que fazem. Pensar é fantástico, sugerir é maravilhoso, fazer é que são as coisas. Então minha paixão está nessa faixa dos implementadores, por isso que eu sou empreendedor” (Hilton Andrade, 61 anos).



Desde que se reconheceu como negro, Hilton Andrade participa das discussões raciais, foi membro de organizações do movimento negro, porém se considera um *negro em movimento*.

Entrevistado: “Cada pessoa hoje já dá uma definição do que é *negros em movimento*, mas fui eu que criei este termo que saiu na primeira edição da revista *Raça*. Negros em movimento são pessoas que sem estar atreladas a organização do movimento social civil negro continuam se assumindo enquanto negros e atuando independentemente. Esses são os negros em movimento” (Hilton Andrade, 61 anos).

Vera Lucia atua como coordenadora de projetos que visam a inclusão educacional da população negra e realiza consultorias para diversas organizações. Segundo ela, sua trajetória enquanto empreendedora social teve início em 1995 quando inserida numa instituição, se incomodou com o fato de não existir nenhuma discussão sobre a questão racial. Atualmente coordena uma equipe de 21 pessoas num projeto que visa propiciar a permanência de estudantes cotistas na Universidade. Atua também na coordenação de projetos de formação de professores para fins da aplicação da lei 11.645<sup>21</sup>.

Acredita que a internet é um espaço de mobilização poderoso nos dias atuais no que tange à luta contra as desigualdades. Por esta razão, mantém 16 blogs com temáticas diversas, inclusive as discussões étnico-raciais. Segundo ela, este projeto existe desde 2008 e seu objetivo é mobilizar e aproximar ativistas sociais através da tecnologia.

Entrevistada: “Na verdade, eu tenho um projeto que é através das tecnologias digitais, criar uma rede de ativistas. Esse é um projeto meu que já comecei desde 2008, eu tenho 16 blogs, já pensados pra isso, pra criar essa rede. Porque eu entendo que a internet hoje é um espaço que está crescendo a cada dia e que é muito poderoso, que agente pode se aproveitar desse poder em benefício das nossas lutas. Eu acho que é uma possibilidade de mobilização interessante essa penetração na internet. Então por conta disso eu criei algumas redes que estão aí ativas” (Vera Lucia, 35 anos).

Vera Lúcia optou por uma atuação coletiva, porém independente. Segundo ela, sua experiência enquanto membro de organizações negras não foi proveitosa, por essa razão, não tem vínculo com nenhuma delas.

Entrevistada: “Então eu respeito muito as lutas das organizações negras, apesar de não ser filiada a nenhuma e prezar por essa independência. Eu não quero filiação a nenhuma organização” (Vera Lucia, 35 anos).

---

<sup>21</sup> Esta lei determina a inclusão das temáticas relativas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas no currículo oficial da rede de ensino.

Elcimar Bispo é auditor, economista e professor de ensino superior. Fundador e diretor executivo de uma organização do movimento negro de Salvador, atua há 18 anos em prol da inclusão social da população negra através da educação. Como extensão disso, tem ministrado inúmeras palestras no Brasil e no mundo. Para ele, a militância política é uma missão, cujo objetivo prático é ajudar as pessoas:

Entrevistado: “Então tem coisas na vida que tem a ver com missão, tem a ver com sua espiritualidade, missão de ajudar dos outros. Cada um dá a sua parte de contribuição, eu acredito nisso” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Ilma Fernandes considera o fato de trabalhar com implementação de políticas públicas para a população negra uma das suas grandes conquistas. Ingressou no emprego público através de concurso, porém construiu sua trajetória para atuar na área de inclusão educacional da população negra. Hoje é professora e assessora de formação de raça e gênero do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afro-descendentes (FIEMA). O objetivo deste programa é promover o desenvolvimento humano de mulheres negras através do acesso à educação.

Numa instituição em Salvador coordena o projeto ‘Escola Plural: a diversidade está na sala’, que trabalha com formação de professoras e a garantia de direitos da criança quilombola e indígena em quatro comunidades de Maragogipe. Também dirige o projeto ‘Diálogos Cotistas’ que visa dar suporte a estudantes cotistas da Universidade Federal da Bahia.

Ela não se vê exercendo outra atividade e o fato de ter vinculado a profissionalização com a solidariedade é parte de uma trajetória construída.

Entrevistada: “Eu gosto dessa área da educação e eu trabalho com questões raciais dentro desse espaço da educação. Eu não estou em outro espaço, nem quero estar, eu escolhi a educação porque eu acho que é o lugar onde a população negra tem condições de ascensão social, de mobilidade social, eu não consigo ver outra via de dignidade, de respeito, de melhoria da qualidade de vida se não for pela educação. [...] Não me vejo num trabalho burocrático desvinculado daquilo que eu sou, pra mim não dá” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Para Ilma Fernandes sua atuação profissional é política, visto que, milita em prol da população negra, mas não é vinculada ao movimento negro.

Entrevistadora: “Você é do movimento negro?”.

Entrevistada: “Não. Esse movimento MNU, não. Eu milito nessa área de educação, desse magistério público, que é extremamente negro. Então isso pra mim é movimento negro, não só esse movimento institucionalizado” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Flavio Sacramento é professor universitário e promotor público. Por opção pessoal tornou-se promotor titular da Promotoria de Combate ao Racismo: a primeira especializada em combater crimes de racismo no Brasil.

Entrevistado: “Eu entrei no ministério público em 1992 e me identifiquei muito com o ideal da promotoria. Aí surgiu a vontade de vir para Promotoria de Combate ao Racismo e hoje eu sou o titular dessa promotoria” (Flávio Sacramento, 43 anos).

Compete a esta instituição instaurar inquéritos destinados a apurar a prática de atos discriminatórios e adotar medidas judiciais cabíveis a estes tipos de crimes. Segundo ele, são registradas cinco denúncias de racismo por semana e suas ações enquanto promotor visam garantir os direitos da população vítima de preconceito e discriminação racial.

No exercício desta profissão e a partir do reconhecimento das desigualdades raciais, Flávio Sacramento tem lutado em defesa dos direitos da população negra. Para além das atividades cabíveis à sua função, este entrevistado tanto tem ministrado palestras gratuitas abordando a questão racial, quanto inserido esta problemática em discursos privados, reuniões familiares, aniversários, etc. Para ele, há em todo tempo e qualquer lugar uma oportunidade para desvelar o preconceito racial.

Entrevistado: “Eu continuo fazendo palestras gratuitas participando de seminários, congressos abordando a questão étnico-racial, falando sobre a promoção da igualdade, defendendo as cotas, criticando e exigindo uma mudança de postura do empresariado brasileiro e especificamente baiano. Isso é um discurso meu, não só em palestras, rádios e eventos, mas também na televisão eu tenho usado já há algum tempo isso na defesa da promoção da igualdade, aliado ao combate ao racismo. Nos discursos privados, nos espaços do poder, ambiente social onde sou convidado, não apenas como promotor, sempre quando tenho oportunidade insiro o debate da discussão étnico-racial. No debate com pessoas que ocupam os espaços do poder da sociedade eu sempre coloco, mesmo que eu não esteja na condição de promotor” (Flávio Sacramento, 43 anos).

Por conta da sua atuação no Ministério Público Flavio Sacramento passou a relacionar-se com o movimento negro. Não se considera um militante desta organização, mas um simpatizante:

Entrevistado: “Eu iniciei um relacionamento com o movimento negro como Promotor de Justiça atuante na Promotoria de Combate ao Racismo, não como militante, mas hoje fui seduzido, conquistado por esta luta admirável. Ainda que não possa dizer que sou militante, porque é algo muito forte, muito elevado, muita dedicação, eu posso dizer que eu sou auxiliar da militância e procuro ajudar dentro do máximo possível” (Flavio Sacramento, 43 anos).

Ivan Alves é professor, advogado e funcionário público federal. Tão logo lhe foi possível, associou o empreendedorismo social às suas atividades profissionais. Em parceria com sócios fundou um escritório de advocacia que abriga hoje uma empresa e um instituto. Situada em Salvador esta organização objetiva aproximar indivíduos carentes e organizações comunitárias do mundo jurídico, propiciando-lhes o acesso à justiça. Para tanto, o instituto oferece orientação jurídica gratuita, seminários, oficinas e cursos de formação a fim de atender à demandas individuais e coletivas, democratizar o conhecimento jurídico e empoderar grupos vulneráveis socialmente em situação de desigualdade:

Entrevistado: “Bom, o instituto Pedra de Raio foi criado com o intuito de facilitar o acesso da população carente da nossa sociedade ao mundo jurídico, por conta de sua complexidade e pela dificuldade que se tem em acessá-lo. Nós viemos facilitar, então trabalhamos com assistência jurídica, assessoria jurídica, o atendimento e, se necessário, o embate jurídico. [...] Nós damos um curso aqui chamado ‘Popularização do Direito’ que é financiado por empresas, como Petrobrás. Nós damos um curso chamado de ‘Relações de Consumo’. No mundo jurídico a relação de consumo é chamada de direito do consumidor, então nós transformamos aquela linguagem jurídica numa linguagem popular, onde a população possa entender. Então o que que acontece? As pessoas vão entender e vão se relacionar melhor com o mundo jurídico e isso ta tendo muito sucesso. [...] Como são selecionados esses alunos? Dentro de entidades, associações de bairros pra que quando ele pegar as informações, ele possa levar pra sua comunidade e reproduzir e isso tem sido feito ” (Ivan Alves, 49 anos).

As áreas de atuação do instituto são: direitos humanos, promoção da cidadania, direito ambiental, defesa do consumidor, racismo institucional, mediação popular e assessoria jurídica comunitária. De acordo com Ivan Alves, o instituto atende à população negra, já que esta compõe de majoritariamente o contingente cujas condições sócio-econômicas dificultam o acesso à justiça.

Entrevistado: “O atendimento é voltado pra esse público. É voltado pra a população carente e, como a população em Salvador é basicamente negra, já ta dito. Então são essas pessoas que batem nestas portas, que vem aqui” (Ivan Alves, 49 anos).

Apesar de ter sido militante quando jovem, Ivan Alves se considera hoje um participante do movimento negro por atuar numa entidade que combate o racismo, participar de redes e atender a convites para ministrar palestras. De acordo com ele, movimento negro hoje diz respeito ao conjunto de indivíduos e entidades que atuam contra a desigualdade racial.

Entrevistado: “Desde a idade de 18, 19 anos que eu participo dos movimentos sociais, contribuindo com esse processo de mudança. Eu tinha mais ou menos meus 19, 20 anos e tive a oportunidade de ter esse tipo de discussão no movimento negro unificado. Eu era militante. Hoje eu faço

parte de um instituto que trabalha também com esse segmento. [...] O movimento negro ele hoje é o todo, o movimento negro unificado é uma entidade. Eu comecei no movimento negro unificado, saí do movimento (negro unificado) e comecei a participar e criar outras entidades. Então quem é o movimento negro? São todas as entidades que discutem as questões raciais. O movimento negro é o todo, então eu estou no contexto do todo, não mais no movimento negro unificado”. (Ivan Alves, 49 anos).

Lúcia Reis sente-se orgulhosa por sua atuação, já que deixará um legado para a luta contra a discriminação racial e de gênero. É advogada, membro da Associação de Advogados Negros e titular da Comissão de Promoção da Igualdade da Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo ela, esta instituição apesar de respirar as questões jurisdicionais da vida pública, não se pronuncia em relação à desigualdade racial, o que é uma lacuna, já que, este é um viés importantíssimo a ser observado por parte daqueles que operam o direito e estão envolvidos com a promoção da democracia.

Entrevistada: “O trabalho que eu desenvolvo na OAB, na Associação Nacional de Advogados Afro-descendentes que são as contribuições, é o legado que eu deixo para a sociedade. É um grãozinho de mostarda é a contribuição que agente vem dando nessa luta anti-racista e também no combate ao preconceito de gênero. Eu acho que é a conquista pessoal, é uma coisa que me orgulha de poder contribuir. [...] Na direção da Comissão de Promoção da Igualdade da OAB eu tenho a possibilidade de atuar de forma mais efetiva no sentido de diminuir as desigualdades existentes não só no item raça, mas também no item gênero. E como que eu faço isso? Faço isso promovendo debates no seio da própria Ordem de forma não só interna, mas agente consegue fazer esses debates em outras regiões do país, aproveitando as seccionais. De forma interna também solicitando de forma veemente do presidente da OAB, que se posicione em relação a estas questões” (Lúcia Reis, 56 anos).

Além de estar envolvida com questões que contemplam os interesses da população negra em entidades negras e governamentais, Lucia Reis participa de um grupo de mulheres que realiza atividades para promoção da cidadania:

Entrevistada: “Faço palestras também em comunidade em escolas, em ONGs de mulheres, clubes de mães, associação de bairros, palestras, encontros, ajudando as pessoas a se conscientizarem quanto ao exercício da cidadania. Também me mostro um pouco como referência de ter saído da Liberdade, de meu pai ser motorista de caminhão, de minha mãe ter sido professora e hoje eu tenho o meu escritório, escriturado e uma estrutura digna. Enfim, tenho uma vida normal, uma vida digna e pra essas crianças que me ouvem, eu digo a elas que é possível. Você mesmo tendo dificuldades, essa discriminação que agente sofre no dia a dia, mas é possível agente dar uma direção diversa do crime, da marginalidade, da droga. Eu sei que pra agente é muito mais difícil, mas é possível. E uma prova disso sou eu que estou aqui e batalhando” (Lúcia Reis, 56 anos).

Lúcia Reis se vê como uma ativista do movimento social geral, sinalizando o seu senso de responsabilidade social contra toda forma de exclusão.

Entrevistada: “Eu hoje me coloco como uma ativista do movimento social em geral. Eu integro uma ONG, que a ANAAD é uma ONG” (Lúcia Reis, 56 anos).

Glória Vasconcelos é juíza e atua veementemente no sentido de tornar a justiça acessível aos mais pobres e mediar conflitos. Seus depoimentos são ilustrativos do valor que ela atribui às suas práticas solidárias: elas dão sentido à sua função enquanto juíza:

Entrevistada: “Porque ficar dentro de um quadrado, numa sala, num gabinete bonito, ornamentado, resolvendo ali o que está ocorrendo lá fora, não vale a pena, não se chega a conclusão nenhuma. Por isso que eu vou aos bairros, eu vou às escolas pra poder levar à justiça” (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Esta entrevistada tem criado e implantado vários projetos para beneficiar as camadas menos abastadas e tem uma sensibilidade especial em relação às questões raciais. Ressalta ela que todos os projetos sociais por ela elaborados contemplam a população negra.

Entrevistada: “Todos os projetos que eu criei na minha vida sempre foram voltados para a população negra. Eu crio projetos pra favorecer pessoas mais pobres. Inclusive eu criei um projeto para levar a justiça célere para o Rio São Francisco, à comunidade ribeirinha do Rio São Francisco e tem um outro que eu denominei ‘Pateum do negro e da mediação’, mas esse aí está difícil de implantar”.

Entrevistadora: “E qual é o objetivo deste projeto?”.

Entrevistada: “O objetivo é levar a justiça célere ao povo negro da cidade baixa especificamente e a solução rápida através da mediação, sem necessidade de advogado, inclusive a mediação dentro do racismo que é possível. [...] E também o que o que me chamou sempre a atenção; é que é sempre o negro, o pobre e da periferia quem passa maus momentos, quem precisa mais da justiça, quem tem menos condições de chegar até a justiça” (Glória Vasconcelos, 67 anos).

São projetos de sua autoria: *Justiça Bairro a Bairro*, *Justiça-escola*, *Projeto Balcão de Justiça e Cidadania*, *Juizados marítimos* (para atender aos moradores das ilhas da Bahia de Todos os Santos, Madre de Deus, Ilha dos Frades, Ilha de Maré, Paramana), *Justiça escola e cidadania*. Estes são apoiados pelo governo, por empresas privadas, porém, alguns são custeados por ela mesma ou são realizados a partir de doações de editoras.

Glória Vasconcelos não se considera militante nem participa de nenhuma organização. Optou por praticar a solidariedade individualmente, porém tem uma relativa aproximação com o movimento negro.

Dalva Matos é professora do ensino médio e fiscal de obras da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder). Suas duas ocupações possibilitaram a

esta entrevistada viver o cotidiano da pobreza, a despeito da sua ascensão social. A sensibilização à solidariedade fez com Dalva Matos fosse gradativamente se comprometendo com iniciativas e projetos para além de suas obrigações profissionais.

Por conhecer muito bem os bairros periféricos de Salvador, Dalva Matos leva à população de bairros carentes de Salvador projetos criados em parceria com sua irmã. Além disso, faz palestras para alunos da rede pública, sobre a importância da educação e da profissionalização. Segundo ela, “muitos não têm perspectiva querem ser motoristas de ônibus, cobrador, querem ser policiais e agente quer que eles enxerguem um futuro melhor”. Segundo ela, é importante orientar e motivar os jovens e adolescentes para que através do estudo consigam melhorar suas condições de vida.

Dalva Matos atua também com projetos relacionados à humanização de favela. Através de reuniões em associações comunitárias realiza um trabalho de orientação junto a moradores vitimizados pela exclusão geográfica da cidade do Salvador, no sentido de levá-los a buscarem alternativas de sobrevivência. Segundo ela, seu envolvimento com a população carente de Salvador vai além da sua função enquanto fiscal de obras e não é afiliada a nenhum movimento ou organização social.

Se na literatura socio-antropológica o fenômeno da ascensão está condicionada ao branqueamento, os depoimentos dos entrevistados desta pesquisa ilustram uma mudança de perspectiva em relação aos estudos que afastaram a ascensão de qualquer perspectiva teórica relacionada à solidariedade.

As relações que os sujeitos desta pesquisa têm estabelecido com a população negra menos abastada, revela aproximação, responsabilidade, o que contraria a ideologia do branqueamento. A despeito de terem ascendido socialmente estes sujeitos tem criado vínculos e se voltado para a população negra no sentido de contribuir de alguma forma com a melhoria da condição de vida desta população.

### **3.2 A educação como mecanismo de mobilidade e solidariedade**

O discurso da educação presente nas falas dos entrevistados não é mera coincidência. Verificamos que este foi o caminho que todos trilharam para

superarem a pobreza ou mesmo manterem o padrão de vida já alcançado pela família nuclear. De acordo com Figueiredo, geralmente os negros que ascendem socialmente “reconhecem que a escolaridade ainda é o único caminho, senão de ascensão, pelo menos de preservação da posição conquistada” (Figueiredo, 1999, 118).

Os depoimentos revelam que, entre os entrevistados desta pesquisa, há um anseio comum de que outros membros da população negra adquiriram conhecimento e construam carreiras de sucesso, assim como eles o fizeram. Por isso, eles têm investido na educação como mecanismo de solidariedade.

A análise das histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa dá conta de que todos eles se destacaram pelo esforço individual e pela capacidade de se aplicarem ostensivamente aos estudos. De acordo com Ilma Fernandes, dada a sua origem socio-econômica pobre, a instrução foi sua única possibilidade de ascensão social.

Entrevistada: “O meu caminho ele está muito ligado ao caminho da escolarização, porque dentro da minha área eu só via a possibilidade de ascensão a partir da escolarização. Então, eu fui fazer a graduação eu já tinha 30 anos, mesmo porque eu tinha uma filha que eu criava não tinha com quem ficar. E aí só quando ela tinha 10 anos que eu podia deixar sozinha pra poder ir fazer a graduação. Então foi nesse caminho mesmo da escolarização. [...] Porque eu não consigo ver outro não, principalmente assim agente não tem terra, agente não tem herança, agente não tem comércio. O que agente tem que fazer é se agarrar e estudar, enfim” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Noutro trecho da entrevista esta entrevistada deixa ainda mais explícito o fato de ter escolhido a educação tanto em termos de profissionalização, quanto em termos de prática da solidariedade. Para ela, a escolarização é a alternativa de melhoria da qualidade de vida da população negra:

Entrevistada: ...Eu escolhi a educação porque eu acho que é o lugar onde a população negra tem condições de ascensão social, de mobilidade social, eu não consigo ver outra via de dignidade, de respeito, de direitos, se não for pela educação” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Hilton Andrade atribui à educação o fato dele e todos os seus oito irmãos terem ascendido socialmente. Reconhece com toda certeza que a mudança de padrão socioeconômico pela qual passou, de morar quando criança em casa de chão de barro e hoje residir numa mansão no bairro da Graça em Salvador é resultado dos estudos. Vale ressaltar também, que ele foi o primeiro da família a ter a iniciativa de estudar e sente-se orgulhoso por ter sido uma referência para seus



parentes. Faz menção ao seu passado de pobreza com muita pesar até mesmo pelo fato de sua família ser hoje uma exceção na cidade onde nasceu:

Entrevistado: “Eu começo assim: ‘educação é tudo’. Minha família muito pobre no interior, nós nascemos num lugar chamado Fazenda Cruz na parte rural do município. [...] Família sem renda, pobre. Meu pai tinha um pequeno comércio e só pela ousadia da minha mãe, agente conseguiu estudar. E a mudança de conhecimento, de padrão, de referência, de respeito e, sobretudo, de patrimônio, eu digo patrimônio intelectual e patrimônio real e mobilizado, fez com que agente hoje tenha os oito irmãos com seus filhos todos... Dos meus 30 sobrinhos, eu acho que 28 hoje estão na universidade. Cinco médicos, muitos engenheiros, muitos advogados, todas as formações possíveis. Acho que somente 2 não adentraram à universidade. Então agente continua na família tendo educação como uma ferramenta de mobilidade e ela é verdadeira, ela é real. Tudo que nós construímos como profissionais foi graças à formação e educação. Então o que fez agente sair de uma cidade, da roça onde nós nascemos, da casa de chão batido, onde eu nasci, uma casa pequena, sem luz elétrica, sem nada, sem água, sem saneamento básico, onde tinha uma cisterna e uma fonte que agente se alimentava, onde tinha um local que agente usava como sanitário afastado e o banho agente tomava do lado de fora. Então, sair daquele lugar onde eu gosto de ir e não gosto, porque eu vejo pessoas da mesma minha época que continuam lá no mesmo lugar e não tiveram a chance de ascenderem” (Hilton Andrade, 67 anos).

Ivan Alves reconheceu desde criança o valor da educação através dos discursos explícitos de sua mãe, que indicava pra ele a única possibilidade de um futuro melhor:

Entrevistado: “Minha mãe dizia que agente só podia mudar a nossa situação através do estudo, sendo alguma coisa. Ela dizia isso pra os quatro filhos dentro de casa, que agente só ia mudar aquela situação estudando, sendo alguma coisa. Agente precisa estudar pra ser alguém na vida” (Ivan Alves, 49 anos).

Dos dez entrevistados seis atuam diretamente na área de inclusão educacional da população negra. São professores, advogados, coordenadores de projetos e diretores de instituições que visam a melhoria das condições de vida dessa população através da aquisição de conhecimentos. Os demais estão indiretamente envolvidos com a educação, visto que são palestrantes, ministram e promovem cursos de formação.

Estes sujeitos continuam acreditando na educação não apenas como mecanismo de mobilidade social da população negra, mas também de solidariedade, porquanto reconhecem que a superação da pobreza advém da aquisição de conhecimentos e desenvolvem atividades, sejam remuneradas ou não, em benefício de outros indivíduos. Ao elegerem a educação como caminho para a constituição de laços com a população negra, os sujeitos desta pesquisa dão um sentido político à solidariedade que praticam.

### 3.3 A solidariedade e a percepção das desigualdades

A solidariedade racial, tal qual se revela nos discursos e práticas dos entrevistados desta pesquisa, está diretamente relacionada à percepção das desigualdades existentes no Brasil. De fato, como poderiam estes indivíduos engajarem-se na luta anti-racista sem terem um nível mínimo de compreensão acerca da dinâmica do racismo? Segundo Hasenbalg:

“Os não-brancos de classe média têm estado situados numa posição ambivalente [...] Conteúdo, devido as suas realizações educacionais mais elevadas e às formas de discriminação encaradas em seu movimento ascendente, este grupo está em melhor posição para visualizar a operação de mecanismos racistas. Com base nisto, é possível conceber este grupo como a principal fonte de liderança negra” (Hasenbalg, 1979, p. 250).

Assim, o autor destaca tanto a capacidade de liderança das elites de cor, quanto a centralidade do reconhecimento das desigualdades como condição ao engajamento social destes indivíduos.

Com base nesta reflexão de Hasenbalg (1979) inserimos no roteiro de perguntas um bloco de questões onde buscamos entender como os sujeitos em questão percebem e interpretam o racismo no Brasil.

É sabido que este um fenômeno é complexo e, portanto, de difícil definição. De acordo com Santana, o racismo

“como conceito, refere-se às práticas que usam a idéia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos, influenciando as relações sociais. O termo se refere a um comportamento ou ação que resulta de aversão e até mesmo ódio a pessoas que possuem um pertencimento racial (geralmente visualizado por sinais diacríticos tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc), mas também reporta-se a uma ideologia, na qual se postula a existência de raças humanas superiores e inferiores” (Santana, 2003, p. 58).

Nesta análise de Santana (2003) constam três dimensões do racismo. Entretanto, seu núcleo comum é a produção de relações de dominação pautadas na hierarquia entre raças. Em sentido amplo, é desta forma que os entrevistados entendem o objeto do racismo:

Entrevistadora: “O que é racismo?”.

Entrevistado: “O racismo é todo um processo de negação do outro em função da raça. É a necessidade de um grupo submeter o outro. O objeto que se busca é isso: a submissão” (Ivan Alves, 49 anos).

Entrevistado: “O racismo é você não ter a percepção dos direitos do outro. É você não ter o respeito à dignidade da pessoa humana. É você não ter a percepção do princípio básico da solidariedade humana para com o outro,

para com o seu igual. É o desrespeito ao grupo de pertencimento do outro. (Luíza Reis, 56 anos).

Entrevistado: “Racismo eu entendo que é a situação de alguém que olha para a cor da pele e por se achar mais claro, ter menos melanina, sente o direito de se sobrepor àquele que tem pele mais negra...”. (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Num universo de 10 entrevistados somente em três casos a formação da consciência racial teve seus primeiros passos no âmbito da família nuclear, através de discursos explícitos:

Entrevistada: Lá em casa falava-se muito. ‘Olhe, vai ter um desfile’. Painho só deixava agente ir se tivesse muito bem arrumado. Ele dizia: ‘quem é negro tem que chegar bem’. Então isso eu vi a vida inteira. Então isso ficou aqui registrado, eu acho que isso me fortaleceu (Dalva Matos, 55 anos).

Entrevistada: “Meu pai dizia sempre: ‘nós negros não temos que ter as portas fechadas. Não existe portas fechadas para nós negros. Se a porta tá fechada você arrombe e vá em frente’”(Lucia Reis, 56 anos).

Entrevistado: “Minha mãe dizia que agente só podia mudar a nossa situação através do estudo, sendo alguma coisa. Ela dizia isso pra os quatro filhos dentro de casa, que agente só ia mudar aquela situação estudando, sendo alguma coisa. ‘Agente precisa estudar pra ser alguma coisa na vida’ (Ivan Alves, 49 anos).

Alguns entrevistados informaram que, embora não tenham sido alertadas diretamente, foram orientadas quanto ao racismo através de discursos implícitos no seio familiar. Relata Flavio Sacramento que seus pais sempre foram enfáticos em ensiná-lo que nunca se colocasse em posição de inferioridade.

Entrevistado: Essa orientação eu não tinha explícita, mas eu acho que meu pai foi muito sábio em me orientar passando implicitamente quando ele dizia que todos nós éramos pessoas que tínhamos os mesmos direitos e que tínhamos que lutar com os direitos que tínhamos, que não podíamos deixar que ninguém nos humilhasse, entendeu? E minha mãe também sempre com uma palavra de igualdade e que o que diferenciava o homem era o seu caráter, sua dignidade. Então esse discurso foi muito presente em minha casa por parte de meu pai e de minha mãe. E o próprio exemplo dele, além do discurso, a postura dele de não se permitir nunca ser inferiorizado por quem quer que fosse” (Flavio Sacramento, 43 anos).

Outro relato da mesma natureza é o de Elcimar Bispo:

Entrevistadora: “Existia alguma discussão racial dentre seus familiares?”.

Entrevistado: “Pouca à época, mas eles sempre falavam. Você via as conversas, não dessa forma. Se você procurar essa forma lá atrás você não vai encontrar. Então quando meu pai dizia: ‘você estuda em escola de burguês, mas você não é igual eles, você é filho de operário’. Isso era uma leitura racial que ele estava fazendo. Só porque ele está usando as categorias ‘burgueses’ e ‘operários’? Não disse explicitamente porque

naquela época não era comum você estar falando assim de raça” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Em algum momento na vida, estes sujeitos passaram a compreender sua condição racial. A maioria deles afirmou que a aquisição da consciência ocorreu na juventude ou já na fase adulta. Visto o caráter racial brasileiro o *tornar-se negro* é quase sempre uma descoberta:

Entrevistado: “Quando eu li o livro de Abdias do Nascimento ‘O Genocídio do Negro no Brasil’, aquele livro foi um marco, porque antes eu sentia as coisas, mas não tinha nada elaborado. Então a partir dali você começa mesmo a ter um processo de formação da sua consciência. Você sentia, mas outra coisa é você perceber o lugar que você está. (Elcimar Bispo, 46 anos).

No caso de Elcimar Bispo, a formação da consciência racial teve um marco inicial definido. A leitura de um livro trouxe explicações sociológicas acerca da realidade que vivia, mas não conseguia entender. Até então, ele sentia os efeitos das desigualdades, mas não os apreendia como fenômeno social.

Esta característica aparece na fala de outro entrevistado que percebia o abismo entre a condição social do branco e do negro numa cidade do interior da Bahia onde nasceu e viveu até sua juventude, mas somente após ingressar na Universidade, e perceber que não era bem-vindo aos olhos de alguns colegas e professores, passou a entender a realidade das relações raciais e se assumir como negro:

Entrevistado: Eu não entendia quando em São Gonçalo, eu com 7, 8 anos, na escola rural que eu estudava, 90 por cento dos alunos eram negros e 10 por cento, que eram parentes das professoras, iam de carro, moravam nas melhores casas da cidade, eram os donos da cidade e eu não conseguia entender porque só aquelas pessoas eram os donos de tudo, da casa melhor, do carro.[...] Então na minha cabeça, quem era branco podia tudo e quem era negro não podia. [...] Quando eu adentrei á Universidade por volta dos meus 16, 17 anos, aí eu tive consciência de que nós tínhamos um país com oportunidades diferenciadas. Foi quando eu percebi que não era bem-vindo, foi o que eu senti, foi um dos períodos mais difíceis da minha vida, que me adaptar num ambiente que parecia que não era pra mim, que as pessoas não me queriam lá dentro, eu senti na pele. Quando eu cheguei à universidade o meu apelido era ‘negão de São Gonçalo’, porque eu na minha turma era o negão mesmo, foi graças a esse negão de São Gonçalo, na universidade, quando eu entrei, que eu vim me assumir”(Hilton Andrade, 67 anos).

Assim como Hilton Andrade, a maioria dos entrevistados afirmou ter adquirido uma percepção elaborada acerca das desigualdades na Universidade. No caso de Vera Lúcia, antes do ingresso no ensino superior tinha apenas impressões. Apesar de ter sido exposta explicitamente à discriminação racial desde a sua tenra idade, foi

na universidade que ela adquiriu uma percepção mais aprofundada acerca do racismo.

Entrevistada: "...chegar a problematizar, a refletir mais sobre isso foi na universidade. Na universidade que eu comecei realmente a me questionar. Mas antes eram só impressões, mas reflexão mesmo sobre, só na universidade. Eu percebia, mas não tinha a coisa de um questionamento mais aprofundamento não. Quer dizer, é como se agente fosse montando um quebra-cabeças. Quer dizer, até então essas situações vão acontecendo, mas você não percebe muito a razão de ser. A partir do momento que você tem a possibilidade de refletir de forma mais sistematizada sobre isso, começa a fazer sentido e então você se percebe, né?" (Vera Lúcia, 35 anos).

Os caminhos que levaram estes indivíduos a compreenderem o racismo e suas implicações são diversos. Porém, esta percepção mostra-se fundamental ao engajamento nas práticas solidárias e tem levado estes sujeitos à ação e sensibilização pelos problemas relativos às desigualdades que incidem sobre a população negra.

### **3.4- As experiências de racismo**

Todos os entrevistados vivenciaram experiências de discriminação racial<sup>22</sup>. Estas tensões, comuns no cotidiano dos negros que ascendem socialmente, contrariam a tese de que o preconceito no Brasil é de classe e não de cor. Pinto (1998) foi um dos primeiros autores a constatar estas tensões. Segundo ele, a ascensão social de negros seria a causa mais freqüente de discriminação racial, uma vez que estes indivíduos saem da posição historicamente a eles reservado.

O estudo de Figueiredo (2002) também nos auxilia a interpretarmos estes constrangimentos raciais. Segundo ela, estas experiências são comuns, sobretudo no momento em que estes indivíduos buscam desfrutar do poder aquisitivo que possuem. A partir da leitura de sua própria experiência, Vera Lúcia corrobora o fato de que o prestígio sócio-econômico que possui não a exime da discriminação racial.

Entrevistada: "Eu sou discriminada no olhar, sou discriminada quando meu colega olha pra mim e diz: 'hum, mas você cheira bem, se veste bem, você usa perfume francês'. É o que eu estou te falando. Teve um que disse: 'menina você usa um colar que minha mulher tem igual'. Então eu ouço isso. Eu posso dizer que depois que eu ascendi, porque eu sou conselheira federal... (que o racismo deixou de existir). Não" (Vera Lúcia, 56 anos).

---

<sup>22</sup> Segundo Bento (1998, 53) "a discriminação racial implica sempre na ação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas contra outra pessoa ou grupo de pessoas" com base na crença de que estes indivíduos são membros de uma raça inferior.

O depoimento de Hilton Andrade evidencia que *o dinheiro não embranquece*, mas, ao contrário, acentua a discriminação. Na posição de empresário sofreu e ainda sofre constrangimentos raciais. Segundo ele, são experiências raramente mencionadas:

Entrevistado: “Olha, eu quero dizer o seguinte, até hoje tem muitas dificuldades. As dificuldades não foram eliminadas não. [...] Então o que eu acho de muito interessante das dificuldades que eu tive, é óbvio que eu não gosto de citá-las todas, mas teve dezenas de exemplos da empresa me mandar como diretor ou, mesmo como gerente, discutir o assunto e quando chegava no local não era aceito. Como eu tive casos de mandar as pessoas se retirarem e da pessoa não me atender e dizer assim: ‘você eu não atendo. Se a empresa mandar você como representante eu não falo, porque eu não falo com preto’. Eu já vivenciei isso no Paraná, desagradável, até lembrar não é bom. [...]. E foi uma mulher, uma portuguesa, que achava que uma empresa que me tinha como dirigente não merecia respeito. E não tratou do assunto comigo, não me atendeu e ficou por isso mesmo, se fosse hoje eu botava ela na cadeia. Eu fiquei atordoado e o assunto não foi resolvido.” (Hilton Andrade, 61 anos).

Em alguns casos os entrevistados compartilharam experiências de discriminação sofridas antes da ascensão. Apesar de ter sido lesado moralmente Ivan Alves se beneficiou destas circunstâncias e fez delas motivações para superação da vulnerabilidade social<sup>23</sup> e racial:

Entrevistado: “Eu trabalhei em diversos segmentos, subemprego né? [...] E dentro desse subemprego eu ia buscar donativos, que eram cobranças do Hospital Aristides Maltez. Aí quando chegava aqui na Graça, Barra, Ondina que eram os lugares que eu tinha o endereço pra buscar os donativos, tipo o que? Cinquenta reais, tudo dinheiro pouco. [...] E quando eu chegava e tocava a campainha dos apartamentos, e que na época ainda era possível você adentrar os apartamentos, que viam o negão... Ou não abria a porta e quando abria era no pega-ladrão. [...] É muito humilhante, aquilo era humilhante. Agora isso tudo me machucava, mas me motivava a dizer que eu não ia permanecer naquilo. Então era uma espécie de oxigenação, sabe?” (Ivan Alves, 49 anos).

Glória Vasconcelos foi humilhada por um professor na sua tenra idade. Porém, não se permitiu esmorecer e cumpriu a promessa de se tornar magistrada feita na primeira vez em que sofreu a discriminação racial explícita:

Entrevistada: “Porque eu também tinha passado por um momento muito difícil no Colégio Duque de Caxias. Quando eu tinha nove anos, o professor de desenho pediu um determinado tipo de material e meu pai não pôde comprar, comprou de uma qualidade inferior. Então ele me chamou na hora de apresentar o material, régua, esquadro, compasso, esse tipo de coisa. Eu apresentei o meu e ele disse: ‘menina, não foi isso que eu pedi, se seu

---

<sup>23</sup>Segundo Abramoway (2002) a vulnerabilidade social caracteriza-se pela carência de recursos materiais, simbólicos e de oportunidades sociais e econômicas, que se traduzem inclusive em dificuldades no processo de mobilidade social.

pai é pobre não pode comprar, você deixe de estudar e vá aprender a fazer uma feijoada pra branco que você vai ser mais feliz'. Eu saí aos prantos...(pausa, emoção)... é duro! Ser negro nessa terra é triste. Aí eu saí aos prantos e fui lá pra o pátio de colégio, depois eu voltei, não sou de levar desaforo pra casa, voltei e eu disse pra ele: 'professor, eu não vou fazer feijoada, eu vou estudar, vou ser juíza e vou voltar aqui pra lhe prender! E aí fui embora. [...] (lágrimas). E aí aquilo ficou arraigado em mim. Eu disse: 'um dia eu vou ser magistrada'" (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Para Vera Lúcia nenhum negro ou negra que tenha consciência racial sente-se confortável no Brasil, pois ter esta consciência implica na percepção da inexistência da democracia racial.

Entrevistada: "Eu acho que nenhum negro se sente confortável no Brasil, nenhum negro que se identifica como negro. Tem aqueles que se acham morenos, ou mestiços assimilados e que acham que tem lugar pra todo mundo, mas eu acho que a partir do momento que você tem consciência do que é ser negro num país como o Brasil, nunca você vai viver de maneira confortável não. Porque o tempo todo você está sendo solicitada a lembrar de que é diferente né? E ser diferente eu acho que não é tão ruim, mas ser desigual (é ruim)..." (Vera Lúcia, 35 anos).

Na opinião de Ivan Alves é um engano os negros que ascendem socialmente pensarem que a conquista do status os livra da discriminação. Ademais, a ascensão deve ser uma motivação para a solidariedade. Para ele, os indivíduos negros que ascendem devem aderir a este compromisso, serem referenciais positivos e se colocarem em posição de igualdade com a população negra das camadas menos favorecidas, visto que, todos os negros, independentemente do padrão de vida que possuam, são vítimas do racismo:

Entrevistado: Lei do engano de achar que o fato de você ascendeu socialmente, você resolveu a questão racial. Muito pelo contrário, essa etapa ela fica mais acesa e seu compromisso aumenta. Aumenta por vários motivos. Porque quem não conseguiu ascender quanto você, cria uma expectativa e admiração por você. E você tem que ser real, dizer ao outro que não conseguiu chegar até aqui, que você vive os mesmos problemas que ele lá em baixo, só que você vive aqui em cima. Deu pra entender? (Ivan Alves, 49 anos).

### **3.5- Experiências e reações à discriminação racial**

Segundo Degler, no Brasil:

"os negros recebem um incentivo maior para rejeitar suas origens raciais. Mesmo na Bahia, os pretos que 'sobem' muitas vezes separam-se dos irmãos de raça. Uma das formas mais brandas dessa rejeição é recusar-se a reconhecer, ou até mesmo falar sobre o problema da raça e da cor" (Degler, 1976, 178).

Para ele, os indivíduos que ascendem tendem a não se pronunciarem em relação ao racismo para se desvencilharem da questão racial.

Da sua afirmação é possível aludir que a reação ao racismo pode ser um indício de comprometimento. Uma característica comum entre os entrevistados é que além de reconhecerem o racismo, eles reagem á discriminação. Observamos, entretanto, que as formas de reação são díspares. Enquanto uns são incisivos, outros optam pela brandura a fim de que o agressor reflita suas atitudes.

Vera Lúcia reage a tais circunstâncias, mas em situações em que a discriminação é explícita:

Entrevistadora: “Mas em geral você reage a estas situações?”

Entrevistada: “Depende da situação. Uma vez nas Americanas do Shopping Barra, eu tava vendo alguma coisa, eu tava com uma agenda e eu entrei com a sacola que eu tinha comprado em outra loja e aí a segurança, uma mulher, ficou me seguindo e aí ela veio e disse: “quer alguma ajuda? Você precisa de alguma ajuda?”. Eu disse: “que tipo de ajuda eu ia precisar de você? Não, não preciso de ajuda nenhuma não”. Aí ela viu que eu não tava inibida com a presença dela ali e se afastou...” (Vera Lúcia, 35 anos).

Quando perguntada acerca das experiências de racismo Ilma Fernandes relatou que pelo fato de morar no bairro da Graça em Salvador é comumente confundida com uma empregada doméstica por ser negra:

Entrevistada: “Fora que você está andando na Vitória e as pessoas ficam te perguntando se você trabalha ali, né? Se você trabalha, se você é uma empregada doméstica. Eu moro ali e vou trabalhar andando. E você vai andando pela rua e as pessoas perguntam: “ah você trabalha por aqui, você sabe de alguém que está querendo trabalhar como empregada doméstica?”

Entrevistadora: “E você reage como?”

Entrevistada: “Eu pergunto: ‘porque você acha que eu trabalho por aqui?’. Aí as pessoas dizem: ‘não, desculpa’. Eu digo: ‘eu não trabalho por aqui, eu moro aqui e não conheço ninguém, se eu soubesse eu te falava’. Isso já aconteceu três vezes” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Já Hilton Andrade contou vários relatos onde sofreu constrangimentos raciais, porém consideramos destacar uma situação específica na qual se envolveu numa situação de discriminação direcionada a um jovem por ele desconhecido. Segundo este entrevistado, reagir a estas situações não significa apenas defender outras pessoas da discriminação, mas beneficiar-se a si próprio.

Entrevistado: “Eu reajo sempre, sempre e tenho milhares de casos... O Boticário, eu não compro no Boticário. Eu já vi aqui no Shopping Barra, dia das mães, chegaram dois jovens negros pra comprar, um ficou do lado de fora da loja e outro... isso tem uns dez anos... e o outro comprando presente pra a mãe dele. Aí eu percebi a gerente da loja chamar uma pessoa e dizer: ‘acompanhe aquele dali que tem cara de ladrão’. Eu ouvi isso e eu também não sabia se era ladrão, eu também não podia defender. E eu retardei toda a minha compra pra saber o desfecho. O rapaz tava comprando, quando foi passar no caixa eu disse: ‘não compre não que a loja não merece. Esse



irresponsável aqui tava lhe acompanhando achando que você era ladrão. Tem mil lojas pra você comprar'. Eu chamei, mandei ir à polícia, ele agradeceu, ficou assustado comigo. Eu digo: 'rapaz vá na polícia, manda prender essas pessoas, você não viu, mas você foi o tempo todo seguido como ladrão aqui dentro dessa loja'. Se você me perguntar quem é essa pessoa, eu nunca mais vi na minha vida, eu só vi naquele instante, mas se eu perceber e eu percebo com muita facilidade, pelo meu conhecimento de mundo, que as coisas aqui são muito mais nojentas do que em qualquer outro lugar. Eu reajo sempre e reagirei sempre, nunca passarei batido. E isso não é uma questão, não é nem de ninguém, não é nem de movimento, isso é meu, é questão de pertencimento pessoal, pertence a mim e eu faço pra favorecer a mim próprio, nem ninguém sabe que eu faço isso, eu nem conto essas coisas, estou contando agora eu nem sei porque. [...] Porque as pessoas por quem eu faço isso eu nem sei quem são..." (Hilton Andrade, 67 anos).

Já Ivan Alves reage pacientemente diante dos constrangimentos causados pela discriminação racial. Para ele, é melhor reagir suavemente, de forma a induzir a pessoa que cometeu o ato de preconceito a refletir suas atitudes. Em sua opinião, a reação veemente agrava o racismo, porque a pessoa que o comete sentirá raiva em vez de refletir o equívoco cometido:

Entrevistadora: "Em geral você reage a essas ocorrências?"

Entrevistado: "Reajo de forma bem lúdica".

Entrevistadora: "Por quê?"

Entrevistado: "Eu brinco com a situação pra que eu possa minimizar o seu desacerto e pra que você não reproduza. Essa é a forma didática que eu tenho de contribuir. Porque não adianta brigar, porque acirra, a pessoa cria raiva e vai reproduzir com mais raiva ainda. Como é que se veste o segurança de um modo geral?"

Entrevistadora: "Paletó, gravata".

Entrevistado: "Pronto, já respondeu. Preto, de paletó e gravata num shopping, não tem como você não identificar como um segurança, não tem como. Eu sou abordado: 'por favor, moço. Onde é que fica a loja tal?'. Aí eu digo: 'Ô minha querida, eu estou na mesma condição que você (risos)'. 'Ô, desculpe'. Aí sai. Eu canso. Minha namorada diz: 'e você nem pra dar uma resposta pra essa branca nojenta'. Eu digo: 'Eu dei amor, eu dei a resposta pra ela'. Eu tenho certeza de que lá na frente ela não vai abordar outro negão com essa mesma roupa. No mínimo ela vai perguntar: 'o senhor trabalha aqui?'" (Ivan Alves, 49 anos).

Apesar de reagir de forma polida, Ivan Alves frisa que não dissimula as experiências de racismo por ter um compromisso social. Este comportamento o diferencia 'dos outros' que ignoram a discriminação para não se envolverem com questões de caráter racial.

Entrevistado: "Então quando essas coisas acontecem, eu tento minimizar, porque eu quero continuar bem. Agora, eu não posso passar por cima porque eu tenho um compromisso social. Se eu tiver de ir pra a delegacia, eu vou. Eu tenho um compromisso com a questão racial diferente dos outros" (Ivan Alves, 49 anos).

Para Glória Vasconcelos, os constrangimentos raciais que vivencia ainda que seja magistrada, a fazem não apenas reagir, mas se sensibilizar com a população negra de camadas menos abastadas.

Entrevistada: “Outro dia mesmo aconteceu uma situação dessa. Eu cheguei pra trabalhar, e eu chego cedo, e tinha uma advogada sentada na minha cadeira, eu disse: ‘doutora, por obséquio eu quero me sentar pra trabalhar’. ‘Não, essa cadeira é da juíza’. Eu disse: ‘mas a juíza sou eu’. Ela olhou assim pra o meu cabelo e disse: ‘só um minutinho’. Eu disse: ‘doutora, primeiro não tem minutinho, não existe essa palavra minutinho, segundo a juíza sou eu, a senhora vai levantar daí senão eu vou chamar o policial’. Eu entendi que ela não acreditou que eu fosse a juíza e olhe que não ando desarrumada exatamente por isso. Pra você ver a que ponto chega! [...]. Eu tenho certeza que essas pessoas merecem a minha atenção, porque se eu como magistrada, sou a primeira juíza negra do Brasil, sou a quinta mais antiga da Bahia, ainda passo por determinados constrangimentos, eu faço uma pequena idéia do que deve acontecer com essas pessoas que são excluídas do sistema brasileiro” (Gloria Vasconcelos, 64 anos).

A coação parece fazer parte da formação da consciência racial e da sensibilização à prática da solidariedade, pois nas experiências destes indivíduos, em vez dos constrangimentos raciais se refletirem no afastamento da população negra menos favorecida, elas reafirmam a necessidade de criação de laços com vistas à melhoria da condição de vida desta população.

### **3.6- A exceção**

Numa pesquisa sobre a mobilidade ascendente dos profissionais liberais negros em Salvador Figueiredo (2002), destaca a importância e a influência do *habitus* de classe na formação da visão do mundo dos indivíduos, como propõe Bourdieu. Segundo ele:

“A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (Bourdieu, 1996a, p. 21).

Os indivíduos negros que ascendem convivem em espaços sociais, cujo *habitus* corresponde às visões de mundo das classes dominantes. Porém, a análise das entrevistas nos permite afirmar que, o fato dos sujeitos em questão terem ascendido socialmente, não necessariamente implica na adoção de um *habitus* de classe que os remetam ao afastamento das suas origens. O orgulho pela

capacidade de superação de barreiras sociais e raciais é comum entre eles, entretanto, o reconhecimento destas conquistas não os leva ao branqueamento, mas a uma sensação de desconforto.

Vale dizer que, se antes os indivíduos negros que ascendiam socialmente se sentiam privilegiados por se destacarem da população pobre, entre os entrevistados desta pesquisa há uma sensação de incômodo pelo fato de serem exceções. A partir da análise dos depoimentos percebemos que, a sensação de estarem sozinhos, associada à percepção das desigualdades, sensibiliza estes indivíduos à prática da solidariedade. São 'exceções incomodadas' como assinalara uma das entrevistadas:

Entrevistada: “Eu sou uma exceção incomodada, né? Trabalhando pra deixar de ser. Quer dizer, na verdade, o meu investimento é justamente parte desse incômodo em ser minoria, em espaços em que a população negra não é maioria. Então, eu não quero ser classe média e ser uma apenas, quero que muitos mais sejam. [...] Me incomoda e eu trabalho pra de certa forma reverter esse quadro” (Vera Lúcia, 35 anos).

São discursos e práticas que ilustram o afastamento destes indivíduos da ideologia do branqueamento. Vera Lúcia deseja reverter o fato de poucos membros da população negra poderem viver de forma digna, por isso, tem se dedicado profissionalmente a atividades relacionadas combate às desigualdades raciais. Ela coordena projetos que visam a promoção da igualdade racial no ensino superior.

Glória Vasconcelos deseja ver muitos negros ascenderem socialmente e ingressarem na classe média, através do trabalho e da dedicação:

Entrevistada: “É, eu sou da classe média, mas depois de muita luta e o que eu quero? Eu quero muito negro na classe média honestamente, com trabalho, com lisura, com dedicação. Eu quero ver muito negro na classe média, na classe média alta e no topo” (Gloria Vasconcelos, 67 anos).

Lúcia Reis percebe que a sua condição financeira propicia-lhes um padrão de vida elevado. Entretanto, ressaltou em vários trechos da entrevista, que almeja mostrar a outras pessoas, de mesma origem social e racial que ela, que é possível superar a pobreza.

Entrevistadora: “Você se considera uma exceção?”.

Entrevistada: “Sou, sem sombra de dúvidas. Sou porque a minha realidade não é a realidade de 80% dos negros desse país. Assim, e eu faço questão de ser usada como exemplo, como referência onde sou chamada, onde posso ir, pra mostrar a quem não está nesse posto que eu estou que é possível chegar lá. Porque eu saí de lá, então eu acho que sou exceção e não tenho dúvida. Sou exceção por todas essas possibilidades que pintaram na minha vida e que obviamente foram aproveitadas, né? Mas é o que eu digo, se você der oportunidade a qualquer ser humano ele é capaz, porque todo ser humano é capaz” (Lúcia Reis, 56 anos).

Para Elcimar Bispo, é desconfortável ser 'maioria e segregado ao mesmo tempo':

Entrevistado: "O que aconteceu comigo de ser uma exceção só serve para confirmar a regra. [...] Esta tem sido a minha rotina, ser ainda a exceção... Embora que isso tem mudado, porém não significa que o racismo tenha diminuído. Vivo momentos de desconforto e indignação... Ser maioria e segregado ao mesmo tempo. Espero que possamos mudar isso..." (Elcimar Bispo, 46 anos).

Apesar de sentir-se confortável, de demonstrar uma grande satisfação por todas as suas conquistas materiais e desfrutar delas com intensidade, Hilton Andrade demonstra estar totalmente ciente das desigualdades duráveis. Exclusão esta que incide diretamente sobre a população negra:

Entrevistadora: "Você se sente confortável na sua posição?"

Entrevistado: "Bastante, absolutamente confortável. O que não me traz conforto é não poder ver isso com todo mundo, eu gostaria que todo mundo pudesse, porque é bom viver bem, é muito bom receber essa brisa, é muito bom poder receber os amigos, faz bem e é muito bom saber que eu fiz isso com minha inteligência, com caráter. É muito bom você pegar uma lancha e fazer um passeio, você fazer uma viagem. É muito bom. Isso é uma perversidade, a nossa comunidade não ter acesso a essas coisas. Quer dizer, como é que você pode ter auto-estima se você não pode conhecer o que é o mundo, entendeu?" (Hilton Andrade, 61 anos).

Estes indivíduos não se acomodam ao fato de terem ascendido, mas reconhecem que são exceções por conta das desigualdades que barram a democratização social e racial da sociedade brasileira. Este incômodo, expresso na sensação de solidão, reforça a sensibilização à solidariedade como reiteram os depoimentos acima.

### **3.7- Motivações para a solidariedade**

A sociologia da dádiva de Marcel Mauss (1950) nos auxilia a entender que a finalidade das trocas é a constituição de vínculos sociais. Embora os depoimentos demonstrem que são diferentes as motivações que levam estes indivíduos a praticarem a solidariedade, é possível identificar que, em geral, eles intencionam aproximarem-se da população negra, na perspectiva de auxiliar outros membros desta população a superarem a desigualdade racial.

Nesta parte, nos interessa apreender as razões e as motivações pelas quais os entrevistados, antes retratados nas Ciências Sociais como adeptos do branqueamento, tem se engajado em relações de solidariedade étnico-racial.

Hilton Andrade remete o fato de ter despertado para a solidariedade às dificuldades pelas quais passou por conta de sua origem pobre, negra e do interior da Bahia e à conduta de seus familiares.

Entrevistadora: “O que o motivou a associar carreira e solidariedade?”

Entrevistada: “Eu ser negro e ter nascido pobre, numa zona rural e ter visto que é muito difícil você conquistar as coisas. Então eu sei o quanto foi difícil pra mim e como é difícil pra as outras pessoas. O que me traz um senso de solidariedade é saber como é. Quando falo com você agora, eu me remeto ao lugar que eu nasci e como eu podia imaginar que eu ia estar aqui hoje servindo de referência? Eu acho que a razão é essa, não é porque eu sou bom nem ruim, é por eu saber de onde eu nasci, as raízes. Eu acho que minha família tem muita importância nisso também. [...] O jeito de ser da gente, a família em primeiro lugar, a solidariedade. Quando eu era criança, lá pros meus dez anos quando matavam um porco na nossa casa, quando era São João, Natal. [...] Agente distribuía, mas recebia também. Então minha infância foi isso. Então fez com que agente achasse isso uma coisa interessante...” (Hilton Andrade, 67 anos).

Assim como Hilton Andrade, Ivan Alves justifica que sua principal motivação para a solidariedade está diretamente relacionada às inquietações provenientes do passado de pobreza. Sua experiência de vida foi o fio condutor que o levou a associar o compromisso social à sua vida profissional.

Entrevistadora: “O que o motivou a associar carreira e contribuição social de cunho racial a outras pessoas?”

Entrevistado: “Veja só. Você sai de uma realidade e você cresce socialmente e intelectualmente com esse compromisso. Necessariamente não são todos os negros que crescem com esse mote com essa inquietação e com esse objetivo, mas pelo menos meia-dúzia ou centenas de pessoas crescem com essa vontade. E eu não seria diferente. Ou seja, você vive essa inquietação antes da universidade, você vive essa inquietação durante a universidade. Aí você sai da universidade e a inquietação permanece. Aí só que você já tem um cabedal, já tem um acúmulo de conhecimento capaz de transformar, ou se não de propor transformações. E porque não fazer? [...] Então isso leva você a se reunir para que sua inquietação tenha ressonância, essa é a motivação” (Ivan Alves, 49 anos).

O passado de dificuldade aparece como vetor da motivação à prática da solidariedade também no depoimento de Dalva Matos:

Entrevistada: “Eu não gostaria que as pessoas passassem pelo que eu já passei, é dolorido. E eu acredito nas pessoas, acredito no potencial das pessoas” (Dalva Matos, 55 anos).

Já Glória Vasconcelos expressa várias motivações para a solidariedade, porém todas elas estão relacionadas às experiências de racismo e ao

reconhecimento das desigualdades. Segundo ela, o fato de ter sentido o racismo ‘na pele’ e estar ciente das desigualdades, a fez reconhecer que a condição de vida da maioria da população negra é bem diferente da maioria da população branca. Estas constatações a fizeram direcionar suas ações enquanto magistrada para atender às demandas da população negra menos favorecida:

Entrevistada: “O que me aproximou de questões raciais foi porque eu senti uma necessidade, talvez eu tenha sentido essa necessidade na pele, esta necessidade de lutar, de trabalhar por uma melhor condição para o negro, porque eu observei há muitos anos atrás o seguinte: é o negro sempre está na periferia, a eles só se oferecem os trabalhos de terceira categoria, a qualidade de ensino que se oferece ao negro não é da melhor, a saúde também deixa muito a desejar. Então eu achei por bem que eu deveria dar uma cota de participação para melhorar a qualidade de vida e a auto-estima também do negro” (Glória Vasconcelos, 67 anos).

Apesar de atuar em vários projetos que combatem a desigualdade racial, Ilma Fernandes elenca como principal motivação à prática da solidariedade, o desejo de ajudar outras mulheres negras a adquirirem escolarização.

Entrevistada: “O compromisso social que eu tenho. O que eu sei eu tenho que contribuir com a minha população. Ajudar outras mulheres. Aqui no FIEMA mesmo, nós trabalhamos com mulheres analfabetas né? Mulheres negras. Então agente vai ver que a realidade das mulheres negras que não tem escolaridade, elas não conseguem ler, nem escrever, nem assinar o nome. Tem mulheres de vinte anos que não sabem ler nem escrever, isso é muito grave...”.

Ao ter uma conversa preliminar à entrevista com Lúcia Reis e descobrir que ela tinha nascido pobre, mas vivenciou o processo de mobilidade na família nuclear, hesitamos em dar seguimento à tomada de depoimentos. Ao expormos este receio, ela convenceu-nos a prosseguir, quando afirmou que talvez o caso dela fosse um dos mais interessantes, visto que, pelo fato de ter tido acesso a bens, a escolas de qualidade e a um padrão de vida típico da classe média desde os quatorze anos de idade, poderia ter sido cooptada muito cedo pela ideologia do branqueamento e virado as costas para suas origens. No entanto, para ela, o fato de ter nascido na Liberdade e vivido a ascensão social são estímulos que a fazem *voltar à base*.

Entrevistada: “Eu nasci no bairro da Liberdade, mas meu pai foi um homem que teve uma visão fantástica de crescimento, de não se permitir viver na pobreza e realmente ele conseguiu ascender e num dado momento na vida eu estudei em colégios bons. [...] Agora, o que eu acho é que você ter tido essa origem e ter podido ascender na vida é mais um estímulo para você voltar à base, até por saber das dificuldades que você passou, a dificuldade da trajetória pra você chegar a esse ponto e saber que isso é consequência de um esforço sobre-humano” (Lúcia Reis, 56 anos).

No caso de Iracy Oliveira, a motivação para a solidariedade advém do reconhecimento da exclusão que atinge os moradores do bairro de Plataforma e do vínculo moral com esta causa. Por ser uma mulher negra, bem-sucedida poderia ter se acomodado ao fato de ter alcançado um padrão de vida elevado, porém, estar alheia a estas questões, para ela, seria uma frustração. O fato de ter ascendido socialmente não anulou suas motivações à prática da solidariedade.

Entrevistada: “Eu acho que eu não seria feliz sabendo que poderia contribuir com a vida dessas pessoas e não contribuir. Eu acho que você não está aqui a toa, você não está aqui por nada. E eu não fazer nada? Eu ganho esse dinheiro e não fazer nada, ficar só colocando pozinho no rosto? [...] Porque as meninas chegam aqui desmotivadas: ‘eu estou querendo ser doméstica, eu quero ser babá’. Eu digo pra elas: ‘Oh minha filha vá estudar’. Aí elas dizem ‘minha mãe disse que não’. Eu parei na oitava série, eu não quero fazer o segundo grau. Ela disse que não, não tem dinheiro pra comprar minhas coisas que é pra eu trabalhar e ajudar a comprar comida. Eu quero ter minhas coisas’. Eu digo ‘estude de noite, vá estudar de noite’. Então, quando eu me lembrar que eu podia fazer alguma coisa e não fiz, eu vou me sentir muito mal” (Iracy Oliveira, 38 anos) .

Outra motivação para a solidariedade que aparece no depoimento de Iracy Oliveira está relacionada à tradição familiar. Sua mãe e suas tias fundaram a Sociedade 25 de Junho num espaço privado da família. Ela deu continuidade à instituição e se considera membro de uma *saga de mulheres guerreiras*:

Entrevistada: “E aqui era de minha família, de minha mãe, minhas tias e minha avó, aí agente continuou o trabalho. Eu disse: ‘vamos dar uma ajuda a esses jovens e dizer a eles que eles são discriminados, vamos conscientizá-los, mostrar o que eles têm que fazer pra vencer todas essas dificuldades, que eles têm que estudar, que eles têm que aprender sua própria história, respeitar as religiões de matrizes africanas. Como nós sofremos para estarmos aqui hoje!” (Iracy Oliveira, 38 anos).

No caso de Elcimar Bispo, a motivação para a prática da solidariedade proveio do exemplo familiar. Segundo ele, seu pai era dono de uma oficina de consertos de máquinas de escrever e permitia o acesso de muitos meninos que, a partir dali, aprendiam uma profissão. O entrevistado reconhece que não era uma atitude política, mas o fato de meninos da comunidade terem acesso à profissionalização informal neste espaço privado foi, para ele, um exemplo de solidariedade:

Entrevistado: “Esse também era um espaço de solidariedade, era um espaço de educação informal pra muita gente, que passou ali a ter profissão. Era um lugar onde se aprendia uma profissão, assim como nas marcenarias, carpintarias, as oficinas mecânicas. Era um espaço de educação informal”. [...] A introdução da minha tese é uma carta a meu pai. Então eu conto um pouco da história de vida e de trabalho dele. [...] Tem muita coisa que vem dele. Então você vê um espírito altruísta, ele sempre queria ajudar as pessoas. Se aprende muito com exemplo, então

indiretamente você começa a ver que muita coisa que você faz em outro plano tem a ver com o que você viu dentro de casa. Vi com meu pai, vi com minha mãe. A forma como sempre trataram as pessoas que trabalhavam lá em casa” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Ainda que de forma implícita, a forma como o pai tratava aqueles aprendizes de mecanografia, o ensinou a ser solidário. Assume a solidariedade como um compromisso e entende a sua trajetória como uma missão:

Entrevistada: “O que o motiva a praticar a solidariedade?”.

Entrevistado: “Compromisso, comprometimento, certeza de que você tem uma missão e as respostas que você tem. Eu acho que agente tem muito mais respostas para continuar do que pra desistir” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Assim como Elcimar Bispo, Vera Lúcia viveu a experiência da solidariedade no seio da família nuclear. Segundo ela, as redes de solidariedade entre seus parentes a ajudou nos momentos de dificuldades, sobretudo quando seus pais se separaram. Quando perguntada acerca das motivações à prática da solidariedade, ela se reportou a esta solidariedade familiar como referência às suas práticas hoje:

Entrevistadora: “De onde vem esta motivação para a solidariedade?”.

Entrevistada: “Minha família. Inclusive estabelecendo redes de ajuda. Porque quando os meus pais se separaram, o poder aquisitivo caiu bastante e minhas irmãs que já trabalhavam passaram a me ajudar. Então isso também permitiu que eu freqüentasse a universidade, terminasse meu curso, pensasse numa pós-graduação e tudo”.

Entrevistadora: “Então você já foi beneficiada por uma rede de solidariedade dentro da sua família...”.

Entrevistada: “Que foi criada na família e que pré-existia desde que eles eram pobres, porque eu acho que essa coisa da ajuda, entre os parentes, os próximos e os distantes, isso daí ajudou bastante. Até nessa fase que agente caiu, né? O poder aquisitivo caiu”.

Entrevistadora: “Então você acha que o fato de ser uma gestora que está atuando na defesa da população negra, tem raiz nessa solidariedade familiar que você vivenciou?”.

Entrevistada: “Eu acho que sim, porque veja, se a população negra carece de recursos materiais e se agente reproduz a mesma postura individualista que se vê normalmente em outros segmentos hoje, eu acho que vai contribuir pra que agente continue ainda mais nesse patamar. Eu acho que só com o estabelecimento dessa rede de solidariedade é que agente vai superar esse quadro”.

Entrevistadora: “E que você aprendeu a lidar...”.

Entrevistada: “Pela convivência familiar, onde nós nos ajudamos. Isso foi um ponto importante pra a superação da pobreza foi essa questão da rede que eles estabeleceram”. (Vera Lúcia, 35 anos).

É perceptível que para Vera Lúcia a solidariedade é entendida como um caminho para superação da pobreza, visto ter vivido esta experiência no seio de sua família. Suas práticas evidenciam que ela tem estendido este precedente de solidariedade familiar para além dos laços de sangue. Para ela, somente a



constituição de redes de solidariedade em sentido amplo, serão efetivas no que tange à melhoria da condição de vida da população negra.

### **3.8 - 'Eu faço questão de ser usada como referência'**

Segundo Bento: “qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua auto-estima, o seu auto-conceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo” (2007, p. 27). De fato, estes referenciais positivos, objetos de admiração, são importantes à constituição da subjetividade dos membros de grupos sociais.

Um traço em comum entre os sujeitos desta pesquisa é o desejo de que suas trajetórias de vida sejam referenciais positivos para outros indivíduos negros das camadas menos favorecidas. Os depoimentos mostram que este anseio está intimamente ligado à percepção da desigualdade racial e à pretensão de que outras pessoas de mesma origem social e racial superem a exclusão.

No dia da realização da entrevista com Lúcia Reis, ela tinha participado de um evento numa escola do subúrbio ferroviário, onde buscava motivar estudantes de uma escola pública a se tornarem advogados e advogadas como ela:

Entrevistada: “E assim servir de exemplo, né? Porque tinham uns 200 alunos ou mais, do pré à 5ª série, de maioria negra, em Plataforma (bairro). Foi no Colégio Municipal Nosso Senhor do Bonfim. E aí nós fomos lá. Eles estavam muito atentos, foram pra a exposição, olharam do jeito deles, pediram autógrafa. Quer dizer, uma coisa pequena. O que custou ali? Levantar um pouco mais cedo. [...] Aí fiquei ali, tomei café com eles, passei aqueles momentos, disse meia dúzia de palavras, mas eu tenho certeza que um deles ali, aquele que escolher ser advogado vai lembrar o dia que nós passamos por lá, deixamos a mensagem. E eles dizem: ‘eu quero ser advogado um dia’. A coisa acontece muito por aí. E todos que acionarem a mim vão ter essa porta aberta aqui. É missão, minha vida é essa aí mesmo. [...] Eu dizia a eles: ‘eu saí daí de onde vocês estão sentadinhos aí, no chão’” (Lúcia Reis, 56 anos).

Nesta tentativa de ser referência para jovens e adolescentes de baixa renda, está explícita uma relação de identidade e de solidariedade que reside exatamente no fato destes sujeitos intencionarem motivar outros indivíduos a buscarem melhores perspectivas de sobrevivência. Lúcia Reis sente-se confortável em saber que seu trabalho social surtirá efeitos no futuro destes jovens com os quais interage.

Já Hilton Andrade afirma ter sido sempre um referencial no âmbito de sua família. Segundo ele, num conjunto de oito irmãos foi o primeiro a ingressar no

ensino superior, a adquirir um carro, o primeiro da família a viajar para o exterior, etc.. Seu exemplo de vida foi a porta de entrada para que outros parentes seguissem a mesma trajetória:

Entrevistado: "...e eu paguei um preço enorme de ficar uns 20 anos da minha vida sendo a referência pra todo mundo me seguir. Isso é bom e até egoisticamente é fantástico, mas você fica comprometido a todo mundo querer ser você e é muito ruim. Aí eu consegui com muita habilidade difundir essa liderança pra ser de todo mundo e não minha só, porque por eu ser o mais velho, eu fui o primeiro a ir pra universidade na história da família, primeiro que teve um carro, primeiro que não sei o que, primeiro, primeiro, primeiro, primeiro, a ir pra o exterior. Isso é bom, mas deixa a responsabilidade grande. Eu acho que eu tenho muito que aprender com as pessoas que convivem comigo e tenho muito que dar. Eu tenho uma experiência diferenciada" (Hilton Andrade, 61 anos).

Atualmente tem sido referência para jovens universitários negros para que estes tornem-se profissionais de sucesso. O desejo de compartilhar sua experiência de vida advém da certeza de ser uma pessoa diferenciada por conta da sua capacidade de superação de desafios e de estar ciente de que pode influenciar outros jovens negros universitários a fazerem o mesmo.

Entrevistado: "...referência sim, agente quer ser referência, quer estar disposto a dizer que isso é possível, quer estar disposto a dizer que o branqueamento às vezes existe, mas que você tem caminhos pra ser quem você é, com seus valores, com sua referência e continuar crescendo. [...] Aí eu espero que pessoas, exemplos como o meu e de muita gente, vários estudiosos, professores, militantes, instituições, sensibilizem a sociedade como um todo que esse país é de todos e não de alguns. [...] Eu acho que eu tenho muito que aprender muito com as pessoas e tenho muito a dar, que é uma experiência diferenciada." (Hilton Andrade, 61 anos).

Para Elcimar Bispo, os exemplos positivos dos negros e negras que ascendem socialmente são fundamentais do ponto de vista das representações, para que outros indivíduos de mesma origem se vejam na possibilidade de construírem trajetórias de sucesso:

Entrevistado: "Quando você não vê exemplos positivos, você acha que você não é possível, mas quando você vê exemplos positivos você... A sua trajetória é pra você mostrar pro outro que ele pode. A minha trajetória serve pra mostrar que individualmente você chega até um lugar, a saída pra superar as barreiras raciais ela só pode ser coletiva. Então você tem que voltar pra pegar o outro, buscar o outro, eu acredito nisso, acredito mesmo. Isso aí eu acredito porque eu podia fazer outras coisas, mas eu acho que ao fazer isso, posso até ficar cansado, chateado, não sei o que, mas isso tá tão arraigado em você que quando você não faz isso, fica assim 'poxa'..." (Elcimar Bispo, 46 anos).

Neste depoimento Elcimar Bispo levanta uma questão relevante. Para ele, individualmente chegamos a um determinado ponto, pode-se, a partir do esforço pessoal, adquirir escolaridade, emprego, etc.. Porém, a solução para superação do

racismo, que mantém a maioria da população negra na base da pirâmide social, é necessariamente coletiva. Por isso, se apresenta tão convicto acerca do trabalho social que realiza que é por vezes desgastante, mas compensa.

Já Glória Vasconcelos percebe o fato de ser uma referência como uma missão. É uma missão a ser desempenhada como uma espécie de obrigação. Ser exemplo para outras pessoas é algo encarado por ela como um ato de responsabilidade. Para ela é muito gratificante poder estimular outros indivíduos a se verem em cargos de liderança e prestígio:

Entrevistada: “Significa que eu sou escolhida por um ser superior, não importa se é Deus, Alah, Oxalá, Buda, não importa, eu sou escolhida por um ser superior, um ser comandante para servir de exemplo para que os negros também vão buscar... Outro dia mesmo eu cheguei numa escola, não me lembro bem o nome da escola, são tantas, acho que eu já fui em mais de cinquenta, eu cheguei lá um garoto, um estudante de nove anos, ele disse ‘a senhora é juíza mesmo?’. Eu disse: ‘sou’. ‘Mas eu nunca vi uma juíza negra na televisão, só tem juíza branca’. Eu disse: ‘pois agora você está vendo uma de carne e osso juíza’. Mas eu chorei tanto naquele momento! Ele saiu aos gritos: ‘ôba eu vou ser juiz! Ôba eu vou ser juiz’. Como quem diz: ‘eu sou negro, mas eu também posso ser juiz!. Não é lindo uma coisa dessa? É gratificante. Foi no Lobato isso. Eu fiquei, sabe o que é chorar de alegria, de satisfação, de prazer? Eu disse: ‘pronto, se daqui sair um, já é vantajoso pra nós’ ”. Pois é eu encaro como uma missão, já incorporei isso e não quero abrir mão”(Gloria Vasconcelos, 67 anos).

Para Ivan Alves, ser um referencial significa estimular outras pessoas a se espelharem nele e se dedicarem a iniciativas que produzam impacto social. Deseja que seu projeto de assistência jurídica gratuita às pessoas carentes seja expandido para outras cidades no Estado da Bahia:

Entrevistado: “Porque é o seguinte: o reflexo disso é que outras pessoas se espelham em mim pra fazer o mesmo, ou seja, pra fazer mais. Como por exemplo, agora mesmo tem um menino ele é do grêmio da Universidade Católica que me visitou pra conversar comigo. Ele quer autorização de levar o Instituto Pedra de Raio pra Santo Antônio de Jesus. Isso é ótimo, alguém lhe procurar pra querer levar seu projeto” (Ivan Alves, 49 anos).

São pessoas já estabilizadas economicamente, com carreiras de sucesso plenamente estabelecidas que poderiam aderir ao individualismo e não viverem a ‘grita social’<sup>24</sup>, como assinalara um dos entrevistados. Ao contrário, optaram por servirem como parâmetros e assim subverterem representações negativas que incidem sobre a população negra.

---

<sup>24</sup> Este é um termo utilizado por um dos entrevistados referindo-se aos problemas cotidianos com os quais se envolve ao praticar a solidariedade.

### 3.9- O preço da solidariedade

Ao longo das entrevistas, notamos que os sujeitos em questão se reportaram às dificuldades que enfrentaram e ainda enfrentam pelo fato de praticarem a solidariedade. Os relatos a seguir ilustram que esta é uma escolha que confere prazer a estes indivíduos, porém, por vezes é mantida através de sacrifícios e perdas materiais.

Gloria Vasconcelos tem trilhado o que chama de *via crucis* no exercício da sua profissão. É a primeira juíza negra do Brasil e apesar de preencher todos os requisitos para ser nomeada ao cargo de desembargadora, ainda não foi promovida. Inclusive mencionou durante a entrevista, que este impasse ganhou repercussão internacional na BBC de Londres, que enviou um representante ao Brasil para entrevistá-la.

O fato de ser negra e a forma como lida com a justiça, levando-a de forma célere aos menos favorecidos são os motivos pelos quais, segundo ela, vem sendo cerceada. Estas dificuldades vividas por Glória Vasconcelos evidenciam o preço a se pagar pela prática da solidariedade:

Entrevistadora: “Porque a senhora tem passado por isso? A senhora atribui esse sofrimento à sua origem racial, ou porque a senhora luta em defesa da população negra?”.

Entrevistada: “Eu acredito que ambas as situações. Primeiro porque não é tradição nos tribunais brasileiros ter negros como desembargadores e juízes. A tradição é sempre o branco das elites daquelas famílias tradicionais. Segundo; não é também tradição um magistrado brasileiro se integrar, se engajar nessa luta pela melhoria social do povo. O magistrado sempre esteve enclausurado. Ele sempre esteve ali na redoma, longe de tudo e de todos, só ditando a sentença, mas não é assim. Nós precisamos ir até lá ao povo”. [...] Eu sou uma juíza, sou proba, sou competente, sou inteligente e todo mundo sabe disso, tanto sim que em Brasília me chamam de Ruy Barbosa de saia. [...] Porque que me perseguem tanto? Porque que eu passo maus momentos dentro do tribunal? Eu sou a sétima juíza mais antiga do estado da Bahia, eu não consigo sequer ser convocada. A coisa está tão séria, tão grave, que há pouco tempo vieram jornalistas da BBC de Londres pra me entrevistar e saber o porquê que eu não sou desembargadora. Eu respondi que só podia ser por perseguição. A situação já está tão grave que em outros países, as pessoas já estão tentando enquadrar minha situação no racismo institucional...” (Glória Vasconcelos, 67 anos)

Entrevistadora: A senhora falou que há um incômodo até mesmo internacional porque a senhora não foi promovida a desembargadora, mas para chegar a esse cargo a senhora precisa passar pelo crivo de quem?

Entrevistada: “Falo, falo sim, não resta dúvida, já falei aos quatro cantos do mundo. Para me habilitar a desembargadora, eu tenho que juntar, comprovar o exercício da minha atividade laboral, ou seja, como eu

trabalho, a qualidade, a quantidade, assiduidade, a pontualidade, ser proba, ser honesta e principalmente estar no quinto constitucional. Eu já estou há muito tempo, há mais de sete anos que eu integro o quinto constitucional. Então, eu preencho todas as formalidades legais para ser promovida a desembargadora. Agora; eu sempre sou julgada por uma maioria branca. Não quero dizer que existe racismo lá dentro, mas eu deveria ter recebido um tratamento melhor, porque eu só tenho levado o nome do tribunal de justiça lá fora para enaltecê-lo. Eu tenho uma homenagem que recebi pelos serviços prestados à Bahia, ao Brasil e ao planeta, não tem um juiz no mundo que tenha este título. Eu tenho, é muito grandioso, só isso aí já bastaria pra eu ser promovida à desembargadora..." (Gloria Vasconcelos, 67 anos).

Seu posicionamento em favor da solidariedade no sentido de fazer com que os menos favorecidos alcancem a justiça célere, destoa inclusive do *modus operandi* dos demais magistrados. Segundo ela, seria fácil ficar 'dentro de um quadrado', mas se dedica a esta causa e tem sofrido represálias por seu posicionamento.

A experiência de Lúcia Reis na Ordem dos Advogados do Brasil também é ilustrativa destas vicissitudes. Segundo ela, na instituição, que é uma das mais antigas do Brasil e que tem a função de assegurar e promover a cidadania, há uma omissão acerca de temáticas raciais e de gênero. Ao trazer esses debates ao pleito, por ser membro da Comissão de Combate às Desigualdades, sente o incômodo da parte dos colegas:

Entrevistada: "Eu presido um colegiado (na OAB) e quando estou na titularidade eu sou a única negra, mas o racismo ele tem esse caráter de não ser tão visível e em sendo invisível, não significa dizer que ele é inexistente. Então, existe uma coisa deles lhe suportarem, mas não significa dizer que eles lhe aceitam. Assim, tem datas históricas, Navegante Negro, Luis Gama, Abolição da Escravatura, 20 de Novembro; eu então peço pauta ao presidente nacional e vou para o pleno falar. Eu posso perceber alguns semblantes como se tivessem agastados, tipo assim: 'lá vem ela com esse tema, só ela fala disso, pra que falar disso? Ela já não está aqui?'. E tem comentários, né? Tem aqueles negros lá que estão no processo de branqueamento, eles não vão nem falar nisso, porque eles sabem que essa não é uma fala que contempla a elite branca, então eles não vão nem tocar no assunto. E nesse momento eu sei que eu sou discriminada" (Lúcia Reis, 56 anos).

Hilton Andrade sugere que é por não se disporem a enfrentarem as vicissitudes de ascenderem socialmente e afirmarem-se como negros, que muitos aderem à ideologia do branqueamento:

Entrevistado: "Até porque o negro que adentra à economia, não quer ser mais negro. Aliás, não é nem não querem ser, é porque são cooptados. Porque é muito mais fácil ser branco nesse país, é muito mais fácil, você achar tudo pronto. Então aderir à branquidade é muito mais simples" (Hilton Andrade, 61 anos).

Uma das experiências vividas por Hilton Andrade ilustra que ele era muito solidário desde jovem. Nesta circunstância que relataremos a seguir, ele correu risco de vida para defender um jovem negro que ele não conhecia na era da ditadura militar no Brasil. Segundo ele, sua trajetória em direcionada à solidariedade tem a ver com este evento marcante:

Entrevistado: “Quer que eu conte uma história rápida? Eu estudante de economia, nós fomos pra uma festa, uma dessas festas que era a Festa da Lapinha que ainda tem até hoje... E no Largo da Lapinha ficavam umas mesas e lá a turma da Faculdade foi pra uma barraca daquelas, era de um espanhol ao lado da igreja. Todo mundo brincando, muitas pessoas em cima das mesas e aí tinha uma pessoa que não era da Faculdade e não era nosso amigo. Era um negão, jovem, foi ficou em cima da mesa também. O espanhol veio e pediu pra ele descer e eu estava ao lado assistindo tudo. Ele disse que não ia descer porque se tinha tanta gente em cima da mesa, porque só ele ia descer? E aí o espanhol disse a ele: ‘porque você é preto e eu quero que você desça’. E aí ele disse: ‘eu não vou descer’. Aí o espanhol saiu de dentro da barraca e foi buscar a polícia. E foi naquela época da revolução, você não sabe o que é isso. Aí vinha aquela lista: marinha, exército, aeronáutica tudo junto assim, aquela patrulha, cada um com uma farda diferente, que já era pra intimidar mesmo, Pegaram esse rapaz, iam prender, espancar. Eu peguei a minha carteira de estudante, foi meu primeiro ato assim de impacto, e fiquei na frente dos policiais e perguntei a eles mais ou menos assim, eu tenho ainda memorizado: ‘porque que vocês estão prendendo ele? O que ele fez?’. ‘Mas o espanhol, dono da barraca disse que ele tava em cima da mesa’. ‘Tava ele e mais 50 pessoas, porque ele? Você sabia que isso é um ato de racismo?’. ‘Mas no Brasil não tem racismo’. Eu terminei, nem me lembro com que habilidade e coragem, porque aí afastou todo mundo, tipo carnaval, todo mundo longe e eu sozinho com os policiais e esse rapaz. Aí terminou liberando esse rapaz, aí pronto, foi uma festa, todo mundo veio me abraçar. Nesse dia, acho que foi meu primeiro ato, real, evidente e que valia a pena. Quer dizer, porque como eu tive sucesso, eu tive coragem de continuar, porque se naquele dia eu fosse preso também, eu não sei se eu seria o militante que eu sou hoje. Então tudo são as circunstâncias, então como eu fui feliz, aí eu me senti o máximo, eu enfrentei 10 policiais, conversando, com a carteira de estudante que naquela época valia. Os policiais ficaram com medo, porque os estudantes tinham peso na sociedade. O rapaz foi solto e eu vi que minha carteira valia, que valia a pena lutar, aquilo me deu muita força. Eu acho que eu luto até hoje por causa desse ato concreto. Não tem que ser apenas uma idéia, uma vontade, isso aconteceu de fato. E aquilo é que é ato de racismo por que... Imagine, eu me lembro como se fosse hoje, um jovem, eu me tremia, imagina no meio de 10 policiais, quem é que não treme?”(Hilton Andrade, 61 anos).

Vale dizer que Hilton Andrade poderia perfeitamente se eximir desta circunstância, por se tratar de um desconhecido, no entanto, resolveu se envolver, mesmo colocando a sua própria segurança em jogo. Felizmente sua iniciativa foi bem-sucedida e ele percebeu que valia a pena ser solidário.

Noutro trecho da entrevista Hilton Andrade se mostra cômico de que há um preço a se pagar pela solidariedade, mas que ele está disposto a encarar todas as dificuldades:

Entrevistado: Eu ainda estou no terceiro item da ANSEABRA, que é de estimular aos jovens que saem das universidades, principalmente aqueles que saem com uma bagagem melhor, a achar que a economia pertence a eles, achar que eles podem empreender, que eles podem ser empresários que eles podem ser donos de hotel, que ele pode ser dono de empresas de negócios. É isso que agente quer e nós sabemos que todo o pioneiro paga um preço caro. Todo mundo acha uma loucura quando agente diz isso na TV, a pessoa acha que é como se não fosse possível: 'porque que vocês pensam assim?'. Eu digo: 'porque é normal pensar'. Porque agente vai conseguir e eu tenho certeza... "(Hilton Andrade, 61 anos).

Outro traço comum entre estas pessoas é a percepção de que devido à qualificação que possuem poderiam investir o tempo que dedicam ao trabalho social que realizam, em atividades que propiciassem altas remunerações. Para elas, a solidariedade traz um retorno em termos de realização pessoal, mas não traz um retorno financeiro na mesma proporção.

Entrevistada: "...Em termos materiais eu perdi. Eu sei que hoje pela rede de relações que eu tenho, eu poderia estar ganhando bem mais se estivesse numa outra ocupação, trabalhando com uma outra temática, mas por um investimento político, pessoal meu, eu preferi ganhar menos, mas trabalhando em algo que eu acho que vai ter um impacto social maior. Então nesse sentido aí, eu deixei de lado essa questão do ganho individual. Eu sei que hoje eu valho mais" (Vera Lúcia, 35 anos).

Elcimar Bispo também optou pela solidariedade e reconhece que se fosse individualista, teria maiores ganhos financeiros, porém ressalta que não sabia se estaria tão satisfeito:

Entrevistado: "Eu acho até que pela minha profissão eu poderia ter muito mais. Se eu tivesse um pensamento individualista eu poderia até... Não sei se estaria mais feliz" (Elcimar Bispo, 46 anos).

No depoimento a seguir fica explícita a escolha de Ivan Alves. Sua área de formação, o direito, abre caminhos para atividades profissionais que propiciam altas remunerações alheias às questões sociais. Para ele, enveredar-se pelo individualismo, seria negar seu próprio passado, esquecer a sua experiência de dificuldades. Ter optado pelo direito de família foi uma escolha, uma forma de estar conectado às suas raízes, de estar conectado à sua experiência de vida, pois é uma área que atende às demandas comuns das pessoas mais carentes e menos esclarecidas:

Entrevistado: "Eu como advogado, depois de formado, poderia enveredar por uma área do direito onde eu teria uma clientela especificamente fora do contexto social, exemplo, o direito tributário. Seria muito bem remunerado nessa área, porque é uma área promissora, tem poucos advogados e remunera muito bem. E você não vive a 'grita' social, as necessidades, as angústias, a falta, essa carência social, mas eu fiz uma opção. Você sendo tributarista, ninguém vem pra cima de você lhe pedir nada. [...] Então as

peças não iam lhe incomodar. Então você teria assim até um pano de fundo de desculpa, né? Mas só que é o seguinte: como isso lhe incomoda, você não pode enveredar por uma área onde você vai ficar faltando pedaços. Porque eu ia pra lá ia ganhar o dinheiro... A não ser que conseguisse mergulhar e negar todo o passado. [...] Aí você começa a se envolver nisso, porque você viveu isso, você sabe como é isso e você vê as dificuldades das pessoas que buscam esse tipo de assistência. Então quando você faz essa escolha, você deixa de ganhar dinheiro pra ajudar a um irmão. Agora isso é insuficiente? É, porque não resolve” (Ivan Alves, 49 anos).

Ivan Alves está ciente de que suas ações não serão suficientes para resolver a questão das desigualdades. A opção de se tornar um advogado na área de direito da família está relacionada à sua própria história de vida. É uma área que possibilita estar em contato e auxiliar os membros das camadas menos favorecidas de mesma origem social e racial que ele. Entretanto, esta opção segundo ele, propicia um retorno financeiro menor do que se ele estivesse optado, por exemplo, pela área do direito tributário.

Estas experiências evidenciam que a prática da solidariedade é motivo de satisfação pessoal para estes indivíduos, mas implica em escolhas e sacrifícios.

### **3.10 A dádiva de si**

Como vimos no capítulo II, para Mauss (1950), a vida social constitui-se a partir da tríplice dar-receber e retribuir. De acordo com esta perspectiva, as trocas entre os indivíduos constituem os vínculos necessários à vida social.

Nas sociedades simples estudadas por ele, as trocas tinham o sentido de uma necessidade primária, pois para aqueles indivíduos a dádiva seria uma ligação espiritual, um ato comunicativo. Ou seja, para tais sociedades, a produção de vínculos possuía um valor primordial, na medida em que, doar significava doar-se a si próprio e receber significava ao outro. A dádiva não se constituía apenas numa relação material, no sentido da permuta de objetos, mas social, político, cultural, moral e simbólico (Idem, 1950).

Ao estudar a dádiva nas sociedades simples, Mauss (1950) busca parâmetros para entender os sistemas de trocas nas sociedades modernas. Segundo ele, os resquícios das trocas no das sociedades simples existem nas sociedades complexas, mas não se constituem num valor social, num *ethos*.



As trocas realizadas entre os indivíduos negros que ascendem junto à população negra, não são organizadas segundo os rituais e etiquetas que Mauss (1950) e Malinowski (1984) perceberam nas sociedades simples que estudaram, mas resguardam a sua essência. A dádiva que circula entre estes indivíduos negros tem o sentido da constituição de alianças com vistas ao aperfeiçoamento coletivo da população negra.

No entanto, Mauss (1950) e Bourdieu (1996a) nos lembram que o dom não é inerte, pois ao doar o indivíduo abre-se à possibilidade de receber. Portanto, o que estes sujeitos esperam da solidariedade que praticam? Em que medida se beneficiam destas práticas, ao passo que favorecem às pessoas com as quais interagem? Alguns dos depoimentos nos oferecem subsídios para entendermos estas questões.

Iracy Oliveira reconhece que sua prática solidária beneficia a outras pessoas, na medida em que elas se tornam autônomas após terem sido acolhidas pela Sociedade 25 de Junho:

Entrevistadora: Como você acha que as pessoas são beneficiadas pelo seu trabalho?

Entrevistada: “Eles se espelham e vão em frente. Tem um menino que conseguiu um contrato de dez anos com o Banco do Brasil através da gente aqui. Hoje ele quer ser instrutor, já veio aqui, agente ta arrumando tudo pra começar. E foi assim” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Para Iracy Oliveira, o benefício que recebe por conta das suas práticas solidárias está relacionado à transformação das vidas dos jovens acolhidos pela Sociedade 25 de Junho. De acordo com ela, ao perceber os jovens negros tornando-se autônomos, buscando formação, emprego e dignidade, sente-se recompensada por suas práticas solidárias:

Entrevistada: Como você se beneficia do trabalho que realiza aqui?

Entrevistadora: Meu maior benefício é quando um jovem sai daqui, começa a caminhar com suas próprias pernas, ou quando jovens estão envolvidos no mundo do tráfico conseguem sair, darem a volta por cima e conviverem na comunidade de forma livre. Os que conseguem trabalho e me encontram na rua dizem: ‘oi, dona fulana, eu estou trabalhando’. Eu fico muito feliz e o meu maior benefício é esse” (Iracy Oliveira, 38 anos).

Para Elcimar Bispo vincular-se à causa da solidariedade racial significa auto-ajuda, visto que, se reconhece como membro da população negra historicamente atingida pelas mazelas do racismo e das desigualdades. Ajudar outros negros a superarem a desigualdade racial através da educação é para ele um benefício pessoal. No depoimento a seguir, ele critica os negros que ascendem e viram as

costas para suas origens. Para ele, sob o ponto de vista do anti-racismo, o vínculo coletivo é a opção política capaz de beneficiar toda a população negra:

Entrevistado: “Porque a estratégia de botar o filho numa boa escola, não resolve o problema. Precisa entender que se eles não tiverem em uma rede, não adianta. A disputa é política no sentido bem amplo da palavra. É ela que vai nos dar espaço, que vai gerar trabalho e renda e se não for assim esqueça. Se não tiver essas pessoas dentro de uma rede não adianta. [...] As pessoas precisam entender que é até auto-ajuda participar. As pessoas precisam se envolver, se sentir parte, se você não é parte, você não se envolve. Agente precisa olhar pra o vínculo coletivo, porque se agente perder esse instinto coletivo, um abraço. Porque aí também não vai servir pra nada, vai ser mais um mestre, mais um doutor” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Noutro trecho da entrevista ele explicita de que forma sente-se beneficiado por sua militância:

Entrevistadora: Qual impacto efetivo o trabalho social que você realiza produz na vida das pessoas?

Entrevistado: “Os resultados são as vidas transformadas. Parafraseando Lázaro Ramos ‘as pessoas se tornando possíveis’, o impacto na cidade, a cota na universidade federal, a explosão de cursinhos pré-vestibulares no Brasil, o acesso ao ensino superior sendo parte do sonho das famílias negras. Eu acho que a instituição que atuo dá uma contribuição importante nesse sentido. Tem histórias de vida aí, de gente que sai de repositores de super-mercado a dirigente de um órgão de promoção da igualdade racial, gente que vai fazer mestrado, doutorado” (Elcimar Bispo, 46 anos).

Já Vera Lúcia tem visto a retribuição da solidariedade que pratica no fato de poder impactar positivamente a vida de jovens negros com os quais interage. Uma das atividades que realiza, e que se configura como prática de solidariedade, é a coordenação de projetos que visam dar suporte a jovens negros ingressos na universidade. Para ela, realizar esta atividade é um benefício pessoal que a gratifica:

Entrevistada: “Eu me benefico pelo resultado que eu percebo na vida dessas pessoas. Quer dizer, quando eu trabalhava como gestora em Lauro de Freitas, eu percebia que as ações que nós fazíamos de alguma forma impactava a vida das mulheres. Agora o que eu faço de alguma forma impacta a vida dos jovens, então isso me gratifica, me compensa. E é um tipo de compensação que não é necessariamente material. É uma compensação outra e que é possível também se ter e se sentir igualmente gratificada como se eu tivesse ganhando o salário que eu acho compatível, né? Quer dizer, são gratificações que não podem ser mensuradas financeiramente, mas eu acho que compensa” (Vera Lúcia, 35 anos).

Para Ilma Fernandes, a retribuição que recebe da prática da solidariedade está relacionada ao fato de trabalhar com aquilo que gosta, ou seja, atuar profissionalmente na perspectiva da constituição de redes de ajuda em benefício da população negra.

Entrevistada: De que forma você se sente beneficiada pelo trabalho que realiza?

Entrevistadora: “Primeiro é um retorno pessoal de você fazer o que você gosta e conseguir juntar o trabalho com a militância social. Isso é muito difícil e tem dez anos que prossigo conseguindo isso e pra mim isso é muito gratificante. Tem muito trabalho, chego a ficar de olheira, mas vale muito a pena, porque você faz com vontade, com dedicação, você gosta, você se envolve. Então é outra coisa, né?” (Ilma Fernandes, 40 anos).

Gloria Vasconcelos espera como retribuição às suas práticas solidárias, a superação do racismo institucional, a inclusão de mais indivíduos negros em posições de prestígio e a conseqüente mobilidade social destes sujeitos:

Entrevistada: “Eu espero que os três poderes da república e a empresa privada esqueçam essa problemática de raça, de cor, de etnia e dê oportunidade a todos nós brasileiros para ocuparmos cargos de destaque. Que não se separe para nós negros, aqueles cargos só de execução e de apoio, que nos deixem também ocupar os cargos de direção. O que eu espero é que esse povo pobre, negro de periferia, venha a ocupar cargos de destaque, porque a inteligência não é privilégio de uma raça, é privilégio da raça humana” (Glória Vasconcelos, 67 anos)

Para Lúcia Reis a solidariedade que pratica não é uma ‘troca de mão única’, ou seja, não beneficia apenas aos indivíduos com os quais ela se relaciona nesse sentido. Segundo ela, ao ajudar um jovem a desviar-se da marginalidade, este benefício se reflete para ela e para toda a sociedade:

Entrevistada: “Eu não vejo o que faço como troca de mão única. Porque na verdade, toda a sociedade vai ser beneficiada, inclusive eu. Se eu consigo desviar um jovem negro, onde o tráfico está mais próximo, onde o assalto a mão armada está mais próximo, e eu posso fazer dele um advogado, um juiz, um promotor, um médico, naquele momento pode estar sendo uma via de mão única, mas no final vai ser um benefício para toda a sociedade. Daí vem o meu estímulo cada vez maior, porque eu sei que eu posso ajudar a mudar aquela história” (Lúcia Reis, 56 anos).

Flavio Sacramento afirma ter sido muito beneficiado por suas práticas solidárias. Segundo ele, as pessoas com as quais se relaciona, ainda que profissionalmente, tem reconhecido os seus esforços e expressado uma imensa gratidão por seu compromisso com o combate às desigualdades. Por ser um apaixonado pela sua profissão<sup>25</sup>, é desta forma que sente a retribuição das suas dádivas:

Entrevistadora: “Em que medida você se sente beneficiado pelo trabalho social que desenvolve e em que medida o senhor acha que as pessoas têm sido beneficiadas por isso?”.

---

<sup>25</sup> Flávio Sacramento é promotor público.

Entrevistado: “A medida que as pessoas são beneficiadas eu não sei responder, agora a medida que eu sou beneficiado eu digo que é muito, eu sou muito. Porque eu acredito em algo mais, eu acho que nós não estamos aqui por acaso. Então eu acho que eu tenho recebido muito e de forma generosa. Tenho recebido muito em termos de reconhecimento, principalmente das pessoas mais pobres e muitas vezes mais agredidas e que mostram uma capacidade e uma superioridade moral elevadíssima, com capacidade de reconhecer uma obrigação que eu faço. Seja por meio do gesto, do carinho, do afeto, do aconchego, do acolhimento que eu tenho recebido da população, principalmente da população negra mais discriminada aquela que mora nos bairros periféricos, a do próprio movimento negro. Eu tenho recebido um apoio muito grande” (Flavio Sacramento, 43 anos).

Segundo Mauss (1950), a dádiva não é um fenômeno mecânico, porém todo o ato de dar pressupõe a retribuição. Ao se dedicarem à solidariedade os sujeitos desta pesquisa não necessariamente especulam a forma, ou a medida da retribuição pelas suas práticas, porém, de qualquer sorte, têm sido beneficiados seja no plano pessoal, material, ou simbólico.

Das análises das entrevistas é possível inferir que, estes indivíduos imprimem às suas práticas solidárias um sentido político. Os vínculos estabelecidos visam de fato a melhoria das condições de vida da população negra, a qual pertencem.

Segundo Bento:

“a forte ligação emocional com o grupo ao qual pertencemos leva-nos a investir nele nossa própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defendermos os seus valores” (Bento, 2007, 29).

A partir dos achados empíricos podemos afirmar que, estes atores sociais elegeram a solidariedade como possibilidade de estabelecimento de vínculos com a população negra e assim estarem conectados consigo mesmos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse estudo buscamos entender a relação entre ascensão social de negros e solidariedade racial, aqui entendida como um ato comunicativo entre indivíduos com vistas à constituição de redes de relações.

Como demonstramos no capítulo II, a maioria destas pesquisas destacou o rompimento dos indivíduos negros que ascendem socialmente com o 'meio negro'. Nessa perspectiva, estes sujeitos refutariam quaisquer elementos, fossem eles sociais, culturais ou fenotípicos, que os remetessem às suas origens e se refugiariam no branqueamento como mecanismo de assimilação às camadas médias.

Entre os anos 30 e 50, Gilberto Freyre, Donald Pierson e Thales de Azevedo consolidaram a tese do inevitável branqueamento. Para estes autores, a ascensão social de negros só seria possível a partir de relações de dependência com os brancos. Além disso, eles identificaram que a mobilidade de negros seria a prova cabal de que a cor não definiria as oportunidades de vida dos indivíduos no Brasil.

Nos anos 50 e 60 Oracy Nogueira, Costa Pinto e Florestan Fernandes se propuseram a desvelar o preconceito racial brasileiro opondo-se assim à tendência dos estudos dos anos 30 e 40. Estes autores referenciaram, seja direta ou indiretamente, a existência de tensões no âmbito da ascensão social de negros.

Entre os anos 70 e 80, Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e José Pastore referenciaram as dificuldades dos não-brancos no que tange à mobilidade social e trouxeram o racismo para o centro deste debate. Vale dizer que Hasenbalg apreende a ascensão social de negros ainda vinculada ao branqueamento, porém evidencia o potencial destes indivíduos caso se propusessem à causa da solidariedade racial.

Já nos anos 90, a pesquisa de Figueiredo funda uma nova perspectiva no que se refere aos estudos sobre ascensão social de negros, pois evidencia a associação entre negritude e status. Os achados empíricos da pesquisa da autora refutaram a tese do branqueamento, porém ela constata a ausência de solidariedade coletiva entre os sujeitos de sua pesquisa.

A pesquisa ora realizada, pode ser inserida no bojo destes estudos mais recentes, que tem trazido novas perspectivas à produção teórica sobre a ascensão social de negros no Brasil.

Tendo em vista nossas observações empíricas, que indicavam a aproximação de indivíduos negros das camadas médias da população negra menos favorecida, com vistas à constituição de redes de ajuda, realizamos esta investigação no sentido de entender a recorrência da solidariedade racial praticada por estes sujeitos.

Por se tratar de uma incursão inicial sobre o tema, limitamos a amostra em 10 entrevistas, que foram realizadas com indivíduos negros que a despeito de terem ascendido socialmente, praticam a solidariedade racial. cremos que dadas as características da pesquisa, a abordagem qualitativa foi mais pertinente a este estudo. Assim, realizamos as entrevistas donde extraímos os dados da realidade impressos nas representações dos sujeitos em questão.

Os achados empíricos sugerem que a solidariedade pode ser pensada a partir da ação dos indivíduos negros que ascendem socialmente que, ao contrário do que a tese do branqueamento afirma, tem se voltado para a população negra pobre, vislumbrando contribuir com a melhoria das perspectivas de vida dessa população. O que significa dizer, que a solidariedade praticada por estes atores está embasada no reconhecimento das desigualdades e na relação de identificação com outros indivíduos negros de mesma origem social e racial.

Os sujeitos em questão refutam a ilusão de que a ascensão social é acessível a todos e não se permitem à assimilação da classe dominante. Eles se reconhecem como exceções que confirmam a regra da histórica exclusão da população negra dos espaços de prestígio da sociedade brasileira. A não aceitação dos valores da classe dominante, com a qual estes indivíduos convivem cotidianamente, é fundamental à sensibilização e prática da solidariedade, visto que a adesão a tais códigos induz os negros que ascendem a refutarem a produção de vínculos coletivos com base em similitudes étnico-raciais.

Todos os entrevistados ressaltaram a importância da educação em suas trajetórias. Para eles, a aquisição de conhecimentos não apenas é um mecanismo de mobilidade, mas também de solidariedade, uma vez que, a maioria destes sujeitos, está envolvida em atividades que visam a inclusão educacional da população negra. Estes indivíduos desejam que outras pessoas de mesma origem social e racial superem as desigualdades através da escolarização. As relações que eles têm estabelecido não se resumem à caridade, mas são pautadas num viés político, com vistas a contribuir com a melhoria da condição de vida da população negra.

Embora sejam múltiplas as motivações que levam estes indivíduos a praticarem a solidariedade, todos eles têm em comum o desejo de contribuir de alguma forma com a redução dos efeitos da desigualdade racial que atinge os membros da população negra menos favorecida. Movidos por inquietações do passado de pobreza, alguns destes indivíduos associaram suas carreiras profissionais a atividades relacionadas à criação destas redes de ajuda.

Estes atores sociais têm exercido um papel fundamental no combate à desigualdade racial e se reconhecem como referenciais no que tange à construção positiva da subjetividade dos negros no Brasil.

Suas práticas beneficiam não apenas aos indivíduos com os quais eles têm a oportunidade de se relacionarem na perspectiva da solidariedade, mas a eles próprios, pois os conectam com suas próprias histórias de vida e com suas origens. Estas constatações, apoiadas nos dados obtidos, contrariam a tese do branqueamento, evidenciam a recorrência da relação entre ascensão social negra e solidariedade racial, bem como trazem à cena estes novos personagens orientados pelo comprometimento com a população negra menos favorecida.

A conclusão deste trabalho não encerra a sugestiva pergunta do seu título, mas nos ajuda a entender um pouco mais acerca da ascensão social de negros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ABRAMOWAY, Miriam (org). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192p.

AZEVEDO, Thales de. Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

AZEVEDO, Thales de. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social. 2ª ed. Salvador: EDUFBA: EGBA, 1996.

BAQUERO, Marcello. Capital social na América Latina. In: BAQUERO, M. (org.). Reinventando a Sociedade na América Latina. Ed. UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001, pp. 50-68.

BAUER, Martin W.& GASKELL, G. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In.: BAUER et alli. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004, pp. 17-36.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Público, privado e indivíduo no novo capitalismo. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 12(2): novembro de 2000, pp. 203-236.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. & CARONE, Iray. Psicologia social do racismo. 3ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996a.

BOURDIEU Pierre. Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom. In: *Mana* – Estudos de Antropologia Social, vol.2 - nº 2, outubro/1996b.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.38, São Paulo, Outubro, 1998, pp. 5-38.

CHAMPAGNE, Patrick et alli. A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis: Ed Vozes, 1996, pp. 171-227.

DEGLER, Carl N. Nem preto, nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. São Paulo, Martins Fontes, 1995.



DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo, Martin Claret, 2001.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Volume I. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FIGUEIREDO, Ângela. Novas elites de cor: estudos sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume, 2002, 122p.

\_\_\_\_\_. Velhas e Novas 'Elites Negras'. In: M. C. Maio e G. Vilas-Boas (orgs.), *Idéias de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, pp. 109-124.

\_\_\_\_\_. A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros. 2003, Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2003.

FREYRE, Gilberto. A ascensão do bacharel e do mulato. In: *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5ªed, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Record, 2001

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. In: *Revista Brasileira de Ciências sociais*, Vol 13, nº38, Out 1998.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Revista Aletria: alteridades em questão*, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. 1995. Racismo a anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos*, n. 43.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. RJ: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, Carlos & VALLE SILVA, Nelson do. (Orgs). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HOFBAUER, Andreas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São Paulo, Ed. UNESP, 2006.

LANIADO, R N. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. In: *Estado e Sociedade*, Vol XVI – nº1-2, UNB, Jan-Dez/2001.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 4, jun. 2000, p. 173-194.

LIMA, Maria. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Estudos Feministas*, n. 2, pp. 489-495, 1995

MAIO, M C. Modernidade e racismo Costa Pinto e o projeto UNESCO de relações raciais. In: Pereira, C. L & Sansone, L. *Projeto UNESCO Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Coleção Os Pensadores. 3ª ed, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73, dezembro 2005: 45-66.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva; introdução de Claude Levi-Strauss. Edições 70, Lisboa, 1950.

NINA RODRIGUES, Raymundo. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador: Imprensa Popular, 1894. 158 p.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto, quanto negro: estudo de relações raciais. São Paulo: Queiroz Editor, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Elena G. de et al. O lugar do negro na força de trabalho. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1985.

PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

PASTORE, J & SILVA, Nelson do Valle. Mobilidade social no Brasil. São Paulo: MAKRON. 2000.

PEREIRA, João Baptista Borges. Racismo à brasileira. IN MUNANGA, Kabengele (Org.) *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação*. São Paulo: EDUSP, 1996.

PIERSON, Donald. Raça e status social. In: *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1971, pp. 213 – 272.

PINTO, L. A. Costa. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: GUIMARÃES, A. S. & HUNTLEY, Lynn. Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2000, pp. 97-25.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMERO, Silvio. Historia da Literatura Brasileira. 7ª ed., Rio de Janeiro; J. Olympio, 1980.

SANTANA, Ivo de. A margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público – o caso de Salvador. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. 341 f.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Nelson do Valle. As duas faces da mobilidade. Revista Dados, n.21, RJ, 1979.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio S. G. & HUNTLEY, Lynn. Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 5. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1970. 415 p.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 88 p.

VIANA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. 2ª ed., São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1933.

## ANEXO I – Questionário sócio-econômico

1. Idade: \_\_\_\_anos

2. Sexo:     ( ) Feminino     ( ) Masculino

3. Onde nasceu: \_\_\_\_\_

4. Qual a sua raça?\_\_\_\_\_

5. Cor segundo o IBGE:

( ) Branca

( ) Parda

( ) Preta

( ) Amarela

( ) Indígena

6. Grau de instrução:

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Nível superior completo

( ) Nível superior incompleto

( ) Pós-graduação

( ) Outros:

---

7. Com qual idade começou a trabalhar? \_\_\_\_\_

8. Qual foi a sua primeira ocupação? \_\_\_\_\_

9. Profissão: \_\_\_\_\_

10. Trabalha atualmente: ( ) Sim ( ) Não

11. Onde? \_\_\_\_\_

12. Quando começou a trabalhar no seu emprego atual? \_\_\_\_\_

13. Qual a principal atividade desenvolvida por você até hoje?

\_\_\_\_\_

14. Como exatamente você conseguiu seu emprego atual?

\_\_\_\_\_

15. Renda pessoal mensal  
 3 à 5 SM       6 à 10 SM       11 à 15 SM       16 à 20 SM

16. Você considera a sua renda pessoal mensal:

- Boa
- Suficiente
- Insuficiente
- Ruim

Porquê?

18. Renda familiar mensal  
 3 à 5 SM       6 À 10 SM       11 à 15 SM       16 à 20 SM

19. Você considera a renda mensal de sua família:

- Boa
- Suficiente
- Insuficiente
- Ruim

Porque?

20. Dependentes:

- Sim       Não

21. Seus dependentes são:

- seu pai
- sua mãe
- cônjuge
- filhos Quantos? \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
- agregados

22. Seu(s) filho(s) estudam:

- em escola comunitária
- em escola pública
- em escola privada      Qual o valor da mensalidade: R\$ \_\_\_\_\_
- Universidade pública

Faculdade Privada                      Qual o valor da mensalidade: R\$ \_\_\_\_\_

23. Possui:

Carro próprio  sim  não      Valor aproximado: \_\_\_\_\_

Casa própria  sim  não      Valor aproximado: \_\_\_\_\_

Renda fixa  sim  não

24. Em qual bairro reside: \_\_\_\_\_

25. Em quais bairros já residiu?

26. Quantas pessoas moram com você?

27. Quantas delas trabalham?

28. Quantas delas dependem financeiramente de você?

29. Reside atualmente:

com os pais

com esposa e filhos

somente com esposa

com irmãos

com agregados

outros

30. Você reside em:

casa

apartamento

31. Sua moradia está situada:

em área periférica

semi-periférica

nobre

32. Qual a condição de ocupação do domicílio?

próprio

alugado

cedido

33. Qual o valor aproximado da residência onde vive?

34. Você se considera:

- pobre
- classe média baixa
- classe média média
- classe média alta
- rico

35. Profissão da mãe: \_\_\_\_\_

36. Profissão do pai: \_\_\_\_\_

37. Nível de instrução do pai: \_\_\_\_\_

38. Nível de instrução da mãe: \_\_\_\_\_

39. Seus pais possuíam:

- casa própria
- carro
- renda fixa

40. Quantos irmãos/irmãs você tem?

41. Qual o nível de instrução deles/delas?

## **ANEXO II – Roteiro de entrevista**

### **TRAJETÓRIA**

- Fale-me sobre sua história de vida (padrão de vida da família/trajetória escolar/trajetória profissional/ascensão social).
- Qual foi a principal barreira que você enfrentou no processo de ascensão social? (se é que passou por isso?)
- A que você atribui processo de ascensão social pelo qual passou?
- Qual a sua estratégia ao longo deste processo?
- Quais fatores pessoais dificultaram sua trajetória?
- Quais fatores pessoais o ajudaram neste processo?
- Qual foi o fator que mais contribuiu para a sua ascensão?
- Qual foi a sua maior conquista material?
- Qual foi a sua maior conquista pessoal?
- O que estas conquistas significam pra você a despeito de sua origem racial?
- Você se considera membro da classe média? Por quê?
- Você se considera uma exceção?
- Você recebeu algum apoio/suporte financeiro, emocional para chegar aonde chegou?

### **FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS**

- Durante a sua infância existia alguma discussão racial dentre seus familiares?
- Outras pessoas da sua família têm a mesma formação e status que você possui?
- A sua família de origem é pobre ainda?
- Você tem um bom relacionamento com os membros de sua família?
- Você recebeu apoio de seus familiares em relação à sua carreira?
- A conquista do status atrapalhou seu relacionamento com familiares?
- Como eles entendem a sua posição?
- Você mantém uma relação de proximidade com sua família de origem?
- Você ajuda os membros de sua família financeiramente?
- Como você vê sua posição social diante de sua família de origem e amigos de infância?
- Como foi o processo de afastamento dos grupos de referência como família, bairro?
- Você tem círculos de amizades diferenciados em relação aos que tinha antes do processo de ascensão?
- Você acha que mudou muito o perfil do círculo de pessoas com as quais conviveu ao longo de sua vida?
- As pessoas do seu círculo de relacionamentos são em sua maioria negras ou brancas?

### **PERCEPCÃO DO RACISMO**

- Em qual período de sua vida começou a ter contato com questões de cunho racial?
- Em sua opinião o que é racismo e por que isso existe?
- Você já foi discriminado/viveu situações de constrangimento (mercado de trabalho, locais públicos, shopping centers, etc.)
- Já foi abordado/a pela polícia?
- Já foi ignorado/a por conta da cor da sua pele?
- Que reações emergem a partir de situações de constrangimento? Como as enfrenta?
- Em geral você reage a estas ocorrências ou as ignora? Poderia compartilhar alguma experiência a esse respeito?
- Você acha que seus pares de mesmo padrão social o aceitam normalmente?



- Você se sente confortável na sua posição?
- Já exerceu função de supervisão/liderança?
- Você mantém relações profissionais com pessoas de mesma condição social-racial que você? Quantas?
- Como é para você ser negro/a em ambientes de maioria branca?

### **SOLIDARIEDADE**

- O que o aproximou de questões raciais?
- Há quanto tempo atua na área social lidando junto à população negra?
- Como começou a atuar? Porque?
- A que você atribui o seu ingresso neste tipo de atividade?
- O que mais te influenciou a estar neste ramo?
- Fale-me mais um pouco sobre seu engajamento nesta área?
- Esta trajetória foi construída em paralelo à sua carreira profissional?
- O que te motiva a continuar?
- Sua inserção nesta instituição se deu por uma escolha particular ou por força de outras circunstâncias?
- A sua renda depende do trabalho social que realiza?
- Você tem outro emprego?
- Você conhece outras pessoas negras de classe média engajadas como você?
- Participa de redes sociais? Movimento negro, indígena, feminista?
- É associado (a) a alguma organização?
- A sua história de vida é um referencial para a clientela com a qual você lida?
- Em que medida você se sente beneficiado/a pelo trabalho social que desenvolve?
- Em que medida as pessoas com as quais lida são beneficiadas pelo seu trabalho?
- Qual contribuição efetiva o seu trabalho produz à outras pessoas de mesma origem racial que você?